

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,

EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Natan Roberto Kickow

FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS: A FLORESTA
ESTACIONAL DECIDUAL E A COLÔNIA PORTO
NOVO-ITAPIRANGA (1926-1962)

Passo Fundo

2024

Natan Roberto Kickow

FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS: A FLORESTA
ESTACIONAL DECIDUAL E A COLÔNIA PORTO
NOVO-ITAPIRANGA (1926-1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

K46f Kickow, Natan Roberto.
Fronteiras socioambientais: a Floresta Estacional Decidual e a colônia Porto Novo-Itapiranga (1926-1962) / Natan Roberto Kickow. – Itapiranga (SC), 2024. 118 f.

Orientador: Dr. Marcos Gerhardt
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo.

1. Colonização. 2. Floresta Estacional Decidual (SC) – História. 3. História ambiental. I. Gerhardt, Marcos. II. Universidade de Passo Fundo. III. Título.

CDU 981.64

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Natan Roberto Kickow

FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS: A FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL E A
COLÔNIA PORTO NOVO/ITAPIRANGA (1926-1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Aprovada em 21 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Eunice Sueli Nodari (UFSC)



Dr. Jaime Martinez (UPF)

Assinado eletronicamente

Dr. Marcos Gerhardt (UPF)

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha família, que sempre esteve ao meu lado durante esta jornada. Um agradecimento especial à minha mãe, Lúcia, pelo apoio incondicional.

Agradeço também ao meu orientador, Dr. Marcos Gerhardt, pela orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste processo. Sua expertise e conselhos foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Por fim, gostaria de agradecer aos membros da banca avaliadora, Dr. Jaime Martinez e Dra. Eunice Sueli Nodari, pela disponibilidade e pelas críticas construtivas, que enriqueceram ainda mais este trabalho.

RESUMO

Este estudo aborda a transformação da paisagem e as interações humano-ambientais na colônia Porto Novo, situada no oeste de Santa Catarina, entre 1920 e 1960. Esse período foi marcado por uma intensa imigração alemã e pelo desmatamento acelerado da Floresta Estacional Decidual (FED), parte do bioma da Mata Atlântica. A pesquisa explora a fragmentação severa do ecossistema original, com especial atenção às áreas de floresta entre o Brasil e a Argentina, especificamente em Santa Catarina e Misiones. O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo oferece uma visão das características biofísicas da Mata Atlântica, ressaltando a singularidade do ambiente natural e as formas tradicionais de ocupação humana que se desenvolveram ao longo do tempo. Esta seção esclarece como o bioma se adaptou e foi modificado pela presença humana antes da chegada dos colonizadores europeus. O segundo capítulo foca na influência das coroas portuguesa e espanhola na região. Analisa-se o uso da cartografia e as expedições históricas que foram fundamentais na forma como o território foi compreendido e gerido. Além disso, este capítulo discute o papel da floresta como palco de conflitos, os principais eventos e disputas territoriais que ocorreram, moldando assim a paisagem política e cultural da região. O terceiro capítulo centra-se na colônia Porto Novo, investigando as dinâmicas de interação entre os colonizadores e o ambiente natural durante o processo de estabelecimento do assentamento. Aqui, são examinados os impactos ambientais do desmatamento e as concepções culturais sobre a natureza que influenciaram as práticas de uso da terra por parte dos imigrantes. Através dessa análise, o estudo conclui que as práticas culturais dos colonos e suas interações com o ambiente moldaram o ecossistema atual. A investigação contribui pontualmente para os debates acadêmicos sobre a interação entre sociedade e meio ambiente. O foco na compreensão das transformações ambientais em contextos de colonização intensiva destaca os legados dessas interações para as configurações ecológicas e culturais contemporâneas.

Palavras-chave: colonização; Floresta Estacional Decidual; história ambiental; Itapiranga; Santa Catarina;

ABSTRACT

This study addresses the transformation of the landscape and human-environment interactions in the Porto Novo colony, located in the west of Santa Catarina, between 1920 and 1960. This period was marked by intense German migration and the accelerated deforestation of the Seasonal Deciduous Forest (SDF), part of the Atlantic Forest biome. The research explores the severe fragmentation of the original ecosystem, with special attention to forested areas between Brazil and Argentina, specifically in Santa Catarina and Misiones. The work is divided into three chapters. The first chapter provides an overview of the biophysical characteristics of the Atlantic Forest, highlighting the uniqueness of the natural environment and the traditional forms of human occupation that developed over time. This section clarifies how the biome adapted and was modified by human presence before the arrival of European colonizers. The second chapter focuses on the influence of the Portuguese and Spanish crowns in the region. It analyzes the use of cartography and historical expeditions that were fundamental in how the territory was understood and managed. Moreover, this chapter discusses the role of the forest as a stage for border conflicts, highlighting the main events and territorial disputes that occurred, thus shaping the political and cultural landscape of the region. The third chapter centers on the Porto Novo colony, investigating the dynamics of interaction between the colonizers and the natural environment during the settlement process. Here, the environmental impacts of deforestation and the cultural conceptions of nature that influenced land use practices by immigrants are examined. Through this analysis, the study concludes that the settlers' cultural practices and their interactions with the environment shaped the current ecosystem. The investigation makes a significant contribution to academic debates on the interaction between society and the environment. The focus on understanding environmental transformations in contexts of intensive colonization highlights the legacies of these interactions for contemporary ecological and cultural configurations.

Keywords: colonization; Deciduous Seasonal Forest; environmental history; Itapiranga; Santa Catarina;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Bioma Mata Atlântica na América do Sul	21
Figura 2 - Ecorregiões da Mata Atlântica	24
Figura 3 - Ecorregiões República Argentina	26
Figura 4 - Fitofisionomia de Santa Catarina (Klein, 1978)	27
Figura 5 – Destaque do mapa Paraquaria vulgo Paraguay (1662).....	35
Figura 6 - Destaque do mapa Paraguariæ Provinciæ	36
Figura 7 - Destaque do Mapa das Cortes (1749)	38
Figura 8 - Destaque do mapa da demarcação de 1759	39
Figura 9 - Mapa da expedição de 1789	40
Figura 10 - Fitogeografia da Província de Misiones.....	43
Figura 11 - Rotas percorridas por viajantes em Misiones	45
Figura 12 - Colonização de Misiones	54
Figura 13 - Localização da colônia Porto Novo	60
Figura 14 - Fitofisionomia Porto Novo (Itapiranga).....	61
Figura 15 - Capa do livreto	67
Figura 16 - Carlos e Maria e os filhos ao fundo: Erich, Walter, Daniela e Mirian.....	71
Figura 17 - Capa do livro Pioniergeist Der Väter Erbe (1951).....	72
Figura 18 - Grandes toras de madeira flutuam em direção à Argentina.	77
Figura 19 - Antes das corredeiras, as amarrações das balsas são verificadas.....	78
Figura 20 - Na frente da serraria, acumulam-se madeiras de todos os tipos	80
Figura 21 - A floresta nativa derrubada (Roça) é “queimada”	82
Figura 22 - Uma área de floresta nativa desmatada (Roça) após a queimada	82
Figura 23 - Assim, a plantação avança contra floresta nativa	83
Figura 24 - Acima da altura do homem está o esplêndido tabaco	85
Figura 25 - Troféus de caça e urnas funerárias dos nativos.....	88
Figura 26 - Porcos selvagens! – uma boa caçada	89
Figura 27 - Um grupo de porcos de raça	93
Figura 28 - Uma criação de belos porcos de raça	94
Figura 29 - Mapa da colônia Porto Novo	97
Figura 30 - Mosaico aerofotográfico	98
Figura 31 - Fragmentação florestal em 1957	99

Figura 32 – Hipsometria de Porto Novo/Itapiranga.....	100
Figura 33 - Repartição da superfície em 1962.....	103
Figura 34 - Distribuição quanto à atividade principal em 1962	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS E O BIOMA DA MATA ATLÂNTICA.....	20
1.1. O BIOMA MATA ATLANTICA	20
1.2. A ECORREGIÃO FLORESTAS DO ALTO PARANÁ	23
1.2.1. <i>A FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL DE SANTA CATARINA OU FLORESTA SUBTROPICAL DO ALTO URUGUAI</i>	27
1.3. A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL	29
2. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL E A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA	32
2.1. A MOVIMENTAÇÃO DA FRONTEIRA DE POVOAMENTO EUROPEIA	32
2.2. A EXPANSÃO EUROPEIA E OS LIMITES FRONTEIRIÇOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	33
2.2.1. <i>A EXPEDIÇÃO DE DEMARCAÇÃO DO RIO PEPERI-GUASSÚ EM 1759</i>	37
2.2.2. <i>A EXPEDIÇÃO DE DEMARCAÇÃO DO RIO PEPERI-GUASSÚ DE 1789</i>	39
2.3. A PROVÍNCIA PARANAENSE OU SELVA MISIONEIRA ARGENTINA	41
2.3.1. <i>EXPEDIÇÕES EM MISIONES NO FINAL DO SÉCULO XIX</i>	44
3. NO MOVIMENTO DAS FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS: A COLÔNIA PORTO NOVO	56
3.1. A SOCIEDADE UNIÃO POPULAR PARA ALEMÃES CATÓLICOS E O PROJETO PORTO NOVO	56
3.2. A NATUREZA COMO FRONTEIRA: UTILITARISMO, GERMANIDADE E CATOLICISMO.....	62
3.2.1. <i>UMA COLÔNIA PARA ALEMÃES NO SUL DO BRASIL</i>	65
3.2.2. <i>UMA OUTSIDER: MARIA WIERSH ROHDE</i>	70
3.3. COLONIZAÇÃO E A DERRUBADA DA FLORESTA	74
3.4. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA	80

3.4.1.	<i>O TABACO</i>	83
3.5.	OS ANIMAIS	86
3.5.1.	<i>ANIMAIS SILVESTRES, CAÇA E PESCA</i>	87
3.5.2.	<i>OS INSETOS E OS LADOS ESCUROS DA FLORESTA</i>	90
3.5.3.	<i>CRIAÇÃO DE SUÍNOS</i>	92
3.6.	A FLORESTA VISTA DE CIMA	95
3.7.	PROJETOS PARA O FUTURO	101
	CONCLUSÃO.....	107
	FONTES	110
	REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

A dissertação investiga as transformações socioambientais nas florestas da Mata Atlântica no extremo oeste de Santa Catarina focando na Floresta Estacional Decidual onde a colônia Porto Novo, posteriormente Itapiranga, foi estabelecida em meados de 1926. O fim do recorte temporal da pesquisa é 1962, período em que os últimos lotes coloniais são comercializados, concomitante ao momento em que a região passa por um processo de modernização da agricultura. Ademais, nesse intervalo observa-se uma notável coesão nas características sociais, econômicas e tecnológicas, refletindo uma uniformidade de práticas e estratégias entre os diversos atores envolvidos na exploração e uso dos recursos ambientais, justificando um contexto propício para a análise e compreensão das dinâmicas socioambientais da região em estudo no período descrito (1926-1962).

O problema de pesquisa proposto é: Quais relações os novos povoadores estabeleceram com os ambientes florestais do extremo oeste do estado de Santa Catarina? Essa dinâmica surgida entre os novos povoadores e o ambiente é o objeto de estudo desta pesquisa. Objetiva-se compreender como se operaram os processos de formação e transformação da paisagem colonial em um fragmento de aproximadamente 583 km² da vegetação da Floresta Estacional Decidual no recorte temporal anteriormente declinado.

Neste norte, o foco da pesquisa reside ainda na análise dos meios de produção, percepções sobre o mundo natural, divisão do trabalho, e tecnologias agrícolas dos colonizadores, bem como a interação destes elementos com o ambiente, incluindo a floresta, a fauna e os cursos d'água da região.

Ainda que existam numerosos estudos que exploram diferentes facetas do empreendimento Porto Novo, a conexão entre esta comunidade e seus residentes com o ambiente florestal, especialmente no contexto de seu repovoamento, permanece relativamente negligenciada na historiografia. Esta lacuna historiográfica justifica a necessidade de análises específica sob a perspectiva da História Ambiental.

Esse campo de estudo oferece uma abordagem única para entender como as interações entre os seres humanos e o meio ambiente moldaram o desenvolvimento e a história de uma comunidade como Porto Novo/Itapiranga. Investigar essa dinâmica pode fornecer uma visão menos antropocêntrica sobre a relação entre humanidade e o ambiente ao longo do tempo, os

impactos das atividades humanas no ecossistema local e as estratégias de adaptação e sustentabilidade empregadas pelos habitantes da região.

Ao abordar sua conceituação, ainda que a considere problemática McNeill (2003, p. 5) a apresenta como: “a história das relações mútuas entre a humanidade e o resto da natureza”. Donald Worster (1991, p. 202) renomado pesquisador neste tipo de abordagem em um trabalho propedêutico aponta três níveis de análise ou questionamentos aos quais o historiador pode estar atento. O primeiro nível se refere ao estudo do ambiente na longa duração “tal como se organizou e funcionou no passado por milhares de anos”, seus “aspectos orgânicos e inorgânicos” incluindo ainda nesse conjunto o próprio ser humano que atua “ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microrganismos, ora como uma espécie de parasita”.

Sobre essa abordagem o “historiador deve estar atento, nesse aspecto, às transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, buscando reconstituir os ambientes do passado” a partir de uma perspectiva interdisciplinar, crítica e contextual, uma vez que sem o diálogo com as ciências físicas e naturais, “percebendo sua historicidade e diversidade teórica”, sem isso a reconstituição não seria viável (PÁDUA, 2010, p. 95).

No segundo nível de análise o foco passaria a ser o domínio socioeconômico, cultural, os modos e meios de produção, na medida em que estes interagem com o ambiente. Focando nos “ferramentais e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais” (WORSTER, 1991, p. 202).

A atenção deve estar na compreensão a partir de uma perspectiva histórica e antropológica no qual a “constituição socioeconômica das sociedades, em sua inter-relação necessária com determinados espaços geográficos”, fatores ecológicos, cultura material, meios tecnológicos criam uma “segunda natureza” produzida pelos humanos (PÁDUA, 2010, p. 95).

O terceiro nível de perguntas ou questionamentos é descrito pelo autor como “exclusivamente humano”, “no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202).

Nesse sentido:

[...] dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, incluindo cosmologias, ideologias e valores. O comportamento social dos seres humanos em

relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana. Pode-se dizer, em sentido inverso, que as manifestações culturais não ocorrem isoladas do mundo vivo, valendo-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da experiência física no planeta ou, melhor dizendo, de lugares específicos do planeta, na constituição da linguagem e das categorias de entendimento (PÁDUA, 2010, p. 95)

Outro aspecto teórico caro a pesquisa é a noção ou o conceito de fronteira, com sua gênese diretamente ligada à história da expansão territorial, a marcha para oeste, dos Estados Unidos da América. A tese proposta por Frederick Jackson Turner na obra *The Significance of the Frontier in American History* (1893) enfatizava a importância de uma fronteira como um espaço inóspito, cujo modo primitivo de vida teria sido essencial para formação da identidade e instituições estadunidenses.

Após a morte de Turner, sua teoria sobre a fronteira enfrentou revisões críticas, principalmente por negligenciar a influência dos povos indígenas e por enfatizar excessivamente o individualismo e a masculinidade, desconsiderando o papel das mulheres, escravos e imigrantes na formação da identidade americana. Argumentou-se ainda que a fronteira foi um espaço de diversidade e conflito, desafiando a noção de Turner sobre uma identidade nacional unificada. Além disso, ser reconhece a fronteira como um fenômeno transnacional, questionando a perspectiva de Turner de que seria exclusivamente americana (LIMEWRICK, 1987; CRONON, 1993).

Com a crescente institucionalização do campo da história ambiental na década de 1970 nos Estados Unidos da América, a fronteira passou a ser vista também como um entre lugar, um espaço de encontro e conflito entre sociedade e natureza, onde diferentes formas de uso e apropriação do ambiente se confrontam. Um notável exemplo do uso desse conceito na história ambiental é a obra *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s* de Donald Worster (1979).

Na obra Worster (1979) aborda a expansão da fronteira agrícola na região das Grandes Planícies, que teve consequências ambientais catastróficas que afetaram não apenas a região, mas também todo o país. Essa expansão agrícola foi incentivada pelo governo federal como uma forma de preencher a fronteira final do oeste americano e expandir a economia agrícola do país. No entanto, os agricultores que se estabeleceram na região utilizavam técnicas agrícolas inadequadas e destruíram a camada protetora de gramíneas nativas, o que deixou o solo vulnerável à erosão e à seca.

Quando a seca prolongada chegou em 1930, a terra seca e exposta foi facilmente varrida pelos ventos fortes, formando nuvens de poeira que se estendiam por milhares de quilômetros.

A crise teve consequências desastrosas para as comunidades humanas que dependiam da agricultura na região, levando muitas a migrarem para o oeste em busca de trabalho e melhores condições de vida. A crise teve graves consequências ambientais a longo prazo, como a perda de solo fértil e a degradação do ecossistema da região.

Nesse sentido, a ideia de uma fronteira socioambiental pode ser entendida como um processo/ambiente de mudança socioambiental que ocorre em áreas de expansão territorial, com a transformação da paisagem, a criação de novas relações sociais e culturais e a emergência de novos problemas ecológicos em diferentes momentos históricos e em diferentes regiões do mundo. Essa fronteira pode ser criada por inúmeros processos, como o avanço das fronteiras agrícolas, migratórias, expansão urbana desordenada, a instalação de empreendimentos industriais ou a construção de infraestruturas, como barragens e estradas.

Leff (2006) atenta para uma fronteira relacionada com a forma com que as sociedades humanas se relacionam com a natureza. Para o autor, ela representa um limite para a expansão da atividade econômica baseada na exploração dos recursos naturais, já que a utilização intensiva desses recursos pode levar à degradação ambiental e à violação dos direitos das populações locais.

Contemporaneamente, o sociólogo José de Souza Martins (2009) oferece uma perspectiva sobre o conceito de fronteira, transcendendo sua compreensão meramente geográfica para abraçar dimensões sociológicas e simbólicas. Em seus estudos, a fronteira é vista não só como uma delimitação territorial que separa nações, estados ou municípios, mas também como uma zona de interseção e interação cultural, social e econômica, onde se observam processos de negociação de identidades, conflitos e trocas.

As fronteiras não são fixas ou imutáveis; pelo contrário, são dinâmicas e permeáveis, refletindo as mudanças nas relações de poder, na economia e na cultura das sociedades que delimitam. Essa visão ampliada permite compreender as fronteiras como espaços de possibilidade e transformação, onde novas identidades e formas de vida social podem emergir (MARTINS, 2009).

Na sua dimensão rural, são um espaço de expansão da sociedade sobre a natureza e sobre territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas ou comunidades quilombolas. Essa expansão não é apenas física, mas também simbólica, envolvendo a imposição de valores, práticas e estruturas sociais específicas. Assim, a fronteira se torna um local de conflito e

resistência, onde diferentes visões de mundo e modos de vida entram em contato e muitas vezes em disputa (MARTINS, 2009).

Metodologicamente a pesquisa analisou um conjunto diversificado de fontes como: relatos de expedições, memórias, propagandas, fotografias aéreas, entre outros. Dentre as fontes da pesquisa consultadas, crucial destacar os diários das expedições de limites (1759 e 1789) e a cartografia produzida pelas coroas portuguesa e espanhola. Esses registros fornecem uma visão fundamental sobre o processo delimitação de fronteiras entre os territórios coloniais, bem como as descrições dos exploradores responsáveis para mapear o território.

Também as memórias de Maria Wiersch Rohde de 1951 ofereceram uma perspectiva íntima e pessoal dos primeiros anos de colonização, destacando as dificuldades enfrentadas e os laços estabelecidos entre os colonizadores e o meio ambiente. A sua posição social, visão de mundo e escolaridade diferentes da média dos demais agricultores da colônia, além de ser esposa de um dos diretores da colônia permitem estabelecer uma visão crítica sobre diferentes aspectos do cotidiano do assentamento.

O livro de propaganda publicado pela direção da colônia de Porto Novo em 1932, que apontou um discurso oficial, muitas vezes, fantasioso sobre o local de forma a atrair compradores. Além disso também produziu interessantes descrições das características geográficas, climáticas e potencialidades agrícolas da colônia.

Complementando esses relatos, outra fonte cara ao trabalho foi o Relatório de Desenvolvimento Econômico e Social de 1962, que forneceu uma base factual objetiva para entender o contexto econômico e social da região em questão naquele período.

As fontes textuais foram interpretadas seguindo a metodologia de análise de recurso proposta pela professora Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (2007) reconhecida e utilizada para investigar a linguagem em seus contextos sociais e ideológicos. Essa abordagem, fundamentada em bases teóricas da linguística e da teoria social, busca compreender como os discursos são construídos, disseminados e interpretados dentro de determinados contextos sócio-históricos, valorizando não apenas os aspectos superficiais da linguagem, mas também os significados implícitos, as relações de poder e as ideologias que permeiam os textos.

Também se utilizou como fonte imagens áreas disponíveis no acervo da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina tiradas em 1957 que abrangiam a área de estudo, permitindo por meio da fotogrametria e fotointerpretação compreender a dinâmica de

desmatamento e ocupação da floresta, além de permitir a elaboração de produto cartográfico capaz de representar a ocupação da floresta naquele período.

No que tange os referenciais teóricos para pesquisa, o trabalho de Mario Sergio Di Bitetti, Guillermo Placci e Lou Ann Dietz (2003), intitulado *Uma visão de biodiversidade para a Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata Atlântica: planejando a paisagem da conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades*, oferece um amplo panorama da complexidade biológica e das questões de conservação associadas à Mata Atlântica. Além disso, destaca seu caráter transnacional, envolvendo partes do Brasil, Paraguai e Argentina, o que ressalta a necessidade de uma compreensão histórica e uma abordagem colaborativa e abrangente para sua preservação.

Outra contribuição significativa é a obra de Warren Dean, intitulada *A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica Brasileira*. A popularidade desse trabalho é resultado direto de sua abordagem em larga escala e do extenso escopo de fontes consultadas, abrangendo quase cinco séculos de história. Dean mergulha profundamente nas raízes da devastação, oferecendo um panorama minucioso das atividades humanas que contribuíram para a degradação desse bioma, desde os primeiros contatos coloniais até o final do século XX.

Apesar da reconhecida a qualidade técnica da obra de Dean, é importante reconhecer que, como em qualquer abordagem acadêmica, também apresenta limitações. Uma dessas limitações é a tendência a privilegiar fontes relacionadas à região sudeste do Brasil, deixando lacunas em outras áreas geográficas igualmente importantes para a compreensão da Mata Atlântica.

Em relação ao processo de colonização e ocupação das florestas do oeste catarinense no início do século XX, várias pesquisas têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada desses eventos. Trabalhos como os de Arlene Renk (1990), Alceu Antônio Werlang (1992), José Carlos Radin (2006) e Eunice Sueli Nodari (1999; 2012; 2013; 2017; 2021; 2023) apresentam uma análise contundente das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que permeiam essa região. Desde questões fundiárias até migrações e aculturação de imigrantes europeus, essas pesquisas lançam luz sobre aspectos cruciais do processo de ocupação e transformação do oeste catarinense.

Adicionalmente, pesquisadores como Claiton Marcio da Silva (2020; 2021; 2023), Débora Nunes de Sá (2023), Juliana Bublitz (2006; 2010) Marcos Gerhardt (2009; 2013; 2017; 2023), Marlon Brandt (2015; 2019; 2023), Samira Peruchi Moretto (2017; 2018; 2023; 2024),

têm investigado, dentre outros temas, os aspectos socioambientais da colonização europeia no sul do Brasil, oferecendo importantes abordagens sobre a interação entre sociedade e meio ambiente nessa região. Dentre as temáticas estão a dinâmica de ocupação dos espaços naturais, relação com animais e plantas e a domesticação da paisagem.

Relativamente ao projeto de colonização Porto Novo, pesquisas de referência foram conduzidas por André Carlos Werle (2001; 2006), Maria Nunes Zilles Magno (1992), Leandro Mayer (2016; 2020), Douglas Orestes Franzen (2014; 2017) e Lorival Inácio Rambo (2007), oferecendo uma análise detalhada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas nesse empreendimento histórico. Essas pesquisas ajudam a contextualizar o projeto dentro do panorama mais amplo da colonização europeia na região sul do Brasil.

Dessa forma se percebe uma ausência de uma abordagem do empreendimento sob o enfoque da história ambiental dando ao meio ambiente a condição de agente histórico, compreendendo as relações mútuas daquele espaço, observando-se, portanto, uma lacuna na abordagem do empreendimento sob a perspectiva da história ambiental, que reconhece o meio ambiente como um agente histórico ativo e interdependente, influenciando e sendo influenciado pelas relações humanas nesse espaço.

Superados prolegômenos, a pesquisa resta organizada em três capítulos. No primeiro capítulo o foco reside no bioma da Mata Atlântica, enfatizando a Floresta Estacional Decidual de Santa Catarina, também conhecida como Floresta Subtropical do Alto Uruguai ou "mata branca". Aborda também a ocupação pré-colonial, destacando a relação dos povos indígenas com o ambiente.

No segundo capítulo, a atenção reside no papel da expansão europeia e a definição dos limites fronteiriços entre Brasil e Argentina, destacando a influência das coroas portuguesa e espanhola e as expedições de mapeamento e demarcação dos territórios. O capítulo narra as explorações, conflitos e acordos que delinearão as fronteiras e a interação com as paisagens naturais da região. Também é feita uma contextualização das dinâmicas socioambientais afetas a *Selva Misioneira* localizada província de *Misiones* na Argentina, região próxima da área de estuda.

No terceiro capítulo, concentramo-nos na análise específica da colônia e do contexto de sua fundação com destacando as práticas de colonização, a transformação da paisagem pela derrubada da floresta e a substituição por atividades agrícolas. Discutiui-se os impactos ambientais dessas atividades, a relação dos colonizadores, as propagandas e as concepções de

germanidade e catolicismo refletiram sua noção a natureza. Também aborda a introdução de culturas agrícolas, como o tabaco, e a relação com a fauna.

1. FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS E O BIOMA DA MATA ATLÂNTICA

Este capítulo aborda as fronteiras socioambientais existentes no extremo oeste do estado de Santa Catarina. Elas representam limites complexos entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais, onde os impactos das atividades humanas se encontram com os recursos ecológicos. No contexto do Brasil, um país reconhecido por sua vasta diversidade biológica, a Mata Atlântica emerge como um bioma emblemático, abrigando um patrimônio ambiental de biodiversidade e ecossistemas únicos.

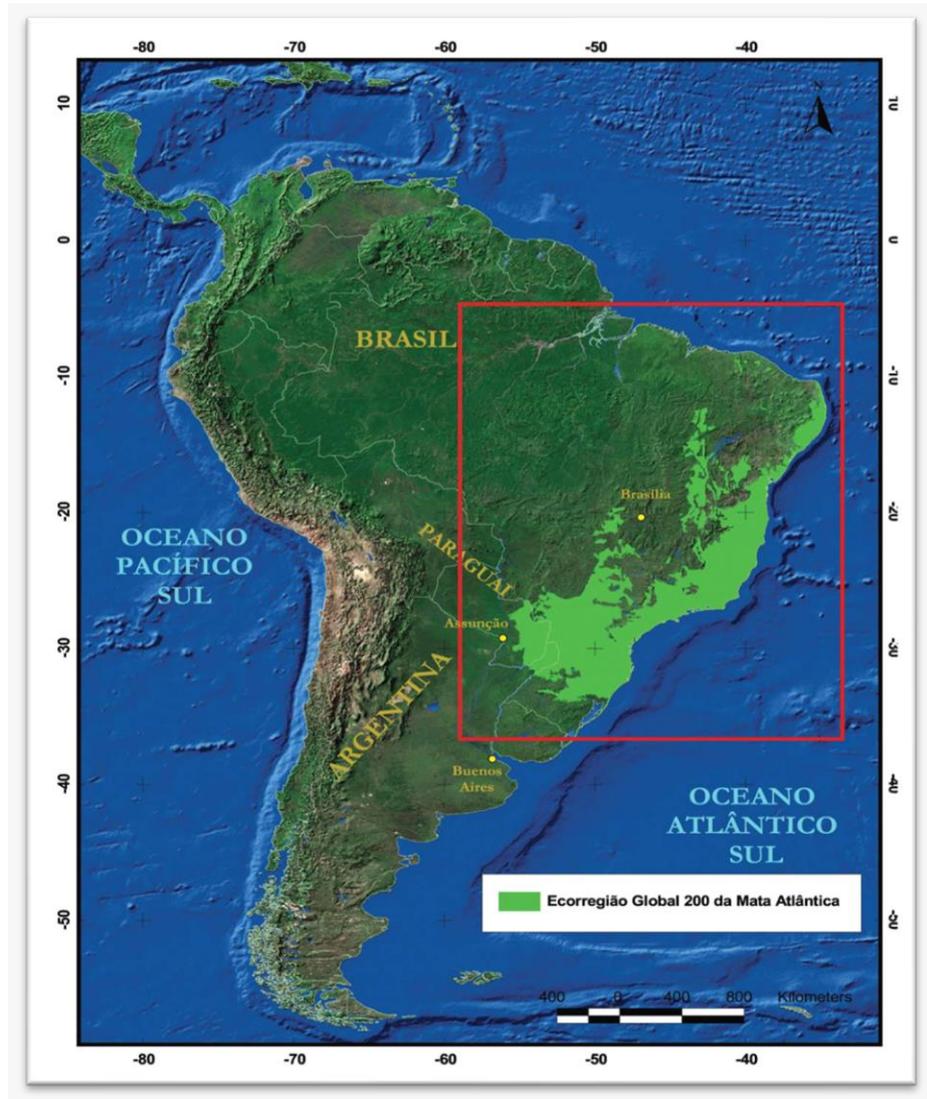
Porém, ao longo dos séculos, a expansão das atividades humanas colocou pressões significativas sobre essa região, desencadeando desafios complexos. Este capítulo explora suas características biofísicas e a interseção dessas fronteiras socioambientais com o bioma.

1.1. O bioma Mata Atlantica

A Mata Atlântica é um amplo bioma que se espalha por diversas regiões biogeográficas em uma área total estimada em cerca de 1,3 milhão km² originalmente, abrangendo territórios do Brasil, Paraguai e Argentina. No entanto, atualmente a cobertura florestal remanescente da Mata Atlântica está reduzida a cerca de 12% de sua área original, ou seja, aproximadamente 155.000 km². Esse bioma é caracterizado por uma grande diversidade de espécies animais e vegetais, muitas das quais são exclusivas da região (TABARELLI; PINTO, 1999).

A Mata Atlântica contém evidências de uma longa história de ocupação humana, sucessivas transformações ao longo de milhares de anos. Quando portugueses e espanhóis chegaram à região nos anos 1500, encontraram grupos indígenas, principalmente os Guarani, que se dedicavam à caça, coleta e produção de subsistência. Esses povos nativos tiveram impactos moderados no ambiente. Entretanto, a chegada dos europeus marcou o início de uma transformação dramática do ambiente da Mata Atlântica (DEAN, 1995; JACOBSEN, 2003).

Figura 1 - Localização do Bioma Mata Atlântica na América do Sul



Fonte: Di Bitetti et al (2003)

Os primeiros habitantes do continente americano 18.000 anos antes do presente tinham a habilidade de alterar o ambiente, principalmente por meio do uso de técnicas com fogo. Ademais, estudos recentes sugerem protagonismo humano na extinção da megafauna existente na floresta durante o período compreendido como transição do pleistoceno para o holoceno (SOLÓRZANO et al, 2021).

Quando da chegada desses grupos humanos a floresta contava com um clima mais frio e seco, bem como a maior parte de sua vegetação era formada por florestas secas misturadas com formações de vegetação aberta (um mosaico de campos abertos com vegetação arbustiva esparsa) ou florestas de Araucária no Sul e em áreas montanhosas no Sudeste, também misturadas com formações de gramíneas (SOLÓRZANO et al, 2021).

Mais recentemente, por volta de 10.000 anos antes do presente, inaugurou-se nova fronteira entre humanos e floresta. Esta é marcada pela domesticação de plantas, animais e a consolidação da agricultura de *coivara* (agricultura de corte e queima). Esse processo de queima e posterior abandono da área alterou significativamente o padrão de distribuição da diversidade no bioma, consolidando paisagens culturais na floresta (SOLÓRZANO et al, 2021).

Durante o século XVI, a expansão da colonização europeia na Mata Atlântica provocou um aumento significativo dos impactos no meio ambiente e nas populações indígenas que lá viviam. A extração intensiva de recursos naturais, incluindo madeira, pau-brasil e outras espécies vegetais, além da mineração, contribuiu diretamente para esse cenário. Assim como introdução de espécies animais e vegetais exóticas resultou em uma rápida e acentuada degradação da floresta e de sua biodiversidade local (DEAN, 1997).

Essa expansão colonialista sobre o bioma foi marcada pela sua notável e expressiva violência sobre o ambiente e as populações nativas, posteriormente africanas, escravizadas e exploradas para garantir mão de obra e o sucesso das atividades econômicas. Esse movimento da fronteira socioambiental sobre o bioma resultou em uma série de transformações ambientais e sociais, que se intensificaram expressivamente ao longo dos séculos seguintes (DEAN, 1997).

Durante o século XVIII, com a crescente demanda energética e urbanização da sociedade brasileira, o consumo da floresta como lenha e carvão cresceram exponencialmente. Na sociedade do século XIX, o carvão vegetal era essencial como fonte de energia, sendo utilizado na fabricação de ferro e consumido em residências em fornos e fogões (SOLÓRZANO et al, 2021).

No início do século XX, a industrialização da economia brasileira impulsionou o início do Antropoceno no país. A contínua urbanização foi a principal responsável pela pressão exercida sobre a Mata Atlântica, demandando principalmente energia e materiais de construção. A agricultura brasileira passou a incorporar equipamentos modernos apenas na década de 1960, o que poderia ter impedido mais desmatamento por meio do aumento da produtividade em terras consolidadas, mas a Mata Atlântica estava devastada. Poucas regiões planas e aráveis do bioma permaneceram altamente florestadas, com menos de 10% da cobertura original sobrevivendo até o final do século XX, principalmente concentradas em áreas montanhosas (DEAN, 1996; SOLÓRZANO et al, 2021).

Concentrando cerca de 70% da população brasileira e 80% do PIB, a Mata Atlântica hoje é muito mais uma região de agricultura, pastagens, cidades, sistemas rodoviários

complexos, parques industriais e fábricas do que de florestas propriamente ditas. A estrutura e a composição das comunidades ecológicas, bem como o funcionamento dos ecossistemas, estão sendo afetados por processos naturais e antropogênicos, levando a mudanças nunca antes verificadas, produzindo ecossistemas novos ou emergentes (SOLÓRZANO et al, 2021).

A Mata Atlântica é considerada um dos *hotspots* de biodiversidade mais importantes do mundo. Considerando sua complexidade, especialistas ligados ao grupo *World Wide Fund For Nation* (WWF) elaborou uma lista conhecida como “*Global 200*” utilizando análises comparativas de dados de biodiversidade para identificar as ecorregiões críticas que contêm a maior parte da diversidade de habitats terrestres, marinhos e de água doce do planeta. Esse trabalho identificou 15 ecorregiões terrestres diferentes ao longo da costa Atlântica do Brasil (Figura 2) (DI BITETTI et al, 2003).

Em nível planetário, seguindo um critério de distribuição global e regional de plantas e animais convencionou-se a subdivisão dos ecossistemas terrestres em 14 biomas, 8 regiões biogeográficas e 867 ecorregiões. Estudos indicam que cerca de 50% da biodiversidade do planeta está concentrada em apenas 25 *hotspots* distribuídos pelo mundo. *Hotspots* de diversidade são áreas que apresentam alta riqueza de espécies e endemismo, e são fundamentais para a conservação da biodiversidade (OLSON et al., 2001; MYERS et al., 2000).

Assim, a Mata Atlântica não é propriamente uma ecorregião, mas um grupo de ecorregiões que compartilham da mesma história biogeográfica, espécies e comunidades. Essas regiões foram denominadas: Florestas do Alto Paraná; Floresta com Araucárias; Restingas; Florestas Costeiras da Bahia; Florestas do Interior da Bahia; Brejos de Altitude; Florestas Costeiras de Pernambuco; Florestas do Interior de Pernambuco; Florestas da Serra do Mar (DI BITETTI et al, 2003).

1.2. A Ecorregião Florestas do Alto Paraná

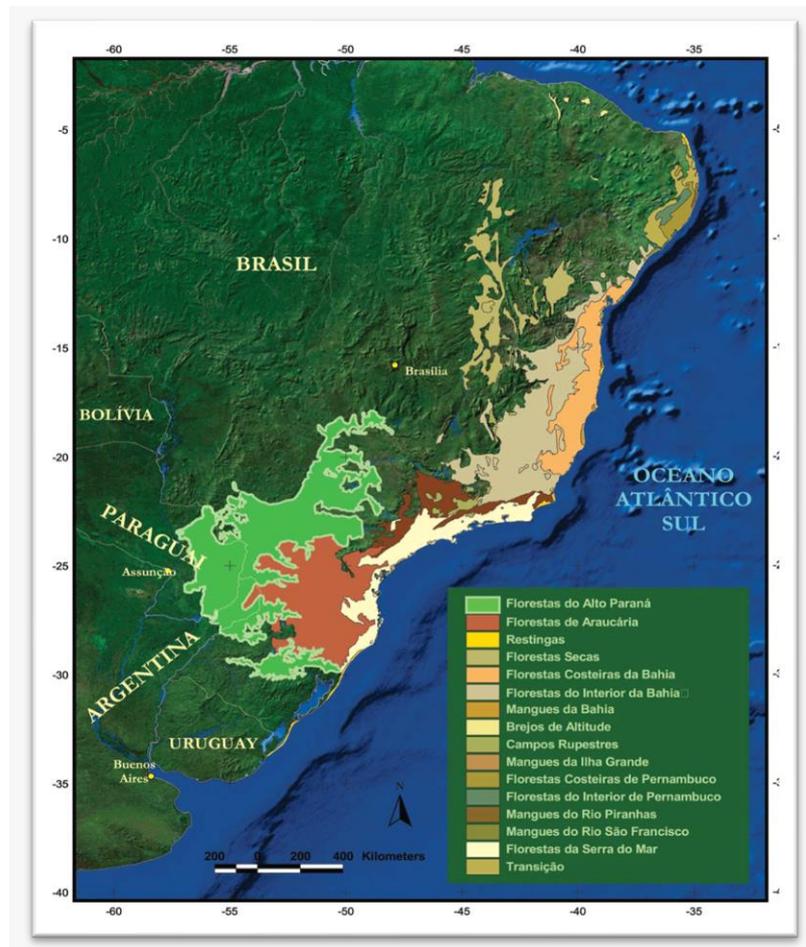
A Ecorregião Florestas do Alto Paraná, dentre as 15 ecorregiões do Complexo de Ecorregiões da Mata Atlântica, possuía originalmente a maior área (471.204 km²). Ela se estende da vertente oeste da Serra do Mar no Brasil até o leste do Paraguai e a Província de Misiones na Argentina. Antigamente, a região era coberta por uma contínua Floresta Estacional

Semidecídua, composta por diversas comunidades florestais com alta diversidade de espécies de plantas (DI BITETTI et al, 2003).

Atualmente, a ecorregião abriga os maiores blocos de floresta remanescente e o grupo original de grandes vertebrados, incluindo predadores do topo de cadeia, como gavião real, gavião de penacho, onça-pintada, suçuarana a jaguatirica, além de grandes herbívoros, como antas, duas espécies de veado e duas espécies de queixada (DI BITETTI et al, 2003).

A conservação desses blocos representa um desafio complexo, como a região está localizada em três países com diferentes culturas, idiomas e diversidade socioeconômica e cultural. Mais de 25 milhões de pessoas vivem na área, sendo 8,6 milhões em áreas urbanas e 6,4 milhões em áreas rurais. As políticas de conservação são desenvolvidas e implantadas por três governos federais, 18 governos de províncias/estados/departamentos e 1.572 governos municipais, tornando a tomada de decisões igualmente complexa e dispersa (DI BITETTI et al, 2003).

Figura 2 - Ecorregiões da Mata Atlântica



Fonte: Di Bitetti et al (2003)

A maior ameaça à biodiversidade na região é a fragmentação e degradação da floresta, causadas principalmente pela expansão da agricultura, ocupação, construção de infraestrutura, caça ilegal de animais silvestres e exploração insustentável da floresta nativa. Apesar do alto grau de fragmentação, ainda há boas oportunidades para conservação dos grandes fragmentos de floresta remanescentes na região, o que garantiria a preservação de grande parte dos processos ecológicos que sustentam a vida (DI BITETTI et al, 2003).

A ecorregião tem uma variedade de formações fitoecológicas distintas. Essas formações são caracterizadas por diferentes condições ambientais, como clima, solo, relevo e disponibilidade de água, que influenciam a composição e estrutura da vegetação. A vegetação predominante na Ecorregião Florestas do Alto Paraná é a Floresta Estacional Semidecidual. (DI BITETTI et al, 2003).

A classificação da vegetação na Argentina, é realizada de acordo com o sistema de ecorregiões. O critério adotado para classificação é definido por um território com condições ambientais homogêneas, incluindo a geomorfologia, o solo e o clima, sustentando comunidades naturais ou seminaturais com espécies e dinâmicas ecológicas similares (SÁ, 2023).

Segundo esta abordagem, a Argentina é dividida em 18 ecorregiões distintas, são elas: Altos Andes, Puna, Monto de Sierra y Bolsones, Selva de las Yungas, Chaco Seco, Chaco Húmedo, Delta e Islas del Paraná, Bosques Patagónicos, Campos y Malezales, Espinal, Estepa Patagónica, Esteros del Iberá, Islas del Atlántico Sur, Monte de Llanuras y Mesetas, Pampa, Antártida Argentina, Mar Argentina e a Selva Paranaense (Figura 03) (SÁ, 2023).

Este sistema difere significativamente do brasileiro, que categoriza sua vegetação em biomas, conforme critérios estabelecidos pelo IBGE. O Brasil identifica seis biomas principais, incluindo a Mata Atlântica, que abriga a Floresta com Araucárias e Floresta Estacional Decidual, correspondente à ecorregião da Selva Paranaense na classificação argentina (SÁ, 2023).

Figura 3 - Ecorregiões República Argentina



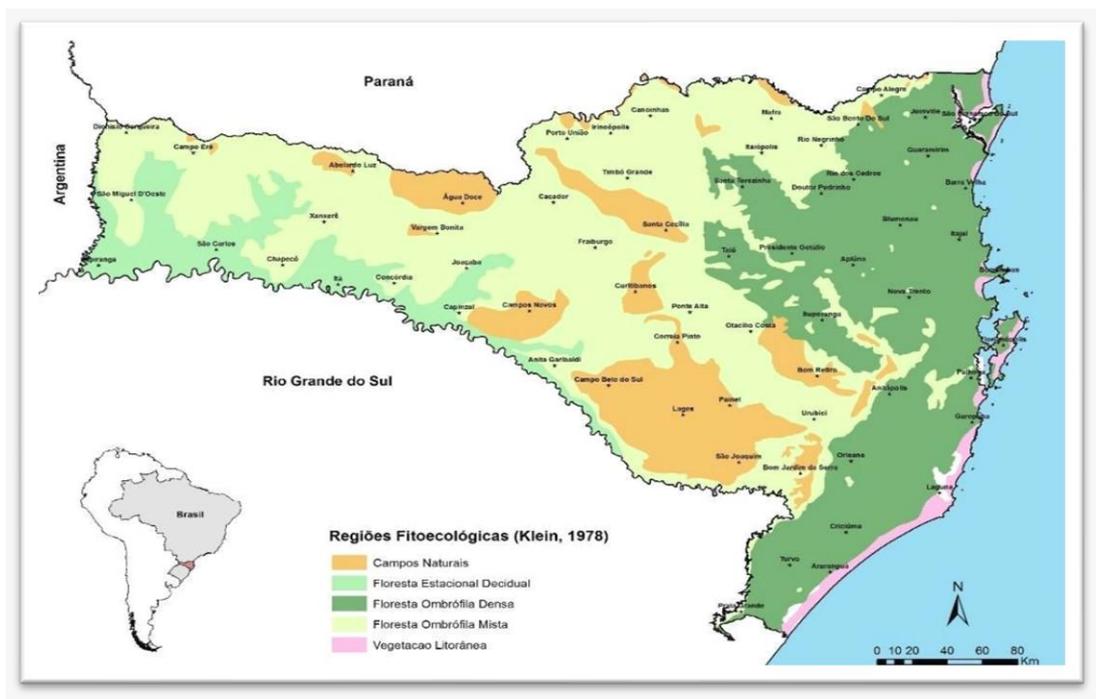
Fonte: Mapoteca

Ainda, no Brasil, o IBGE reconhece duas tipologias de florestas decíduas, a Floresta Estacional Decidual e a Semidecidual distribuídas de maneira descontínua em diferentes partes do país, sendo associadas mais frequentemente com o bioma da Mata Atlântica e do Cerrado. A diferença reside na queda de folhas durante a estação seca; sendo que para as florestas semidecíduas a porcentagem das árvores caducifólias do conjunto fica entre 20% e 50%, as florestas decíduas apresentam 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período desfavorável (IBGE, 2012; GASPER et al, 2011, p. 130; 2015, p. 78-79).

1.2.1. A Floresta Estacional Decidual de Santa Catarina ou Floresta Subtropical do Alto Uruguai

A FED situada no estado de Santa Catarina, é também identificada como a floresta tropical do Alto Uruguai ou, de maneira mais informal, “mata branca”. Este último nome é resultado da aparência branca das espécies de árvores durante a estação de queda de folhas. A floresta cobria originalmente uma área de aproximadamente 7670 km², estendendo-se pela bacia hidrográfica do rio Uruguai, abrangendo seu curso principal e as porções média e baixa de seus afluentes (SCHORN et al, 2014).

Figura 4 - Fitofisionomia de Santa Catarina (Klein, 1978)



Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina

A vegetação do Alto Uruguai é tida como uma continuação das florestas do rio Paraná, que se estendem da Província de Misiones, na Argentina. Esse ecossistema é mais recente comparado à Floresta Ombrófila Mista (FOM), também conhecida como floresta com araucárias. A expansão da Floresta Estacional Decidual ocorreu na região oeste do estado de Santa Catarina, através da "difusão de elementos bióticos" pelos rios situados no Paraná. Esse

processo permitiu a incorporação de contribuições florísticas da FOM e da Estepe, também conhecida como Campos Naturais (GASPER et al, 2011; KLEIN, 1972).

A diversidade de espécies encontradas na Floresta Estacional Decidual é menor que a encontrada nas florestas ao longo do Rio Paraná, no estado do Paraná e na parte oriental do Paraguai. Algumas espécies de árvores presentes nessas florestas, como a Peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*), o Jatobá (*Hymenaea courbaril*), o Amendoim (*Arachis hypogaea*), o Palmito (*Euterpe edulis*) e outras, não são encontradas no Alto Uruguai (KLEIN, 1972).

No entanto, a Floresta Estacional Decidual se destaca por abrigar árvores robustas que podem atingir entre 30 e 40 metros de altura. Embora as árvores de grande porte não formem uma cobertura superior contínua, seus troncos espessos e ramificação extensa conferem à floresta uma aparência característica e distinta. Nas estações primavera e verão, as copas das árvores se enchem de folhas e flores, criando uma paisagem exuberante. Por outro lado, no inverno, a maioria das árvores do estrato superior perde suas folhas, e a floresta assume o aspecto de mata decidual (KLEIN, 1972).

A flora da Floresta Estacional Decidual é composta por uma variedade de espécies arbóreas, algumas delas endêmicas da região. As espécies mais comuns incluem a canela-preta (*Ocotea pulchella*), o guatambu (*Balfourodendron riedelianum*), a peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*), o angico (*Anadenanthera colubrina*) e a figueira-branca (*Ficus guaranitica*). Além dessas, outras espécies relevantes são o araçá (*Psidium cattleianum*), a pitanga (*Eugenia uniflora*), o tarumã (*Vitex megapotamica*), a aroeira (*Schinus molle*) e o cedro (*Cedrela fissilis*) (SCHORN et al., 2014).

Não apenas a flora, mas também a fauna da Floresta Estacional Decidual é diversificada, abrigando uma variedade de mamíferos, aves, répteis e anfíbios. A região é o lar de aproximadamente 300 espécies de aves, das quais 37 são endêmicas da Mata Atlântica e do Cerrado. Há também cerca de 60 espécies de mamíferos, incluindo a onça-parda (*Puma concolor* Lineu, 1771), a jaguatirica (*Leopardus pardalis* Lineu, 1778), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus* Schreber, 1775) e a anta (*Tapirus terrestres* Lineu, 1778). Além disso, outras espécies importantes incluem a lontra (*Lontra longicaudis* Olfers, 1818), o veado-mateiro (*Mazama americana* Erxleben, 1777) e a cuíca-d'água (*Chironectes minimus* Zimmermann, 1780) (DI BITETTI et al, 2003).

Por sua grande diversidade biológica, a Floresta Estacional Decidual de Santa Catarina tem relevante importância ecológica. Com uma flora e fauna ricas, a floresta abriga espécies ameaçadas de extinção, bem como rios e nascentes com uma ampla diversidade de peixes, anfíbios e répteis. A preservação dessa região é fundamental para a manutenção da biodiversidade e para a continuação dos serviços ecossistêmicos proporcionados pela floresta (GASPER et al., 2011; DI BITETTI et al., 2003; SCHORN et al., 2014).

Apesar da importância ecológica, essa biodiversidade tem sido alvo de exploração sistemática ao longo do século XX devido a um intenso processo de colonização e povoamento. Esse processo tem se caracterizado pela derrubada da floresta e pela abertura de áreas para agricultura e pecuária, tema que será tratado em maior detalhe posteriormente em capítulo próprio.

1.3. A ocupação pré-colonial

As ocupações mais antigas dos territórios próximos ao Rio Uruguai, conforme apontam registros arqueológicos datam de 10.000 a 12.000 antes do presente, por grupos de caçadores-coletores que o habitavam de maneira perene. Os principais indícios de sua presença referem-se a carvão de fogueiras localizado nas margens do rio Uruguai. Esses povos originários da paisagem amazônica, com florestas associadas a grandes rios e seus tributários iniciaram um longo processo de migração iniciado por volta de 5.000 anos atrás, e quando da chegada dos primeiros europeus, esses grupos habitaram exclusivamente “florestas subtropicais no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Misiones na Argentina; em São Paulo, Mato Grosso do Sul e também no Paraguai, florestas tropicais” (FERRASSO & SCHMITZ, 2012, p. 66; SCHMITZ, 2011, p. 77).

A paisagem encontrada por esses povos no Sul era muito diferente da atual, a temperatura era mais baixa, precipitação das chuvas menor, rios com menos vazão e uma característica geral de aridez. A floresta ocupava apenas em pequenas franjas ao longo do rio Uruguai. Os recursos necessários para subsistência dessas populações estavam na água dos rios, no qual também se praticava a pesca, na floresta coletando frutas e pinhas, além da caça de animais como a anta, veado, capivara, porco-do-mato, macaco, gato-do-mato, lontra, ratão do banhado, tatu, lagarto. Mais recentemente, a partir de 2.000 anos antes do presente, a região

passou a ser ocupada por grupos da unidade arqueológica Tupi-Guarani, de tradição cerâmica e que praticavam a agricultura e a domesticação de plantas (SCHMITZ, 2011).

Tratam-se de duas populações distintas, os que falam Tupi, “do Paranapanema para o norte e ao longo da costa leste brasileira” e os que “falavam Guarani no Paraguai, nos três estados meridionais do Brasil e em partes do nordeste argentino”. Sobre as diferenças entre esses dois grupos:

[...] não é só linguística, mas tecnológica e ecológica. Os Tupis, em terras mais quentes, vão cultivar predominantemente a mandioca amarga e adaptar seus artefatos cerâmicos para a produção de beiju e farinha. Os Guaranis, em terras geralmente mais frias, vão cultivar o milho, o aipim, o feijão, a batata doce, as abóboras, para cujo preparo necessitam outras formas de artefatos cerâmicos, que vão distingui-los de seus irmãos de mais ao norte (SCHMITZ, 2011, p. 76-78; 2006, p. 14-19, 36).

No que tange a tecnologia empregada no cultivo dos víveres, adotava-se um sistema em que era feito o corte da mata, seguido de queimadas, sem remoção dos troncos, sem afogar o chão, era efetuada a colheita enquanto a plantação não se cobrisse de ervas daninhas, momento em que o terreno era abandonado. Esse ciclo durava por volta de três anos. Indícios apontam que essas populações faziam o uso racional da terra de forma a conseguir colheitas de diferentes produtos ao longo das estações do ano. O consumo de proteínas, no entanto, apresentava desafios:

O abastecimento de proteínas, indispensáveis para o desenvolvimento de um povo, foi, entretanto, o desafio maior. Na falta de animais domésticos, esta população teve de se voltar para a caça de animais dispersos pelo mato ou para os escassos peixes dos rios, das lagoas e do mar. Dentro das casas da aldeia de Candelária foram encontrados abundantes restos ósseos, entre os quais predominava absolutamente o veado, mas aparece o bugio, o gambá, o porco-do-mato, a anta e a cutia, o tapiti, a capivara, o mico, a paca, a preá, a jaguatirica, o mão-pelada, o ratão-do-banhado, o ouriço e o zorrilho, mas poucos peixes e répteis (SCHMITZ, 2006, p. 42).

Com a expansão colonial esses grupos nativos sofrem uma intensa perseguição tanto pelas corroas espanhola e portuguesa durante os séculos XI e XVII que gradativamente pressionou essas populações a se retirarem que vez mais ao interior levando tornando sua presença na floresta estacional cada vez mais rarefeita. Nesse sentido, os principais fatores apontados estavam ligados ao território localizado no epicentro das disputas entre os reinados, as bandeiras e a destruição das reduções jesuítas.

Esta é a história do Guarani, primeiro o colonizador mais efetivo do mato subtropical, depois ou combustível de uma plantation periférica, ou parcela privilegiada dentro de um grande império colonial: os poucos sobreviventes são mestiços incorporados na classe baixa de pequena república subdesenvolvida, ou indígenas dispersos em busca de um projeto que novamente os possa entusiasmar (SCHMITZ, 2006, p. 53).

No que tange a interação ecológica desses primeiros povos com o ambiente, pode-se caracterizá-la como “pouco agressiva”, embora transformassem e alterassem a paisagem, utilizavam a floresta numa relação mais antrópica, ou até mesmo, “sustentável” que permitia sua regeneração. Nesse sentido, Drummond (1997, p. 46), defende que: “essa sustentabilidade’ do indígena é provavelmente mais resultado de suas tecnologias mais simples e do baixo número de pessoas do que uma intenção deliberada de preservar a natureza”.

Por fim, muito antes da chegada dos europeus, as florestas desta região eram uma paisagem cultural fruto da interação entre as sociedades humanas e o ambiente natural. Essas paisagens refletiam uma relação histórica, social e cultural profunda de um determinado grupo de pessoas com seu entorno natural. No entanto, ao longo do processo de colonização, essa conexão foi gradualmente apagada e substituída por uma relação de exploração e destruição.

2. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL E A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Neste capítulo, o foco é a expansão das fronteiras socioambientais e a definição dos limites territoriais entre o Brasil e a Argentina. Analisamos a expansão colonial por meio das missões jesuíticas, das expedições dos bandeirantes paulistas e das atividades de demarcação de limites, sublinhando a complexidade desses eventos e as várias perspectivas que eles envolvem. Além disso, examinamos a colonização da província de Misiones, discutindo como a imigração europeia influenciou o desenvolvimento econômico da região e os impactos dessas mudanças nas florestas locais, e os relatos de viajantes naturalistas que exploraram a área.

2.1. A movimentação da fronteira de povoamento europeia

Com a chegada dos europeus ao território da América do Sul, as coroas portuguesa e espanhola iniciaram um processo de intrusão e exploração das terras então recém-descobertas. Ambas as potências coloniais buscavam expandir seus impérios, estabelecer colônias e explorar os recursos naturais das novas terras. Trata-se de um processo complexo e multifacetado do qual visa-se destacar brevemente a influência de alguns aspectos que afetaram a área de estudo: a cartografia jesuítica, as expedições das bandeiras paulistas, e as expedições de demarcação de limites e científicas realizadas durante os séculos XVIII e XIX.

Durante este período acirrou-se o processo de consolidação dos estados nacionais. Nesse contexto, especialmente em regiões com vastas áreas florestais, como é o caso do Brasil, surgiram tensões e conflitos relacionados aos limites territoriais. Diversas expedições foram realizadas nessa época, tanto por viajantes independentes e naturalistas, quanto por oficiais governamentais, que buscavam explorar e descrever essas áreas. Os relatos dessas expedições eram frequentemente marcados por uma dicotomia entre cultura e natureza. A floresta era retratada como uma paisagem inóspita, selvagem e misteriosa, contrastando com a ideia de civilização e progresso representada pelas cidades e áreas urbanizadas. Essa dicotomia entre a cultura e a natureza servia para justificar o avanço sobre a floresta e legitimar a exploração dessas regiões.

A ideia predominante era de que a floresta era um espaço "virgem", "vazio", um "sertão" que precisava ser conquistado e explorado. Ela era vista como uma fronteira para a civilização, um obstáculo a ser superado. Essa visão romantizada da floresta como uma terra a ser desbravada e transformada em benefício da sociedade estava em consonância com o pensamento dominante da época, que enxergava o progresso e a modernização como sinais de desenvolvimento.

Esses discursos que se baseavam na dicotomia entre cultura e natureza e na ideia de conquista da floresta contribuíram para a construção de um imaginário coletivo que legitimava a exploração e a ocupação das áreas florestais. Essa visão persistiu ao longo dos anos e influenciou as políticas públicas e ações governamentais tendo impactos significativos no meio ambiente e nas populações indígenas e tradicionais que habitavam essas áreas.

É importante salientar ainda que nosso foco será restrito aos espaços anteriormente discutidos, com ênfase nas fontes relacionadas com as florestas do extremo oeste de Santa Catarina, no Brasil, e da província de Misiones, na Argentina. O objetivo é explorar como essas paisagens foram influenciadas e percebidas pela presença europeia na região.

2.2. A expansão europeia e os limites fronteiriços entre Brasil e Argentina

As fronteiras entre os territórios das coroas portuguesa e espanhola, emergentes da expansão colonial, foram um palco constante para disputas históricas. Essas potências coloniais frequentemente entravam em embates para estabelecer e reivindicar territórios ao redor do globo. Em 1494, o Tratado de Tordesilhas foi instaurado como uma referência para terras ainda a serem descobertas, delimitando a esfera de influência entre Portugal e Espanha. Esse acordo dividia o mundo desconhecido com uma linha imaginária localizada a aproximadamente 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras a leste dessa linha pertenciam a Portugal, enquanto as terras a oeste, a Espanha. Contudo, a localização exata dessa linha divisória permaneceu ambígua, resultando em interpretações divergentes ao longo dos anos (GOES FILHO, 2015).

Os sacerdotes jesuítas tiveram um papel na expansão colonial portuguesa durante o período colonial, estabelecendo missões e reduções em várias partes do Brasil. De particular relevância foram as missões estabelecidas nas florestas ao longo do rio Uruguai, territórios de

disputa entre as coroas portuguesa e espanhola. Na bacia dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, os jesuítas estabeleceram um conjunto de reduções, que eram comunidades indígenas organizadas sob a administração e influência da Companhia de Jesus (GOLIN, 2014).

Essas reduções visavam não apenas converter os povos indígenas ao cristianismo, mas também de alguma forma integrá-los à uma sociedade colonial, proporcionando-lhes educação formal, treinamento em habilidades agrícolas e artesanato, e promovendo um estilo de vida sedentário servindo como pontos de apoio para a expansão territorial e religiosa. Os jesuítas desempenhavam um papel central na gestão dessas comunidades, supervisionando não apenas questões espirituais, como também organizando a produção agrícola e artesanal e intermediando as relações entre os nativos e as autoridades coloniais (GOLIN, 2014).

Os sacerdotes jesuítas desempenharam um papel crucial na exploração, mapeamento e documentação do território sul-americano. Esses membros da Companhia de Jesus, muitos deles com uma sólida base científica, frequentemente eram os primeiros europeus a penetrar em regiões distantes e inexploradas. Eles exibiam um interesse particular por técnicas de cartografia e geodésia, o estudo científico da Terra e suas dimensões. Através destas habilidades, foram capazes de mapear com certa precisão as áreas onde se estabeleceram, registrando meticulosamente as características geográficas, hidrográficas e topográficas dos territórios sob sua influência.

Estes mapas produzidos pelos jesuítas se destacam pela sua riqueza de detalhes, incluindo não só características naturais, como rios, florestas e montanhas, mas também assentamentos indígenas. Eles serviam como uma ferramenta essencial de orientação e planejamento para as atividades missionárias, além de uma documentação indispensável para relatar suas explorações e descobertas na Europa. Particularmente, os registros cartográficos mais antigos das florestas do oeste catarinense e da província de Misiones, situadas na fronteira entre Brasil e Argentina, foram feitos por esses jesuítas.

Segundo Bocalon & Otsuchi (2020), esses clérigos "peregrinaram pelas terras hoje consideradas fronteiriças entre Brasil e Argentina", com a missão de "estabelecer as dimensões e a morfologia dos rios pertencentes à bacia do Prata". Seu trabalho, portanto, foi fundamental para a nossa compreensão posterior da geografia e da história dessa região. Dois exemplos notáveis desses trabalhos estão nos mapas *Paraquaria vulgo Paraguay: Cum adjacendus* (1662) – Figura 5 - e no *Paraguariæ Provinciæ soc. jesu cum adiacentibg. novissima descriptio* (1732) – Figura 6 - que abrangiam a área em questão.

Ademais, ainda durante o período colonial, as expedições notadamente conhecidas como bandeiras desempenharam um papel fundamental na expansão da fronteira socioambiental. Organizadas por colonizadores portugueses e seus descendentes, essas expedições tinham o objetivo principal de buscar metais preciosos, como ouro e prata, além de capturar nativos para a escravização. Essas expedições exploravam vastas áreas do interior do Brasil, sobretudo entre os séculos XVI e XVIII, expandindo o domínio territorial português (HOLANDA, 1994).

Figura 5 – Destaque do mapa Paraquaria vulgo Paraguay (1662)



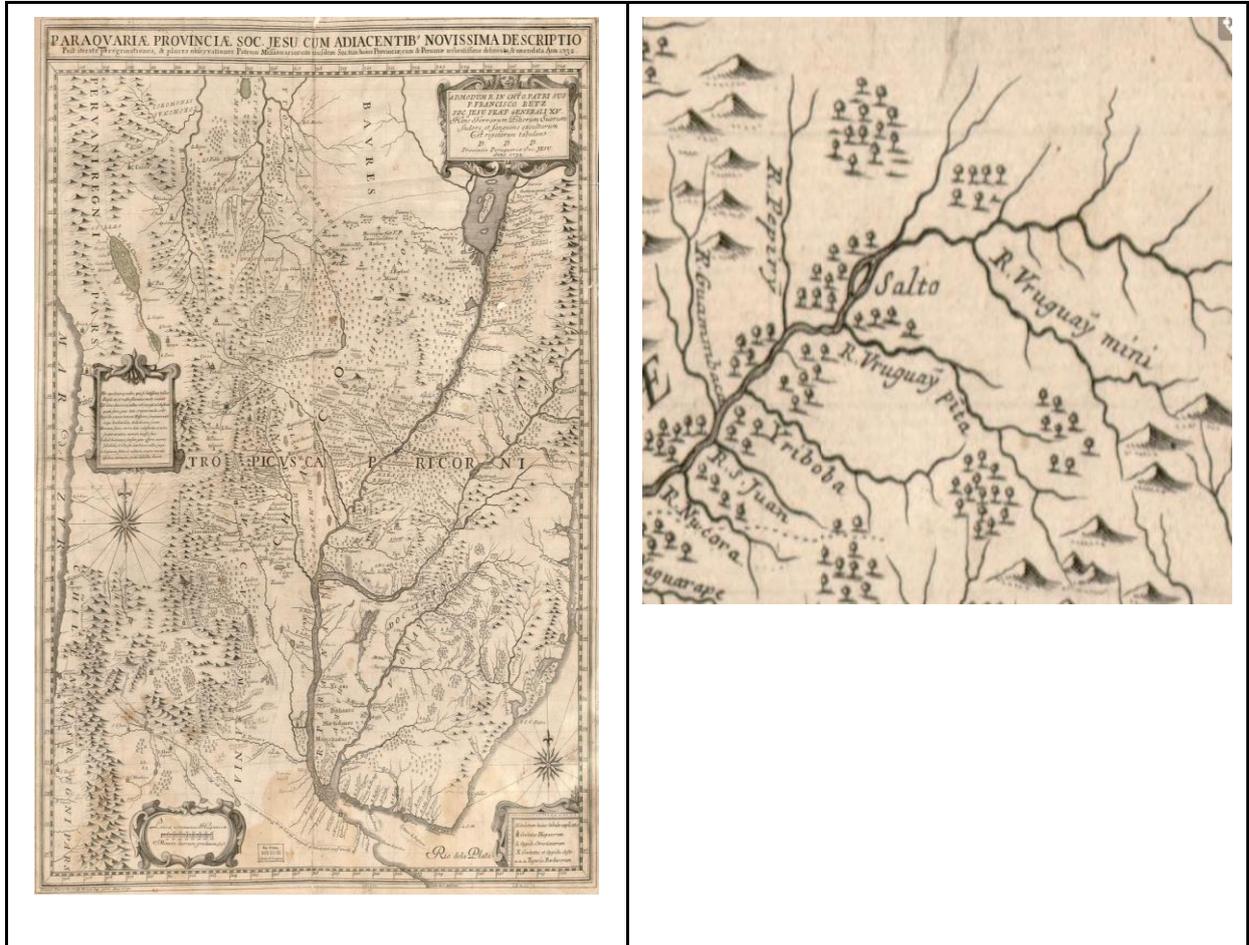
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil.

À medida que avançavam pelo interior, as bandeiras estabeleciam acampamentos temporários ou núcleos de povoamento, conhecidos como "pousos", que serviam como pontos de apoio logístico e de exploração dos recursos locais. Muitos desses acampamentos acabaram se transformando em vilas e cidades ao longo do tempo, contribuindo para a ocupação e repovoamento do interior da América Portuguesa (GOES FILHO, 2015).

Com a expansão territorial de Portugal e Espanha em curso, aliada à ausência de uma fronteira consolidada entre as coroas, uma vez que na época a linha divisória definida pelo Tratado de Tordesilhas (1494) era considerada ambígua e permitiu várias interpretações ao longo dos anos. Dessa forma a dissipar as "incertezas das conquistas e os pretextos de conflitos", e para solidificar seus domínios, as cortes firmaram o Tratado de Madrid (1750). Este tratado estabeleceu o critério *uti possidetis*, segundo qual o território é daquele que o efetivamente

ocupa, bem como os limites deveriam ser determinados pelos rios e montes mais notáveis e conhecidos (PEREIRA,1945).

Figura 6 - Destaque do mapa Paraguariæ Provinciæ



Fonte: Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

Foi determinada uma expedição conjunta de forma a mapear e implementar os limites dispostos no art. V do referido tratado, *ipsis literis*:

Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai até encontrar o do rio rio Pepirí, ou Pequirí, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepirí acima à sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais visinho que desemboque no rio grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguassú. Pelo álveo do dito rio mais visinho da origem do Pepirí e depois pelo Iguassú, ou rio grande de Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo Iguassú desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe ajunta o rio Iguereí pela sua margem ocidental (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1825).

Embora iniciados em 1751 os trabalhos prosseguiram lentamente, a primeira partida foi interrompida em razão da Guerra Guaranítica nas missões que impediram a continuação do trabalho, sendo nomeada nova equipe para uma segunda partida que efetivamente conseguiu

realizar o reconhecimento parcial do Peperi e do rio vizinho San Antônio entre 1759 e 1760 (Figura 08).

A Guerra Guaranítica, foi conflito significativo ocorrido na região Sul do Brasil no século XVIII, é analisada por Tau Golin (2014) como uma resistência dos povos Guarani contra as tentativas coloniais de deslocamento e imposição de novos domínios territoriais decorrentes do Tratado de Madrid.

Golin (2014) interpreta esse período como marcado pela luta dos Guarani para preservar suas terras, cultura e autonomia frente às forças coloniais portuguesas e espanholas. O autor explora a complexidade das relações entre os indígenas Guarani, os missionários jesuítas e as coroas europeias, destacando a resistência Guarani como um momento crucial na história da colonização sul-americana, onde a defesa de seus territórios e formas de vida se opôs às dinâmicas de poder e expansão colonial.

Em 1761, o tratado de Madrid foi revogado, resultando em uma nova negociação que culminou no tratado de Santo Idelfonso em 1777. Embora o tratado não tenha impactado diretamente a linha divisória previamente estabelecida, uma nova demarcação foi determinada. Durante a demarcação os espanhóis levantaram uma controvérsia alegando que os demarcadores de 1759 haviam identificado erroneamente o rio Peperi. Este estaria localizada mais a leste.

Esse pleito levou a uma divergência diplomática que subsistiu mais de um século e que somente tomaria fim por meio da arbitragem submetida em 1899 pelas então repúblicas do Brasil e da Argentina ao então presidente dos Estados Unidos da América, Stephen Grover Cleveland. A questão foi resolvida com laudo arbitral favorável ao Brasil em 1895, consolidando os limites atuais.

As expedições produziram um interessante conjunto documental caracterizado principalmente pelos diários e cartografia. Os escritos nos fornecem uma visão detalhada das experiências dos expedicionários, revelando suas observações e interpretações da natureza ao seu redor.

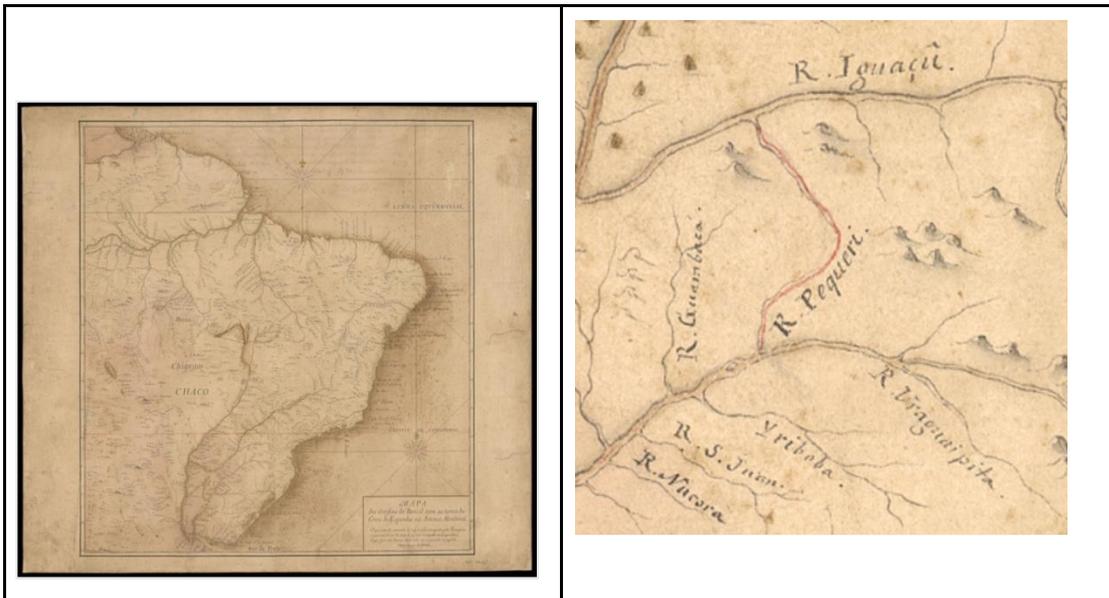
2.2.1. A expedição de demarcação do Rio Peperi-Guassú em 1759

Iniciada em março de 1759, a expedição tinha como objetivo principal reconhecer e demarcar o rio Peperi-Guaçu como limite natural entre os territórios de Portugal e Espanha, conforme estipulado no Tratado de Madri. Esse tratado, um marco na diplomacia europeia, visava suprir deficiências nos acordos anteriores, reconhecendo a realidade da expansão territorial que não havia sido prevista no século XV.

A expedição foi caracterizada por uma série de desafios logísticos e diplomáticos. Composta por mais de 200 integrantes dentre comissários, astrônomos, geógrafos, soldados e índios, essa equipe mista dependia profundamente dos conhecimentos locais para navegar e compreender hidrografia da região (ACADEMIA DE CIENCIAS, 1841).

Bocalon e Orsuchi (2020) relatam que existiam dúvidas sobre a identificação correta de um rio devido a divergências com informações anteriormente conhecidas. A equipe de exploração enfrentou desafios para identificar a foz do rio Peperi-Guaçu, especialmente porque o nível da água estava baixo.

Figura 7 - Destaque do Mapa das Cortes (1749)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

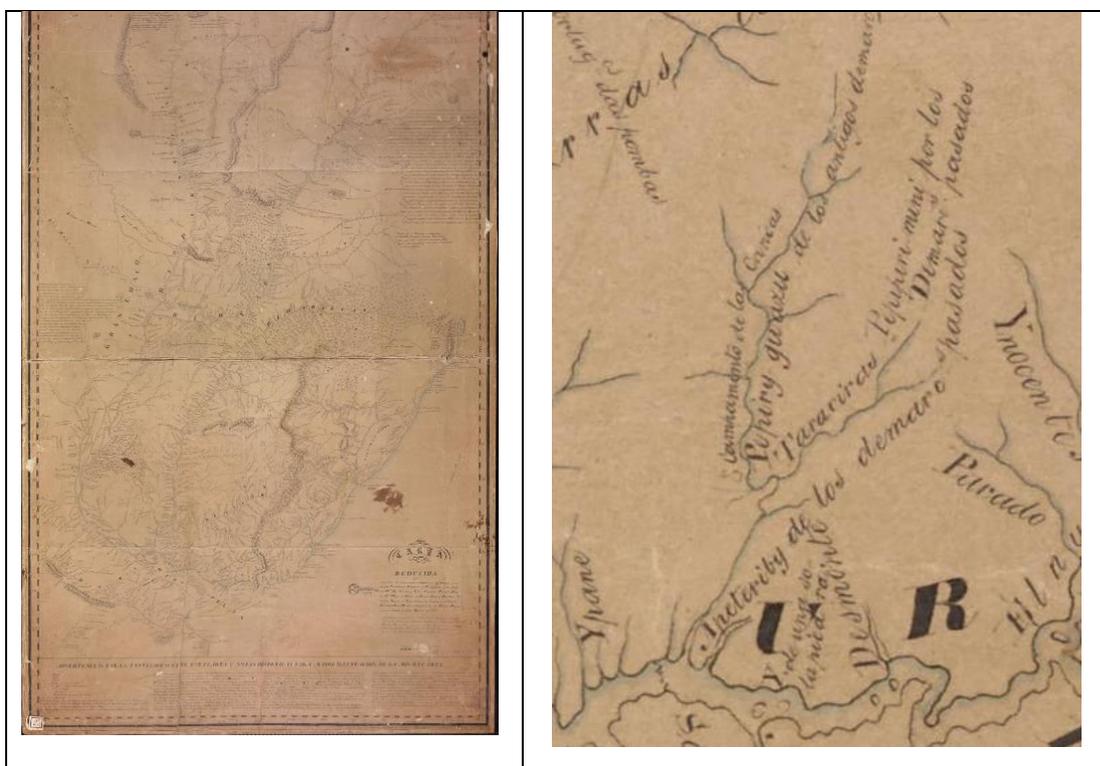
Essa incerteza foi agravada pelas diferenças entre o que era mostrado no Mapa das Cortes (1749) – Figura 7 - usado como referência pela equipe, e o que eles observaram diretamente na natureza. A questão foi resolvida com ajuda de Francisco Xavier Arirapi, um indígena, que confirmou ser aquele o rio Peperi, também conhecido como rio das Piabas. Esse esclarecimento culminou no Ato Oficial de Reconhecimento da desembocadura do rio, em 8 de

de um militar e professor de matemática da academia Real Academia de Barcelona. Ao longo de sua carreira participou do reconhecimento dos cursos dos rios Paraná e Uruguai, bem como do território de Misiones (CARVALHO, 2021).

A expedição deveria subir pelo rio Uruguai até encontrar sua foz, seguir rio acima até sua origem principal e, então, continuar pelo terreno mais alto até a cabeceira do rio mais próximo que desaguasse no Iguaçu ou no grande rio de Curitiba, identificado posteriormente como o rio San Antonio. Esta missão estava enquadrada nas determinações do tratado (CABRER, 1836).

A expedição de reconhecimento durou sete meses e meio. Os relatos do diário são repletos de descrições de adversidades como a dificuldade de atravessar os terrenos irregulares e pantanosos e doenças. Também retrata águas turbulentas dos rios, com correntezas e redemoinhos constantemente provocando naufrágios canoas com perdas de provisões e equipamentos, isso quando não se viam forçados a transportar canoas sobre pedras e corais e limpar obstruções de troncos e ramagens submersas (CABRER, 1836).

Figura 9 - Mapa da expedição de 1789



Fonte: Biblioteca Nacional.

Por terra, o relato aborda condições climáticas adversas, com chuvas persistentes, escassez de provisões, ataques de insetos (mosquitos e borachudos) e outros desafios impostos

pelo meio ambiente como a difícil navegação do Peperi, cujas correntezas eram descritas como rápidas, repletas de recifes e saltos (CABRER, 1836).

A visão sobre a natureza expressa na expedição pode ser considerada pragmática, no sentido de que a abordagem aos desafios e recursos naturais é orientada por uma perspectiva prática e utilitária. Isso significa que a exploração do meio ambiente é guiada principalmente por considerações sobre como os elementos naturais podem ser utilizados para atender às necessidades humanas ou superar obstáculos.

Não se verifica no relato nenhuma apreciação estética ou de uma consideração sobre a biodiversidade por seu próprio valor, a natureza é vista como um conjunto de recursos a serem mapeados, gerenciados e, em muitos casos, explorados para benefício humano. Esta abordagem reflete uma tendência a valorizar o ambiente principalmente pelo que ele pode oferecer materialmente em termos de recursos naturais e oportunidades de expansão e desenvolvimento.

É importante ressaltar que esses relatos refletem uma perspectiva particular - a dos exploradores que realizaram a expedição. Essa perspectiva não deve ser entendida como a única ou a mais importante. Outras vozes, como a dos indígenas e outros habitantes locais que interagiram com os exploradores ou que foram impactados pela expedição e pela subsequente demarcação de fronteiras, também são partes vitais desse contexto histórico, embora suas experiências e visões sejam muitas vezes silenciadas ou ignoradas nas narrativas históricas dominantes.

2.3. A província paranaense ou selva misioneira argentina

Considerando que as florestas como um objeto de estudo desconhecem limites e fronteiras nacionais, humanamente constituídos, mostra-se imprescindível também abordar, ainda que sucintamente, as formações argentinas, especificamente as existentes na província de Misiones, Argentina mais próximas aos objetos principais do nosso objeto de estudo.

Compõe a região intitulada “Mesopotâmia Argentina”, precisamente por estar localizada entre os rios Uruguai e Paraná, que também delineiam a fronteira de Misiones e dois países fronteiriços com a Argentina, a saber: Brasil, situado a sudoeste do estado do Paraná, noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, e Paraguai, localizado entre os departamentos de Alto Paraná e Itapuá (JUNQUEIRA, 2000).

Frequentemente referida como "selva missioneira", esta região florestal tem sido objeto de numerosos estudos ao longo do tempo, visando à sua caracterização. Entre as várias nomenclaturas propostas para descrever a área estão: "formação missioneira" por Holmberg em 1898, "formação guaraníca" por Bertoni em 1914, "bosques subtropicales hidrófilos" segundo Hauman em 1922, "bosques Brasil-Missioneiro" por Hicken em 1928, "selva subtropical missioneira" de acordo com Parodi em 1934, e "parque de timbó" por Rambo em 1954 (CROVETTO, 1963; KOSTLIN et al, 2011).

O espanhol Angel Lulio Cabrera, um renomado botânico e fitogeógrafo que passou a maior parte de sua vida na Argentina, teve um papel fundamental no estudo da vegetação argentina. Fundador da Sociedade Argentina de Botânica em 1945, Cabrera publicou uma análise pioneira dos territórios fitogeográficos da Argentina em 1951, que, junto com pesquisas subsequentes, culminou na obra *Regiones fitogeográficas argentinas*, lançada em 1976 como parte da Enciclopédia Argentina de Agricultura e Jardinagem (SÁ, 2023).

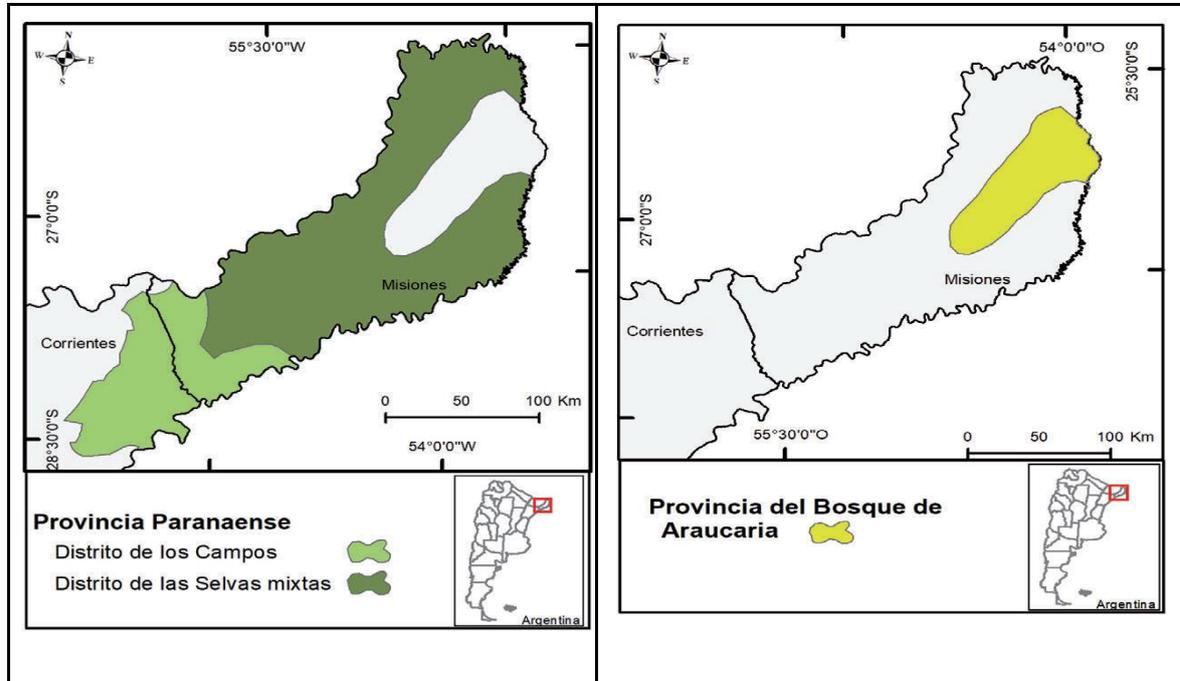
Em seus trabalhos, Cabrera aplicou critérios florísticos focados nas comunidades de plantas adaptadas ao clima, com atenção especial ao endemismo familiar e genérico, destacando a Selva Paranaense por sua densa vegetação e diversidade floral. Ele dividiu a vegetação da Selva Paranaense em três distritos distintos: o distrito das Selvas Mistas, predominante em Misiones e nas margens dos rios Paraná e Uruguai, caracterizado por espécies como o palmito e a peroba; o Distrito dos Campos, no sudoeste de Misiones e nordeste da Província de Corrientes, com sua vegetação savânica intercalada por fragmentos arbóreos; e o Distrito das Araucárias, no extremo oriental de Misiones, onde a *Araucaria angustifolia* domina o dossel florestal (SÁ, 2023).

Em estudos recentes, a região é descrita como possuindo uma rica variedade de ecossistemas, caracterizada principalmente por florestas tropicais semidecíduas, com árvores que atingem de 20 a 30 metros de altura, de clima tropical úmido, sem uma estação seca definida. O clima é caracterizado como tropical úmido, não apresentando uma estação seca distintiva, com topografia terrenos relativamente planos próximos aos rios e entre as altitudes entre 550 e 800 metros. Essa região é reconhecida como uma das áreas mais diversas da Argentina, abrigando aproximadamente 40% das 20.000 espécies de plantas endêmicas do país, assim como cerca de 42% dos 1361 vertebrados terrestres endêmicos (ARANA et al, 2021).

Na Argentina, a colonização e o desenvolvimento do país começaram nos pampas, um dos solos mais ricos do mundo, longe das florestas. A Mata Atlântica na Província de Misiones,

na Argentina, foi explorada relativamente tarde na história do país, principalmente para a extração de madeira e erva-mate (DI BITETTI et al, 2003).

Figura 10 - Fitogeografia da Província de Misiones



Fonte: ARANA et al.(2021).

A ocupação do território argentino foi realizada por meio de uma política imigratória que visava extinguir ou suplantiar as populações nativas. A Argentina adotou uma estratégia de ocupação do nordeste do país com imigrantes europeus para o aproveitamento das fronteiras agrícolas e político-territoriais com o Brasil, que ficou conhecida como Marcha para o Nordeste. A vinda de grupos de imigrantes europeus para criar e desenvolver colônias no antigo espaço das reduções jesuíticas foi a base dessa estratégia de ocupação do espaço (CRESTANI, 2019).

A fronteira nordeste seria ocupada e colonizada pelos imigrantes europeus, e o Estado Nacional argentino considerava que a vinda desses imigrantes era fundamental para o desenvolvimento econômico e para a civilização da região. O governo argentino adotou uma política de desenvolvimento baseada no sujeito europeu como elemento de fortalecimento do Estado Nacional na fronteira. O objetivo do Estado Nacional argentino não era o desenvolvimento de grandes latifúndios, mas sim atrair o pequeno agricultor, que ocuparia o território até então inexplorado. A terceira etapa da ocupação da fronteira Nordeste de Misiones foi manipulada por um discurso civilizatório do Estado Nacional argentino, e desde 1865, havia

a presença de empresas privadas explorando a erva-mate e realizando a ocupação econômica do território (CRESTANI, 2019).

A Argentina sustentava, à época, o ideário de construção de uma nação moderna para efetivar a ocupação da fronteira, via na imigração europeia a chave para o desenvolvimento econômico e a civilização da região. Nesse sentido, destacam-se as viagens do fim do século XIX, no decorrer do processo de ocupação e federalização do território, encarado como periférico, mas estratégico para o governo de Buenos Aires, várias foram as viagens e expedições custeadas pelo Estado Argentino, de forma a procurar maiores dados e narrativas sobre esse território fronteiriço, e que, em consonância com o senso comum da época, era sujeito a progresso econômico (ARANHA, 2014).

2.3.1. Expedições em Misiones no final do século XIX

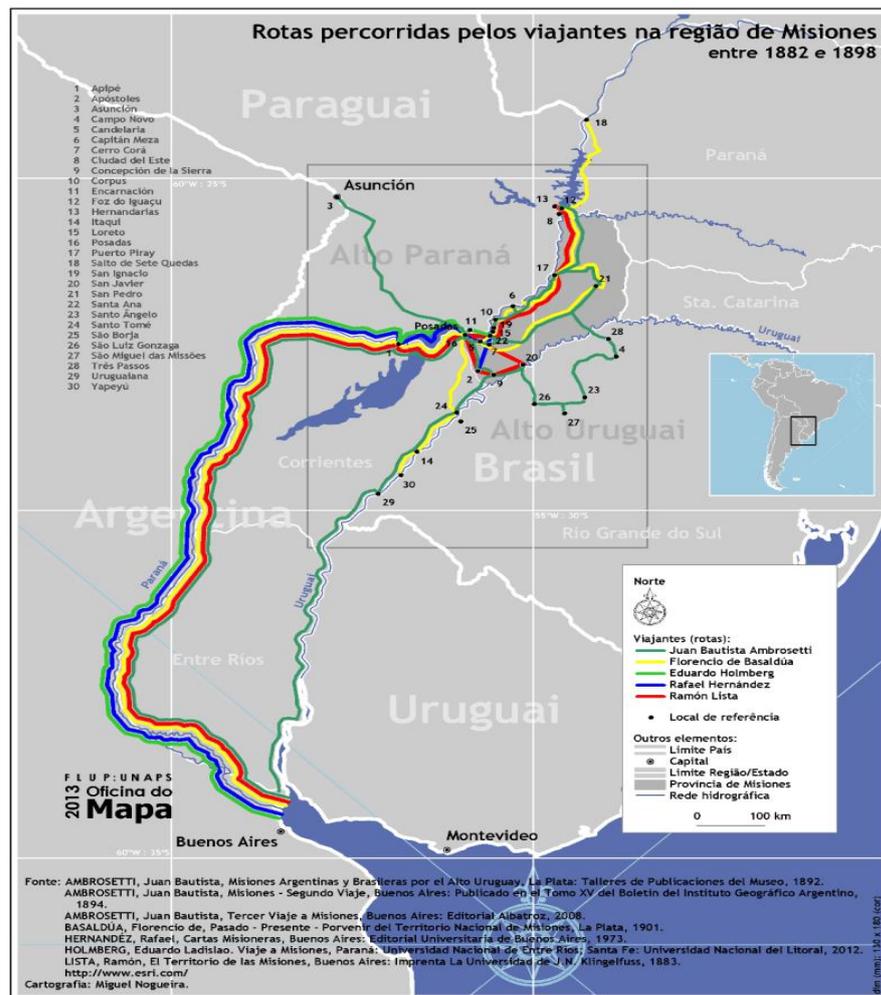
No final do século XIX e início do século XX, com o crescente interesse sobre a região, a província de Misiones, localizada no nordeste da Argentina, foi palco de várias expedições científicas que contribuíram significativamente para o conhecimento e a compreensão da região. Essas expedições envolveram uma variedade de disciplinas científicas, como botânica, zoologia, geologia e antropologia, e tiveram como objetivo explorar a rica biodiversidade e o patrimônio ambiental da área.

No final do século XIX, várias instituições científicas argentinas, como a Sociedade Geográfica Argentina, o Instituto Geográfico Argentino e o Museu de La Plata, financiaram expedições com o objetivo de realizar um reconhecimento geográfico dos Territórios Nacionais. Em outubro de 1884, foram estabelecidos nove Territórios Nacionais na Argentina, incluindo Misiones que se tornaria província apenas muito mais tarde (1953), Chubut, La Pampa, Formosa, Neuquén, Patagonia, Tierra del Fuego e Río Negro. Misiones, como Território Nacional, atraiu diversos escritores-viajantes e técnicos, que produziram cartas, relatos, análises técnicas, representações cartográficas e descrições das paisagens da Selva Paranaense e das diversas comunidades que ali habitavam, combinando esses escritos com suas próprias experiências (SÁ, 2023).

Os resultados dessas expedições foram amplamente divulgados em relatos de viagens, livros, artigos científicos e cartas em periódicos, permitindo que os leitores não apenas

conhecessem as análises técnicas, mas também acompanhassem as impressões dos viajantes em regiões ainda pouco exploradas pelos habitantes das grandes cidades, distantes das áreas urbanizadas de onde muitos desses viajantes provinham, como a moderna Buenos Aires (SÁ, 2023).

Figura 11 - Rotas percorridas por viajantes em Misiones



Fonte: ARANHA, 2020

Durante o século XIX, em meio a uma conjuntura da Divisão Internacional do Trabalho e da economia mundial, a Argentina fundamentou seus sustentáculos produtivos no padrão agroexportador, satisfazendo a demanda da Europa de cereais e carnes. Esse padrão beneficiava a região dos pampas, localizada ao sul da capital argentina, eivada de clima temperado e de aspectos geográficos perfeitos para o progresso desse padrão de produção. O progresso desse processo se vinculou ao processo similar de progresso de mercado interno que visava satisfazer às demandas viabilizadas pelo majorante poder da elite da pecuária portenha (JUNQUEIRA, 2000; PASSETI, 2012).

Isto posto, províncias até este momento eivadas de economias separadas, se imiscuíram nessa logística de mercado interno. As províncias de Formosa e Chaco passaram a produzir algodão, ao passo que Jujuy e Tucumán produziam cana de açúcar. Misiones, eivada de uma enorme área de erva-mate, se incorporou nessa logística em que o consumo interno da erva se intensificou cada vez mais nesta época (ARANHA, 2014; ZOUVI, 2008).

A extração inicial e a primeira secagem das folhas e ramos da planta ocorriam no ambiente florestal, enquanto o beneficiamento inicial do produto geralmente ocorria nos engenhos de erva. Estes engenhos, localizados em Misiones, finalizavam o processo de secagem, trituravam grosseiramente o material e o embalavam para transporte até os locais de beneficiamento final, comércio e consumo, principalmente na capital, Buenos Aires. Parte dos consumidores de mate no Pampa argentino residia na margem esquerda do rio Paraná, em terras que hoje pertencem ao Brasil, onde empresários argentinos, como Domingo Barthe e Julio Tomas Allica, extraíam grandes quantidades de erva-mate nas décadas finais do século XIX e início do XX (GERHARDT, 2022).

O sistema de *obrages*, utilizado por essas empresas, contratava trabalhadores assalariados, geralmente descendentes dos Guarani, para realizar a extração e o transporte. Esses trabalhadores, conhecidos como *mensus*, enfrentavam condições de trabalho penosas, com baixos salários e dívidas crescentes, mantendo vínculos de subordinação devido à falta de outras oportunidades de emprego e à coação pela violência física. As *obrages* eram um sistema lucrativo, contando com uma infraestrutura própria de portos, transporte e comunicação (GERHARDT, 2022).

Embora a erva-mate extraída de Misiones não suprisse toda a demanda argentina, que também adquiria o produto do Paraguai e do Brasil, o fluxo do mate era significativo. Imigrantes europeus estabelecidos na Argentina, como Luiz Perié, contribuía para esse fluxo, dedicando-se à extração e beneficiamento da erva-mate e estabelecendo conexões comerciais em diversas cidades da região. A partir da segunda metade do século XIX, a imigração de europeus para a Argentina e a instalação de projetos de colonização introduziram novos atores sociais na indústria da erva-mate. As colônias oficiais de Candelaria e Santa Ana foram demarcadas na década de 1880, com a intenção de desenvolver a agricultura na região. A chegada desses imigrantes contribuiu para a expansão dos cultivos de erva-mate e outros produtos agrícolas em Misiones (GERHARDT, 2022).

A migração organizada de colonos, principalmente de origem suíça, para Misiones nas décadas seguintes impulsionou ainda mais o cultivo da erva-mate na região. Esses colonos, muitos dos quais eram considerados de elite devido ao seu capital próprio e à sua formação urbana, contribuíram para o estabelecimento de grandes plantações de erva-mate e outros cultivos comerciais na província. A expansão dos projetos de colonização e o cultivo da *Ilex paraguariensis* no norte da província de Misiones marcaram as décadas seguintes. A formação de cooperativas de produtores de erva-mate e a regulação do setor pelo Estado na década de 1930 foram passos importantes para o desenvolvimento da indústria ervateira na região (GERHARDT, 2022).

No processo de expansão das fronteiras agrícolas ao norte da Argentina, Misiones apresentava a particularidade de ter parcela de seu território em conflito com o Brasil. A elaboração do Território Nacional de Misiones era uma temática geopolítica, eis que foi encarada como uma resposta do presidente argentino à época, Julio Argentino Roca, ao governo brasileiro, que tinha estabelecido colônias militares na parcela brasileira da divisão (GASPARINI, 2012).

O território em comento era tão relevante que o primeiro governador invocado por Buenos Aires foi o irmão do mencionado presidente, que consistia em um militar veterano da *Campaña del Desierto* e da Guerra da Tríplice Aliança. A fim de justificar o progresso da fronteira nordeste, avocava-se a afluência da erva-mate, que viabilizava que a Argentina almejasse uma produção autossuficiente desta, e, ainda, a ameaça do país fronteiriço. Esta última acarretava uma problemática geopolítica que necessitava de uma urgente presença concreta do governo Argentino nessa região (GASPARINI, 2012).

No decorrer da administração do presidente Roca, surgiu uma ampla seara intelectual que sustentou os nortes de seu governo. Essa vertente de intelectuais que posteriormente foi intitulada “Geração de 808”, sustentava condutas positivistas, reconhecendo sua atuação com o lema produzido por Augusto Comte de ordem e progresso. Para os referidos intelectuais o progresso seria a definição de crescimento econômico e surgimento da modernidade. A ordem, por seu turno, era um requisito necessário para o alcance do progresso, eis que apenas dessa forma poderia este ser concretizado (ARANHA, 2020).

Esse debate justificava uma ordem burguesa em prejuízo da forma de vida camponesa e de subsistência. Um ideal genuinamente europeu que, excetuando-se as regulares peculiaridades, achou harmonia no discurso da elite da época. Refletindo sobre a dicotomia

periferia-centro, Misiones era o enfoque do discurso que rechaçava o seu padrão de sociedade até o momento independente, encarado como periférico pelos portenhos. Esse discurso a colocava em um contexto de sujeição ao padrão de centralidade decorrente de Buenos Aires (PRATT, 1999).

Nesta esteira, a baixa densidade demográfica de Misiones foi constante nas narrativas de expedições científicas argentinas voltadas para essa localidade no fim do século XIX. Na visão de Basaldúa, viajante que por lá passou, retratou a região como um “deserto esplêndido”, bem como um “deserto e rico território”. Ainda quando achou supostas evidências de civilidade às margens do rio Uruguai, o referido viajante se mostrou surpreso ao apontar acerca da forma pela qual poderia existir aquilo em volta de “fronteiras de deserto”. Salientou, ainda, que a fronteira ao sul da Patagônia deteria uma tarefa acessória perante a conjuntura de Misiones, em que seria, “na verdade, a conquista do deserto” (ARANHA, 2014; BASALDÚA, 1901, p. 91).

Eduardo Holmberg, que também fez parte da expedição do presidente Roca na Patagônia, foi surpreendido ao achar máquinas modernas em um engenho de açúcar localizado no deserto de Misiones. Esses apontamentos destacam a conjectura de Misiones na qualidade de um lugar deserto, mas que era eivado de riquezas hábeis a o tornar capaz de receber a civilização e a modernidade (HOLMBEERG, 2012; ARANHA, 2014).

Peyret, francês que se naturalizou argentino, comenta essa acepção sobre o deserto: “aquele homem que vai para o deserto, para conquistar a selva, para estabelecer uma nova indústria, é o pioneiro do futuro, o trabalhador do progresso, o construtor da sociedade futura” (PEYRET, 1881, p. 91).

Basaldúa ainda narra sua expectativa no que cerne à presença concreta de “civilização argentina às portas do deserto”. Semelhantemente ao que ocorreu com Chaco, o território ora comentado poderia ser uma localidade propícia a se transmutar em um “não deserto” (BASALDÚA, 1901, p. 171; ARANHA, 2020).

Segundo Rafael Hernández, “O telégrafo, a escola, o templo, o comércio, sacodem o deserto”. A acepção deste, contudo, se dirigia a um norte menos positivo. Componente de uma comissão proveniente de Buenos Aires que tencionava implementar colônias próximas ao rio Paraná, o referido viajante considerava o processo civilizador como um labor penoso e complexo, expressando, em diversas ocasiões, incertezas sobre o viável êxito desse empreendimento ao redor da fronteira desertificada (HERNÁNDEZ, 1973, p. 63).

Apesar de Hernández demonstrar admiração pela paisagem, ele se via como um estrangeiro ao penetrar na "Selva Misioneira", comparando-a desfavoravelmente ao ambiente urbano de Buenos Aires. Por outro lado, Ambrosetti, ao encerrar sua obra sobre a terceira viagem, expressou uma impressão mais profunda e duradoura da beleza da terra, embora não defendesse explicitamente a preservação da natureza (NODARI; ZARTH, 2018)

Nesta esteira, a expansão das fronteiras da Argentina era algo sonhado tanto pela seara governamental quanto o âmbito intelectual contemporâneo aos acontecimentos. O tema do avanço da civilidade sobre uma esfera encarada como desconhecida e selvagem era de suma relevância para os viajantes. Além de refletir sobre a fronteira política com o Brasil, era imprescindível avançar a civilização mata adentro, precisamente para inviabilizar que a fronteira política deste país progredisse no que cerne ao território da Argentina (ARANHA, 2020).

Essa ideia se robustece na tese de Turner, que elucida o progresso da fronteira dos Estados Unidos da América pelo progresso em direção ao oeste. Todavia, na situação estadunidense, não existia a ingerência de países vizinhos quanto às suas fronteiras situadas ao oeste. O que deveria ser contemplado era encarado como sendo um território selvagem e virgem, tal como aponta Ávila (2005). Na conjuntura argentina, o progresso em direção a um território desconhecido e obscuro colidia com a ausência de povoamento sedentário (ÁVILA, 2005; ARANHA, 2014; TURNER, 2004).

Encarando a acepção positivista dessa época, a densidade demográfica baixa era encarada como um obstáculo para o progresso. Segundo Augusto Comte, um ambiente dotado de baixa densidade demográfica não seria capaz de desenvolver o intelecto exato para o progresso. Uma localidade com população espalhada seria, obrigatoriamente, subalterna do ponto de vista primitivo (COMTE, 2016).

Friedrich Ratzel, geógrafo nascido na Alemanha, partindo dessa mesma conjuntura positivista, asseverava que a densidade populacional elabora não apenas certeza e continuidade de um robusto crescimento, mas, ainda, um imediato avanço da civilização. Desta maneira, percebe-se que a colonização de Misiones era uma necessidade precípua. Determinar núcleos urbanos era um pressuposto fundamental para se alcançar o nível da civilização. Contudo, o problema da colonização se explicitava saliente nos relatos dos viajantes e demonstrava o quanto era uma de suas mais importantes preocupações (RATZEL, 1896; ARANHA, 2014).

Lista indica essa necessidade ao asseverar: “Nenhum país é mais naturalmente preparado para a colonização do que as Misiones”. Neste mesmo diapasão, Hernández aponta esse problema ao remeter uma carta ao então presidente Roca no ano de 1887, narrando: “Ao reproduzir minhas cartas missionárias em forma de livro, faço-o com o desejo de cooperar com o trabalho de caridade empreendido por seu governo para a colonização dessa importante área do território argentino” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 3 LISTA, 1883, p. 4).

Durante os meses de fevereiro a julho de 1894, sob o patrocínio do Instituto Geográfico Argentino, Ambrosetti liderou uma comitiva em sua terceira viagem a Misiones, com o objetivo de complementar os dados existentes sobre a região e coletar objetos para enriquecer as seções de etnografia e arqueologia do museu. Ambrosetti destacou vários aspectos que considerava importantes para a região, incluindo o clima admirável, caracterizado por dias quentes e noites frescas, e a abundância de florestas que, segundo ele, funcionavam como desinfetantes naturais, proporcionando ar saudável e vigoroso. Ele também mencionou a diversidade agrícola favorável na região, incluindo café, tabaco, cana-de-açúcar, algodão, entre outros (NODARI; ZARTH, 2018).

Ambrosetti enfatizou a importância econômica da floresta, destacando a variedade de madeiras disponíveis para diversos usos, desde lenha até materiais para construção delicada, além dos benefícios para a fauna e os seres humanos, devido à abundância de frutas silvestres. Ele defendeu fortemente a colonização da região, acreditando que Misiones oferecia todos os elementos necessários para o sucesso, dependendo apenas do trabalho humano para aproveitar os recursos naturais (NODARI; ZARTH, 2018).

Na visão de Ambrosetti, a transformação da natureza inculta pela ação humana era essencial para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Ele expressou a convicção de que, um dia, Misiones estaria completamente povoada e desenvolvida, proporcionando uma vida tranquila e satisfatória para seus habitantes, resultado do trabalho árduo dos colonos e do domínio humano sobre a natureza (NODARI; ZARTH, 2018).

Além disso, Ambrosetti, por ocasião de seu terceiro relato, anexa uma carta remetida ao presidente Sáenz Peña, que enviava recursos para a realização da expedição. A colonização executada por intermédio do fomento à migração ao território era uma das aflições do presidente referido. Uma das finalidades atribuídas a Ambrosetti era a coleta de dados que pudessem cooperar com a política do Estado argentino:

No mérito das considerações apresentadas pelo Instituto Geográfico Argentino, afirmando que confiaram ao Sr. Juan B. Ambrosetti e dois assistentes o estudo e exploração das Missões, e decidiram enviar algumas expedições, a fim de coletar o maior número de dados, sobre a natureza e riqueza dos territórios nacionais, sua colonização, história, arqueologia e etnografia, a fim de completar o máximo possível suas respectivas descrições, que publicadas, servirão de propaganda para a imigração [...] (AMBROSETTI, 2008, p. 23).

Neste sentido, o objetivo era coletar informações, que, disseminadas, operariam como publicidade para que a colonização fosse concretizada. Lista também declarou: “A importância daquela região é indiscutível em todos os aspectos e principalmente do ponto de vista da colonização. Seus numerosos córregos podem servir tanto como canais de irrigação quanto como forças motrizes aplicáveis à indústria (LISTA, 1883, p. 51-52).

O problema da colonização também estava atrelado à temática da identificação dos pontos a serem colonizados. Esse fato desaguava na imprescindibilidade do mapeamento da região e da situação dos pontos relevantes para a consolidação da colonização (ARANHA, 2014).

O rio Paraná, encarado como imprescindível para a comunicação entre Misiones e Buenos Aires, era a referência natural para a concretização da colonização, visto que figurava como ponto estratégico para a comunicação a ser realizada entre a fronteira nordeste da Argentina e Buenos Aires. Conforme elucidou Lista, “a área irrigada pelo Paraná, onde a temperatura é mais constante e os meios de comunicação com o resto da República são mais fáceis” (LISTA, 1883, p. 106).

Isto posto, a ocupação nas proximidades do Paraná não poderia ser desprezada. Ainda que os planos de ocupação fossem consolidados no interior, deve-se ter o rio como referência. Se um povoamento se situasse a leste do rio, rumo à fronteira com o Brasil, era crucial que a localidade tivesse um vínculo com o Paraná por intermédio da via de uma picada ou algum afluente aberto dentro da selva, simbolizando o progresso da civilização a partir do rio citado em direção a uma selva desconhecida e misteriosa (ARANHA, 2014).

Decorrência direta das expedições executadas por Lista no decorrer do Alto Paraná foi o decreto emulado pelo presidente Roca no que tange à elaboração de duas novas colônias localizadas em Misiones, que foram apreciadas por Rafael Hernández:

Ministério do Interior Buenos Aires, 20 de fevereiro de 1883. Resultado das explorações recentemente realizadas no território de Misiones, que há áreas adequadas

para colonização, e é conveniente promover o desenvolvimento da agricultura nelas, o Presidente da República – Decretos

Art. 1º O Departamento de Engenheiros Civis contratará a medição de duas colônias de cem quilômetros quadrados de superfície cada uma nos pontos mais convenientes do território de Misiones.

Art. 2º Para a eleição desses pontos serão levadas em consideração a proximidade das vias de comunicação, a adaptabilidade do terreno para a agricultura e, se possível, a proximidade de um centro populacional.

Art. 3º Se houver algumas vilas que possam ser tomadas como base para as colônias, elas serão preferencialmente escolhidas entre as terras vizinhas para localizá-las.

Art. 4º A medição e parcelamento do terreno serão feitos de acordo com o disposto na Lei de Imigração e Colonização, e instruções serão expedidas ao agrimensor na parte que lhes corresponde respectivamente pelos Departamentos de Engenheiros Civis e Agricultura e pelo Office Central de Tierras y Colonias, advertindo-o neles, que para a eleição do lugar em que as colônias serão traçadas, ele também deve atender às indicações do Governador do território de Misiones.

Art. 5º A despesa decorrente desta medição será imputada à lei de 3 de novembro de 1882.

Art 6º Comunicar, publicar e inserir no Registro Nacional. (Assinado) – ROCA Bernardo de Irigoyen (LISTA, 1883, p. 107-108).

O decreto elucidava, de modo cristalino, que a localização dessas colônias seria realizada através da aproximação das vias de comunicação que, nessa época, eram fundamentalmente fluviais. Em virtude disso, a ocupação nas proximidades do rio Paraná era um caminho natural para a ampliação da presença argentina no Alto Paraná (ARANHA, 2014).

A elaboração das novas colônias Candelária e Santa Ana simbolizavam um marco dessa conquista, uma vez que eram, até o momento, núcleos urbanos mais desenvolvidos na região do Alto Paraná. Contudo, sob a ótica do viajante Eduardo Holmberg, essa instituição de colônias, sobretudo no que tange à Colônia Santa Ana, não era positiva (HOLMBERG, 2012).

Em sua visão, a civilização não era presente na localidade, vez que não havia urbanização suficiente: “a Colônia Santa Ana é uma vila miserável em sua aparência. Todas as casas são feitas de paus, muito simplesmente relacionados entre si, as paredes de barro e o telhado de palha. São ranchos” (HOLMBERG, 2012, p. 200).

Se, num giro, a traseira do rio Paraná eram o caminho natural para o progresso da civilização, o interior do Misiones, em virtude de sua selva impenetrável simbolizava um enorme vazio demográfico que interessava os viajantes, encarada como uma esfera fértil para o progresso da civilidade (ARANHA, 2014).

Ademais, Holmberg sustentou a ideia do traslado de Santa Ana das proximidades do rio Paraná para a região de Loreto, localizada a leste de Misiones, em direção ao interior: “A

Colônia Santa Ana não precisa ser ampliada; o que precisa é ser retirado de onde está, transportando-o para outra parte, além de Loreto, na mata virgem, primitiva, onde as camadas de húmus são contadas por metros” (HOLMBERG, 2012, p. 201).

A obtenção do lado oriental de Misiones era uma problemática ambígua, eis que progredir selva adentro simbolizava a aquisição concreta de um território conflituoso com o Brasil. Entretanto, a lei que Buenos Aires impingia sobre Misiones, no que tange à exploração da erva-mate, desfavorecia o povoamento da localidade leste (ARANHA, 2014).

As legislações que vedavam o povoamento de localidades aproximadas aos ervais tiveram como reflexo direto a perda do território conflituoso com o Brasil. Isso elucidaria o fato de que o presidente Cleveland ter utilizado a tese do *Uti Possideti* para legitimar a maior presença de brasileiros na área conflituosa (AMABLE, 1989). Ainda, nesse sentido:

A colonização em Misiones acelerou o desmatamento e, como ele, houve a redução das áreas florestais onde a erva-mate ocorria e a perda de biodiversidade. Para suprir os mercados consumidores e gerar renda aos ervateiros, o monocultivo da erva-mate exposta ao sol passou a ser o modelo produtivo predominante durante o século XX. Os ambientes florestais de Misiones, que chegaram ao século XIX com alterações que não inviabilizavam sua exploração e continuidade, foram rapidamente transformados a partir do final daquele século por diversas atividades econômicas. (GERHARDT, 2022, p. 142)

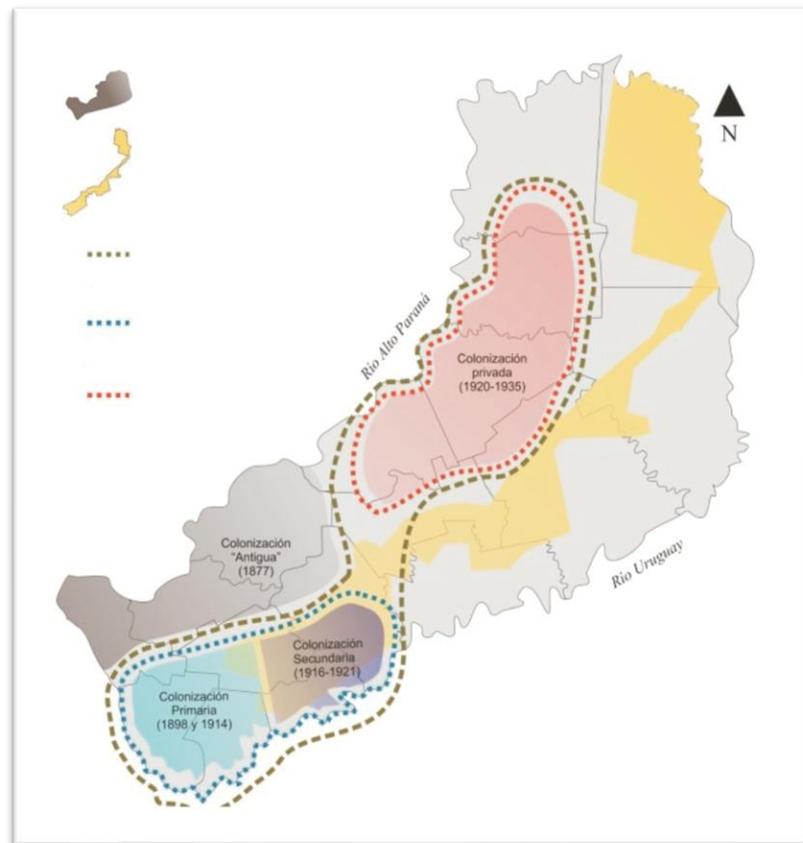
Ao subir o Alto Paraná e adentrar em Misiones, Holmberg executou sua primeira parada na capital, intitulada Posadas. Assim sendo, narrou acepções negativas sobre a cidade. Em sua visão o progresso era difícil naquela localidade em virtude da presença do latifúndio. De acordo com Holmberg, a produção de cana de açúcar nas proximidades do rio Paraná viavelmente poderia acarretar o progresso para a região. Todavia, se opondo ao narrado por Lista, este empreendimento não seria viável em razão da existência de latifúndios de grande monta que englobavam boa parcela da costa do Paraná, situando-se deste o nível do arroio Itaembé até o estágio da desembocadura do rio Iguazu (HOLMBERG, 2012).

Toda a costa argentina localizada no Alto Paraná se ocupava pelo latifúndio. Isto posto, verifica-se que o projeto de colonização do Paraná se contradizia no que cerne à acepção dos viajantes mencionados. Por um lado, Lista não cita a existência desses proprietários de terra, ao passo que Holmberg indica essa concentração de terras para esclarecer o atraso da região (ARANHA, 2014).

Fato é que os latifundiários eram, em sua maior parte, portenhos que não almejavam o fracionamento de suas terras, o que se opunha à ponderação dos viajantes que acreditavam que

apenas através da urbanização e a ocupação das fronteiras seria possível concretizar a civilização de Misiones (ARANHA, 2014).

Figura 12 - Colonização de Misiones



Fonte: KOSTLIN et al, 2011

O nível de complexidade da dinamicidade de ocupação da fronteira de Misiones ultrapassa os interesses da elite latifundiária portenha. Nesta ocasião, se elaborava o advento de uma elite proveniente de Misiones, fundamentada em Posadas, que também guardava interesses que conflitavam com as narrativas dos viajantes portenhos (ARANHA, 2014)

Essas questões evidenciam a complexidade envolvida no processo de expansão das fronteiras socioambientais sobre as florestas em Misiones. Sob a perspectiva dos latifundiários, a priorização de interesses privados sobrepunha-se à promoção de valores associados à civilização e à identidade nacional.

Uma complexa teia de acontecimentos e influências que moldaram a fronteira socioambiental entre Brasil e Argentina, revelando as camadas de história, ecologia e interações humanas que constituem essa paisagem dinâmica. As expedições jesuíticas, as bandeiras

paulistas, e os esforços de demarcação não apenas desenharam os contornos geográficos e políticos da região, mas também teceram a rica tapeçaria cultural e social.

Ainda, através do prisma da ocupação da província de Misiones e da exploração das suas florestas, observa-se como interesses políticos e a busca por território desencadeou processos que transformaram irreversivelmente a paisagem. Esse fenômeno ilustra como as fronteiras socioambientais — tanto as visíveis quanto as invisíveis — são construídas, contestadas e negociadas ao longo do tempo.

3. NO MOVIMENTO DAS FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS: A COLÔNIA PORTO NOVO

No terceiro capítulo, aprofundamos nossa análise na trajetória da colônia Porto Novo, detendo-nos particularmente nas suas interações com o ambiente natural. Inicia-se com uma investigação das diversas forças e circunstâncias que impulsionaram a fundação deste empreendimento no oeste de Santa Catarina, buscando compreender os contextos e motivações subjacentes.

Avançamos para um exame das narrativas e representações do ambiente natural, com especial atenção voltada para a brochura promocional encomendada pela Sociedade União Popular: *Porto Novo Urwalsiedlung Deutcher Katholigen in Südbrasilien* e da obra de Maria Wiersh Rohde, intitulada *Pioniergeist der Väter Erbe*, que retrata suas memórias como pioneira da colônia e nos fornecem um olhar introspectivo sobre os primórdios e o crescimento da colônia.

A pesquisa analisou também fotografias aéreas capturadas em 1957. Com a aplicação de técnicas de fotogrametria e fotointerpretação foi possível a criação de um mosaico e produto cartográfico abrangente da área de estudo. Esse recurso permitiu uma avaliação das extensões de floresta remanescentes naquele período e revelou aspectos da dinâmica de ocupação do território.

Além disso, o capítulo contempla ainda uma análise do Relatório Socioeconômico do município de Itapiranga de desenvolvimento socioeconômico concluído em 1962, elaborado pela empresa Agro Técnica sob encomenda de um consórcio entre Sociedade União Popular, Caixa Rural e a Prefeitura Municipal e que visava um diagnóstico e

3.1. A Sociedade União Popular para Alemães Católicos e o projeto Porto Novo

O surgimento do empreendimento Porto Novo decorre da idealização e articulações desenvolvidas por meio da Sociedade União Popular para Alemães Católicos (*Volksverein für die Deutschen Kathollige in Rio Grande do Sul*), organização sem fins lucrativos, fundada no ano de 1912 durante o 9º Congresso Católico em Venâncio Aires, com o objetivo estatutário

geral de: “promover o bem-estar tanto material como espiritual dos católicos de descendência alemã” (SKT. PAULUSBLATT, 1912 apud RAMBO, 2011, p. 239; RAMBO, 2011, p. 247).

A fundação e organização da entidade foi proposta por sacerdotes da Companhia de Jesus, tendo atuado mais destacadamente na sua fundação e administração, em seus primeiros anos, os padres Theodor Amstad e Max Von Lassberg e posteriormente João Evangelista Rick. A participação de sacerdotes jesuítas na administração da associação foi gradativamente substituída por leigos, permanecendo os religiosos no aconselhamento e assistência religiosa (RAMBO, 2011).

Uma das características mais marcantes da associação foi o forte caráter étnico confessional, a organização foi concebida exclusiva para imigrantes ou descendentes de origem alemã e católicos. Ao adotar tais ideias, os líderes religiosos justificavam e fortaleciam a exclusividade étnico-confessional da associação, argumentando que a preservação da homogeneidade étnica e cultural era essencial para o êxito do empreendimento, uma vez que a miscigenação era vista como o motivo pelo qual as colônias falhavam ou não se desenvolviam adequadamente (WERLE, 2001).

A *Volkverein* buscou inicialmente desenvolver ações no estado do Rio Grande do Sul, dentre seus projetos mais notáveis estão a fundação e administração de um asilo e hospital em São Sebastião do Caí, construção de um edifício para a Escola Normal Católica que cujo currículo objetivava formação de profissionais do magistério, animadores para igreja e auxiliares para as caixas rurais, e ainda, a fundação da Sociedade Leprosaria Riograndense no município de Viamão (VOLKMER, 1934).

A partir da segunda metade da década de 1910 a associação passou a discutir sua participação em projetos de colonização. A prática comum de ter uma família numerosa fornecia a mão de obra necessária para o trabalho na terra, mas essa mesma característica familiar levou a um desafio significativo: à medida que as glebas eram divididas entre os filhos, o tamanho das propriedades agrícolas foi progressivamente reduzido. Tal situação, somada ao emprego de métodos agrícolas que levavam a um rápido esgotamento do solo estão entre as justificativas apresentadas para buscar novas áreas para a expansão da colonização (NUNES, 2015).

Ao longo da próxima década sucessivas reuniões e modelos de empreendimento foram aventadas no âmbito da associação. Optou-se então por um projeto próprio pelo qual a *Volkverein* faria a aquisição e comercialização dos lotes. Buscou-se inicialmente a aquisição

área de terra no Rio Grande do Sul para instalação do assentamento, mas problemas relacionados com títulos imobiliários e até mesmo oposição do governo fez com que não fosse frutífera a instalação naquele estado.

Sobre esse momento, verifica-se dos anais da assembleia de católicos realizada em Porto Novo em 1934, transcrita por Maria Wiersh Rohde (2011, p. 24-25):

O projeto de fundação de uma colônia fechada, destinada a católicos teutos, ao modelo da bem sucedida iniciativa em todos os sentidos, da colônia de Serro Azul, vencidas as primeiras dificuldades, não fora novidade para a Sociedade União Popular. A ideia já amadurecera entre os anos de 1916 e 1917. Conversações estavam em andamento com o empreendimento de colonização Luce, Rosa e Cia. Negociava-se a possibilidade de a Colonizadora colocar à disposição da Sociedade União Popular, observadas certas pré-condições, um complexo de sua vasta área de colonização, localizada a leste do atual Porto Novo. A entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha e as circunstâncias criadas, as organizações não de alemães como também de teuto-brasileiros, foram paralisadas. Com isso a Sociedade União Popular viu-se condenada à inanição no momento crucial da negociação, e um contrato promissor com a Firma Luce tornou-se inviável. Com a volta à normalidade, as negociações foram retomadas. A Sociedade União Popular assistia com preocupação como os colonos riograndenses de origem alemã se deixavam aliciar pela propaganda de empreendedores privados e, fixava-se em assentamentos étnica e confessionalmente mistos. O argumento decisivo que levou a Sociedade União Popular a defender essa linha de ação pode ser procurada na intolerância étnica ou confessional. O motivo foi única e somente a preocupação pelo bem-estar espiritual e corporal dos migrantes. A organização das comunidades de igreja e das escolas, a criação de organizações cooperativas, inclusive a fundação de associações recreativas, tornam-se possíveis somente numa comunidade étnica e religiosamente identificada. E, mesmo na suposição de que o colono colha safras tão abundantes num contexto estranho, apostar tudo em boas colheitas termina com a submersão no materialismo. Ele manifestar-se-á de maneira deletéria nas gerações futuras. Os tesouros e valores culturais, assim como a fé estarão a perigo, principalmente em relação às futuras gerações. Essa realidade foi determinante para a Sociedade União Popular para tomar a si o empenho pela colonização.

Ao mesmo tempo, as terras a oeste de Chapecó, estendendo-se até a fronteira com a Argentina, eram dominadas por uma densa Floresta Estacional Estacional, caracterizada por sua rica biodiversidade, incluindo uma vasta gama de madeiras, ervais, fauna diversificada e solos férteis para agricultura. Essa região era vista como um tesouro de recursos naturais e oportunidades econômicas. Apesar de sua riqueza natural, a área não estava desocupada, sendo habitada pelos índios Kaingang e pela população cabocla. Com a definição dos limites territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, este último começou a adotar estratégias para assegurar a posse da terra, tratando a região como uma terra sem lei, remanescente do *far-west* americano, ao mesmo tempo que reconhecia seu potencial econômico (WERLE, 2001).

Essa visão era alimentada por percepções e estereótipos sobre os caboclos, vistos como símbolos de atraso, estagnação e tradicionalismo. Em contraste, os colonos descendentes de europeus, especialmente aqueles vindos de áreas de colonização mais antigas do Rio Grande

do Sul, eram considerados como portadores de progresso, civilização e desenvolvimento econômico e social. Essas representações forneceram justificativa para as políticas de colonização da região, que envolviam a concessão de grandes áreas de terra a empresas privadas de colonização responsáveis por estabelecer esses colonos europeus. Dessa forma, a migração e assentamento de colonos de descendência europeia na área foram fortemente influenciados por essas ideias e representações, marcando um período de significativa transformação social e econômica na região (WERLE, 2001).

Em meados de 1925 foram ofertadas a associação lotes da empresa Chapecó-Pepery Ltda que havia adquirido um complexo territorial da *Brazil Railroad Company* entre o rio das Antas e o rio Peperi-Guassú no extremo oeste de Santa Catarina. A empresa e estava a desenvolver a colônia Porto Feliz, que naquele momento enfrentava dificuldades financeiras, em razão da baixa venda de lotes, justificadas em razão de uma epidemia de tifo (WERLANG, 1992; NUNES, 2015).

As derradeiras negociações para aquisição das terras em Santa Catarina pela Volksverein e a Chapecó-Pepery ocorreram entre janeiro e junho de 1926, após uma comissão avaliar os lotes e declarar que: “as terras são excelentes, cobertas de mata virgem, tem abundantes aguadas, o clima é benéfico e salubre, terreno ondulado e tem exuberante vegetação”. Restou ajustado contrato para aquisição dos primeiros 100 lotes. Essa aquisição foi efetuada em um momento que a Sociedade União Popular e as Caixas Rurais estavam com recursos financeiros limitados, impedindo a aquisição de área maior (RAMBO, 2011).

Pe. Rick lamentou esse fato:

No caso explícito dessa colonização, melhor do que nunca cheguei a compreender quão precária ainda era a concepção da Sociedade União Popular. A contribuição anual dos primeiros tempos era de apenas 1\$000 rs, sendo ela mais tarde de dois mil réis. É óbvio que assim não se podia ter o capital preciso para grandes empreendimentos. Estava-se amarrado a empréstimos.

Nossa compra de lotes coloniais incidiu nos tempos da pior carestia pecuniária jamais existente, de modo que as Caixas não se achavam em condições de entrarem com somas expressivas. As que podiam, como a de Santa Cruz, de início se achavam fechadas, embora esta mais tarde oferecesse sua ajuda com toda a generosidade. Era, porém, numa hora em que eu já me havia retirado do cargo de secretário da Sociedade União Popular.

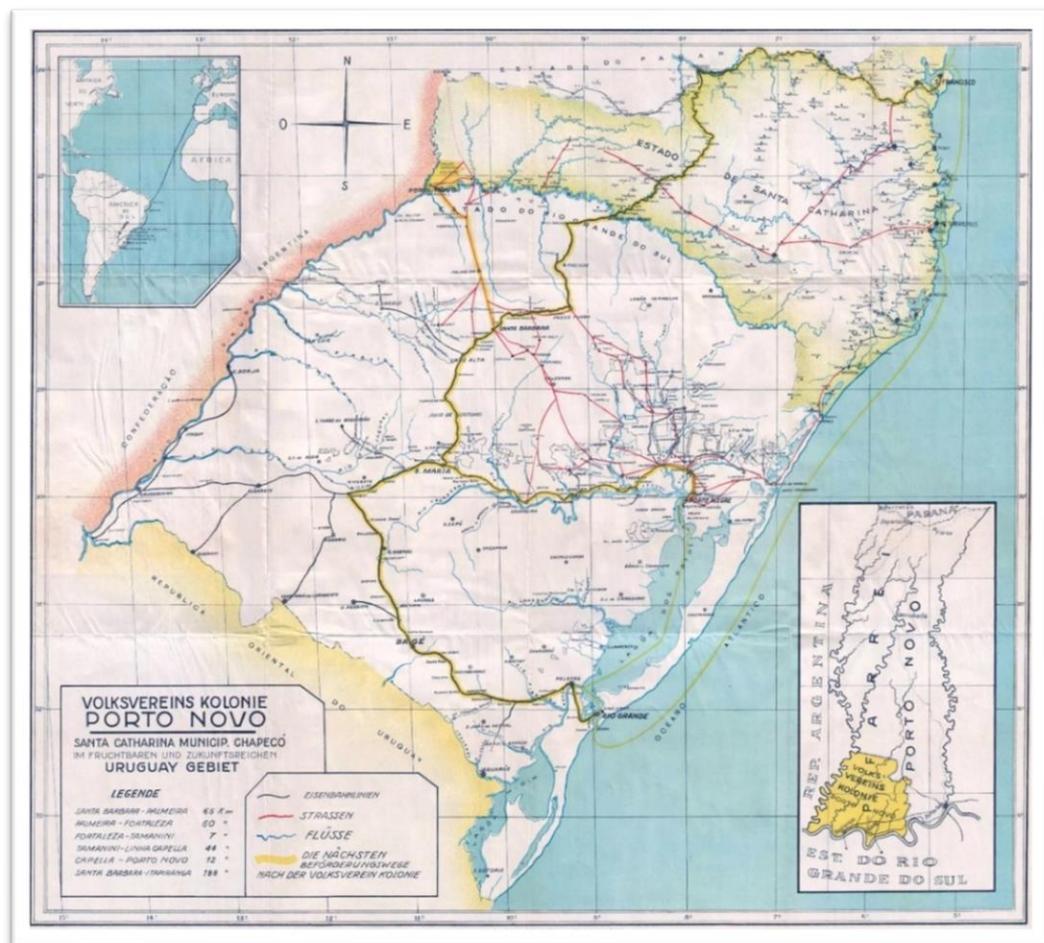
Por causa de todas essas circunstâncias, perdeu-se uma oportunidade rara, qual a de se comprarem milhares lotes coloniais por um preço módico (RICK, 2004, p. 124-125).

Fechada a aquisição dos primeiros lotes, sucessivas tratativas foram feitas e novas porções de lotes foram adquiridos. Contudo, a crise financeira ainda atingia a empresa Chapecó-

Pepery que passou pressionar a *Volksverein* para aquisição de todos os lotes existentes entre os rios Macuco e Peperi-Guassú. Com a necessidade imediata de recursos financeiros, a empresa Chapecó Pepery cogitou vender o restante das terras adjacentes à colônia Porto Novo para imigrantes de origem italiana (NUNES, 2015).

Enquanto a presença de vizinhos luteranos alemães não era vista como uma ameaça significativa ao bem-estar espiritual, a possível chegada dos italianos era considerada preocupante. Isso porque a presença italiana ameaçava um dos princípios essenciais para a formação da colônia Porto Novo, que era a homogeneidade étnica. Essa situação era percebida como um risco ao bem-estar do corpo, uma vez que casamentos interétnicos eram uma consequência provável dessa invasão, desafiando assim a homogeneidade cultural e étnica pretendida para a colônia (WERLE, 2001).

Figura 13 - Localização da colônia Porto Novo



Fonte: Middeldorf (1933)

Considerando a situação posta a *Volkverein* adquiriu os lotes totalizando em sua posse, a área de aproximadamente 583 km² (Figura 13). Ainda, acerca das negociações entabuladas entre as partes, depreende-se da ata nº 1:

Como na elaboração do contrato firmado com a empresa Chapecó Peperly Limitada se deixou de mencionar cláusula referente a matto branco e matto de pinho, fica subentendido que as terras são compreendidas de matto branco ao longo do curso do rio Macuco; sendo que ao atingir a zona do pinhal, outros serão os preços a concencionar para futuras vendas e já preliminarmente exaradas em contrato (*VOLKSVEREIN apud RAMBO*, p. 262).

A partir excerto é possível verificar que os valores na negociação se limitavam aos da *matta branca* tendo os com *matta pinho* preço diferente. Essa diferenciação do tipo florestal é perceptível no mapa reproduzido na Figura 14, a colônia foi desenvolvida quase que integralmente na porção da Floresta Estacional Decidual.

Figura 14 - Fitofisionomia Porto Novo (Itapiranga)



Fonte: Elaboração do autor.

O território adquirido foi parcelado em lotes de 25 hectares. O planejamento do assentamento incluía a organização desses lotes ao redor de um centro comunitário, que contaria com uma igreja e uma escola, além de instalações destinadas ao comércio e ao lazer. Essa

disposição visava fomentar a formação de comunidades unidas, caracterizadas por um forte senso de igualdade social e por uma intensa vida comunitária (HAHN, 2005).

Pe. Rick ao refletir sobre o futuro da colônia em artigo publicado no ano de 1928 destacava a evolução do transporte e as futuras relações comerciais com a Argentina. Ele previa a possibilidade do cultivo de frutas e o seu escoamento via área ou fluvial como um meio de subsistência da colônia (RICK, 2004).

O sacerdote comparava a incredulidade passada sobre viagens rápidas no Brasil com a visão futurista de voos de hidroavião entre Buenos Aires e Porto Novo em apenas três horas. Segundo ele, esses voos facilitariam o transporte de frutas para os hotéis argentinos, utilizando os rios Uruguai e Paraná como principais rotas aéreas na América do Sul. Além disso, ele previa que, dentro de vinte anos, as elites de Buenos Aires e Montevideú teriam vilas nas áreas do rio Uruguai para períodos de descanso, aproveitando a caça, a pesca e a natureza, que ele acreditava que ainda estariam preservadas (RICK, 2004).

Neste sentido, o local escolhido para a instalação da colônia Porto Novo corresponde a um espaço de fronteira com, pelo menos, três dimensões: o rio Uruguai, uma fronteira permeável na interpretação de Nodari e Gerhardt (2021) entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a Argentina; a proximidade com a Argentina, com a qual diversas relações econômicas e socioculturais foram estabelecidas; e a fronteira entre a floresta e o espaço dela tomado pelo desmatamento para o projeto de colonização.

3.2. A natureza como fronteira: utilitarismo, germanidade e catolicismo

As fontes relacionadas ao projeto Porto Novo, assim como nos demais escritos do período em outras regiões de colonização no Brasil, são fortemente marcadas pela dicotomia entre natureza e cultura. Essa visão dualista tem sido preponderante em muitas civilizações, onde a cultura é concebida como separada à natureza. Essa mentalidade frequentemente resultou na exploração desenfreada dos recursos naturais, com a natureza sendo considerada uma entidade a ser conquistada para promover o crescimento humano o que revela um padrão de dominação e exploração, no qual a expansão das civilizações implicava na transformação e utilização indiscriminada dos recursos naturais.

Sob a lente da história ambiental, esse tema complexo remonta aos primórdios da integração entre sociedades humanas e o ambiente ao seu redor. Esta representação reflete as formas intrincadas como as civilizações têm percebido e moldado a natureza, bem como os impactos recíprocos que essas relações deixaram na história do humano e do planeta.

A análise de discurso como forma de análise histórica envolve o estudo de fontes para compreender como a linguagem é utilizada para moldar, refletir e influenciar contextos sociais, políticos e culturais ao longo do tempo. Este método permite aos historiadores e pesquisadores investigar a maneira como as ideias e as ideologias são expressas, negociadas e transformadas em diferentes períodos históricos.

A metodologia proposta por Orlandi (2007) aponta que a análise de discurso não pressupõe apenas a língua ou a gramática, ainda que isso lhe interesse. Ela trata, como o próprio nome diz, do discurso, etimologicamente ligado a ideia de um percurso, correr, movimento. Ou seja, o ser humano falando. Busca-se compreender a língua fazendo sentido enquanto um trabalho simbólico, social constitutivo do ser humano e de sua história.

Nesse sentido, a autora argumenta que o discurso não se limita à mera transmissão de informações de um emissor para um receptor, pelo contrário, envolve a troca de significados, uma vez que a linguagem não é transparente. A análise de discurso não busca simplesmente encontrar o significado "verdadeiro" do texto; portanto, o analista deve adotar um método que permita distanciar-se de seu próprio ego durante a interpretação, colocando-se em uma posição que facilite a observação do processo de produção em suas condições. Neste íterim tratar-se-ia, então, de uma construção de significados dentro de um contexto social e histórico específico, o que implica a utilização de dispositivos interpretativos que mediam entre aspectos explícitos e implícitos, bem como sua relação com os indivíduos por meio de seus sentidos e palavras (ORLANDI, 2007).

No caso da imigração alemã no sul do Brasil, costumeiramente os relatos desses imigrantes e seus descendentes lançam luz sobre a percepção da floresta como um ambiente misterioso e temido, caracterizado por sua exuberante biodiversidade e pelos desafios impostos à colonização. A densidade da vegetação, aliada às condições climáticas adversas e à dificuldade de acesso, configuraram uma experiência inicialmente árdua.

No entanto, em meio a essas adversidades, eles perseveraram, encarando as dificuldades da vida na mata virgem em busca de oportunidades para construir uma nova existência baseadas nos valores da germanidade. Suas narrativas ecoam um discurso de esforços incansáveis

enfrentados ao lidar com o desconhecido, de forma a demonstrar uma determinação inabalável e uma resiliência extraordinária diante dos obstáculos impostos pela natureza selvagem.

Gerhardt (2009) ao analisar a Colônia Ijuhy, também localizada em uma área de Floresta Estacional Decidual verificou que os colonizadores compreendiam a natureza com uma ambiguidade marcante, refletindo um conflito entre a necessidade de progresso e a preservação ambiental. Por um lado, a natureza era vista como uma fronteira a ser dominada e transformada.

As vastas florestas da região eram encaradas tanto como um recurso quanto um obstáculo. O mato, com sua densa vegetação e riqueza em madeiras de lei, como o pinho, cedro, louro, e cabriúva, era valorizado por seu potencial econômico. A necessidade de abrir espaços para a agricultura e a exploração de madeira motivou os colonizadores a derrubar grandes áreas de floresta, estabelecendo roças e serrarias. A transformação do ambiente era considerada essencial para o estabelecimento e sucesso da colônia, com a criação de vilas, estradas e a exploração de recursos naturais (GERHARDT, 2009).

Por outro lado, essa mesma natureza imponente impunha limites e desafios. A floresta era um espaço de fascínio e respeito, abrigando uma diversidade de vida selvagem e servindo de refúgio para o gado durante os invernos rigorosos. A densidade do mato e a presença de animais silvestres exigiam um constante esforço para a manutenção de estradas e a segurança dos colonos. (GERHARDT, 2009).

Não obstante, havia a clara intenção de aproveitar os recursos naturais para o progresso e a prosperidade da colônia. Por outro lado, existia a consciência dos limites impostos pela natureza e a necessidade de conviver com o ambiente. O desmatamento e a transformação da paisagem eram vistos como necessários, mas havia também um reconhecimento, mesmo que implícito, da importância de preservar certos aspectos da natureza para o bem-estar dos colonizadores e a sustentabilidade da própria colônia (GERHARDT, 2009).

No caso da colônia Porto Novo, pode-se partir ainda da perspectiva posta por Nodari (2009) que aponta uma renegociação da etnicidade nos grupos étnicos do oeste de Santa Catarina na década de 1930 para superar conflitos entre descendentes de alemães, italianos e outras etnias com os "caboclos". A autora enfatiza que essa renegociação ocorre no cotidiano, onde a etnicidade é construída e adaptada através da incorporação e ampliação das práticas socioculturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade local.

Neste ínterim, outro elemento também aflora nessa visão, é a germanidade, que frequentemente é associada a aspectos culturais, linguísticos e históricos compartilhados por esses grupos étnicos. Isso inclui a língua germânica, tradições culturais, costumes, mitologia germânica e uma história comum que remonta às tribos germânicas antigas. Sobre a conceituação de grupo étnico Barth (1998) a define como uma população que perpetua biologicamente, compartilha valores culturais fundamentais e se identifica mutuamente, destacando a dinamicidade desse processo.

Autores como Gertz (1998) definem germanidade como a tradução de *Deutschtum* e, em geral, como uma ideologia e prática que defende os valores morais e a memória das comunidades de origem alemã, ao que Seyferth (1982), a compreende como uma síntese das qualidades nacionais germânicas, unindo um povo à sua nação, cultura e língua comuns, além do *Geist* (espírito) alemão e lealdade à Alemanha, enfatizando a solidariedade cultural e racial do povo alemão.

Ainda, nesse sentido Schulze (2014) argumenta que a preservação da germanidade foi fundamental para a comunidade alemã no exterior cumprir sua missão cultural e econômica para o Império Alemão, portanto, evitar a mistura racial ou cultural com brasileiros e a perda dos costumes e características alemãs era crucial. Enquanto que Poutignat e Streiff-Fenart (1998) explicam que a etnicidade não se manifesta em isolamento, mas na construção social do pertencimento a um grupo por meio de modos de vida e costumes compartilhados.

Partindo desse contexto teórico abordaremos duas fontes representativas dos discursos proferidos acerca da colonização de Porto Novo pela Sociedade União Popular, são eles: a brochura de propaganda encomendada pela colonizadora, publicado e distribuído em 1933, editado por Carl Middeldorf e o livro de memórias publicado em 1951 por Maria Wiersh Rohde em comemoração aos 25 anos de colonização.

3.2.1. *Uma colônia para alemães no sul do Brasil*

No início da década de 1930, após a venda dos primeiros lotes do empreendimento, as vendas tiveram uma queda vertiginosa, justificada pela crise mundial e a concorrência com outros empreendimentos, de forma que passou a *Volksverein* a adotar uma nova técnica de propaganda com a editoração e produção de uma brochura em alemão intitulada *Porto Novo*

Urwalsiedlung Deutcher Katholigen in Südbrasilien com 52 páginas de texto em alemão, dois mapas (Figuras 13 e 26) e 90 fotografias, editada por Carl Middeldorf.

A brochura foi originalmente concebida para circulação na Alemanha, com intuito de atrair imigrantes de além do mar por meio de um convênio com a entidade alemã *St. Raphaelsverein*. No entanto também foi difundido nas colônias de origem alemã no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 2018).

Acerca do editor poucas informações foram encontradas. Sabe-se que Middelforf nasceu em 1901 na cidade alemã de Dalthen, veio ao Brasil em 1930, aos 28 anos. Ademais, a partir de notas publicadas no jornal *A Gazeta* sabe-se que foi funcionário do consulado alemão em Santa Catarina, casou-se em 1936 com Maria Felicidade Trompowski, filha do então desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e professor fundador do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Alfredo Von Trompowski. Faleceu no Rio de Janeiro em 1968, aos 67 anos de idade.

Além do caderno publicitário pôde-se verificar sua participação direta em mais uma publicação vinculada ao empreendimento Porto Novo, atuando como tradutor na obra editada por Albano Volkmer na época presidente da Sociedade União Popular chamada *Der Volksverein Vor Gericht* financiada por Volkmer para se defender e expor publicamente atos de processo judicial por difamação e calúnia ajuizado por ele em face de Hermann Rüdinger, que o acusava de diversas irregularidades na gestão da associação.

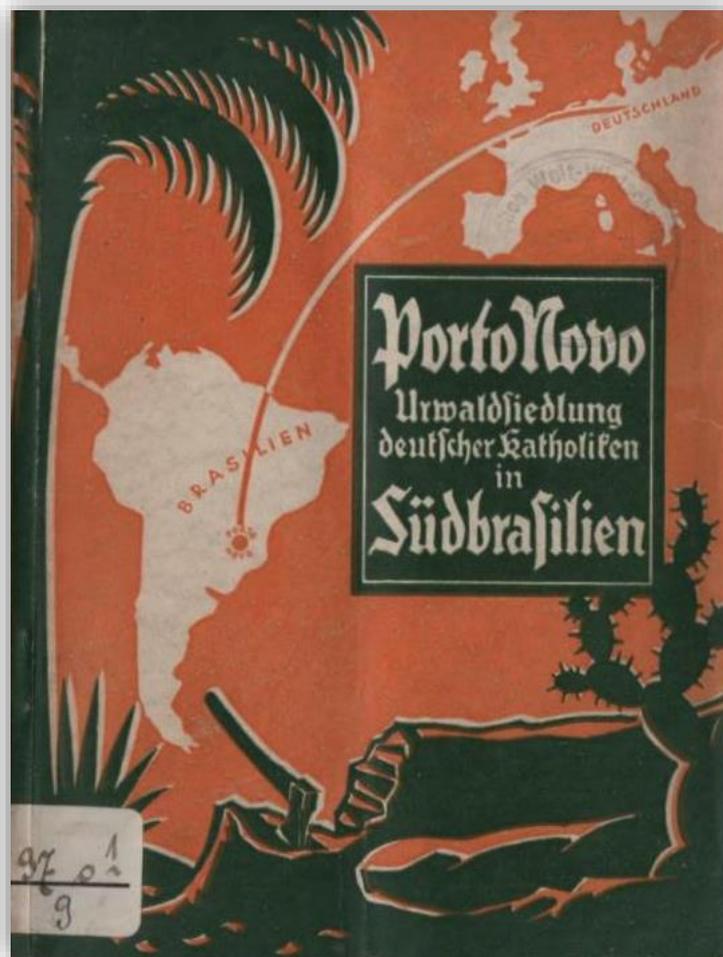
O processo acabou com a procedência dos pedidos e condenou Rüdinger ao pagamento de indenização e a pena máxima. Com recurso a segunda instância, acabou afastada a pena de prisão para dois meses e reduzido o valor da multa para um conto de réis e as custas. Com o fim do processo Volkmer copilou atos do processo, petições, depoimentos e demais decisões mais relevantes e as traduziu para o alemão publicando um livreto, que encaminhou para a região de colônia e para fora do Brasil, com o intuito de se defender publicamente (VOLKMER, 1934).

A análise do processo migratório de grupos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina exige um olhar que vá além da narrativa simplista centrada da escassez de terras. É fundamental considerar a multifacetada gama de fatores que influenciaram essas migrações, particularmente o papel preponderante das estratégias publicitárias empregadas pelas empresas de colonização. Essas companhias, ao promoverem o oeste catarinense, não se limitavam a destacar a disponibilidade de terras; elas teciam uma rede complexa de promessas que englobava

infraestrutura básica como estradas, escolas e igrejas, além de serviços essenciais como assistência médica e religiosa, eletricidade e acesso a mercados comerciais. Essas promessas visavam a pintar um quadro otimista do que os migrantes poderiam esperar ao se estabelecer na região (NODARI, 2009).

Contudo, ao se debruçar sobre relatos e documentações, incluindo entrevistas com pessoas que viveram essa migração, torna-se evidente uma lacuna significativa entre as promessas das colonizadoras e a realidade encontrada pelos migrantes. Muitas das infraestruturas e serviços prometidos ou estavam ausentes ou não atendiam às expectativas criadas. Esse descompasso entre expectativa e realidade não apenas desafiou os migrantes a enfrentarem condições mais adversas do que antecipavam, mas também levanta questionamentos sobre as práticas das empresas de colonização e os critérios utilizados para incentivar a migração (NODARI, 2009).

Figura 15 - Capa do livreto



Fonte: Middeldorf (1933)

Dessa forma, entender a migração para o oeste de Santa Catarina requer uma análise crítica das estratégias de propaganda e das motivações subjacentes dos migrantes. A escolha por migrar, longe de ser unidimensional e diretamente ligada à escassez de terras, era multifatorial e profundamente influenciada pelas representações idealizadas da vida na nova região. Assim, a migração emerge não apenas como uma busca por novas terras, mas também como um ato de fé nas promessas de uma vida melhor, fé essa muitas vezes desafiada pela dura realidade (NODARI, 2009).

Na capa da obra (Figura 15) podemos perceber elementos estilísticos que sugerem uma conexão entre a Alemanha e o Brasil. Além disso, os elementos tropicais como as palmeiras e cactos sugerem um ambiente exótico. O machado cravado em um tronco de árvore cortada enfatiza a ação e transformação do ambiente natural. Essa temática é retomada logo nas primeiras páginas, com o poema:

Ali, onde cedros e palmeiras, no silêncio da mata virgem,
 Se inclinavam ao vento como reis abanados por leques,
 Hoje soa o machado. Rejubilam hinos.
 O colonizador ingressou na paz da floresta nativa.
 O vento brinca com o cabelo loiro de sua esposa alemã,
 Os olhos azuis reluzem, o berço é rústico.
 O machado abateu a madeira de pétrea dureza,
 Igualmente a derruba para casa e fogão.
 De que lhe fale o suor, de que lhe valeram os calores,
 Ele jura resistir operoso, cumpre seu juramento,
 Se hoje precisou acomodar seus amados sobre a palha...
 Ano que vem, meu bem! Ele sonha feliz...
 A floresta se agiganta às margens de água corrente,
 Canta ao vento como corais na catedral (MIDDENDORF, 1933).

Os versos escritos por Anton Hugger presentes nas primeiras páginas da brochura de Middeldorf (1933) apresentam uma narrativa lírica sobre o processo de colonização e a relação entre o homem, a natureza e a cultura alemã, emoldurada pela presença da floresta nativa. A referência a cedros e palmeiras estabelece um cenário exótico, marcando um contraste significativo entre as paisagens naturais do novo mundo e as origens europeias dos colonizadores. A descrição do ambiente antes e depois da chegada do colonizador ilustra uma transformação profunda, de uma natureza indomada para uma terra subjugada e utilizada para fins humanos.

A menção ao machado e aos hinos que rejubilam reflete um ideal de orgulho e a alegria na conquista e no domínio sobre a natureza, sugerindo um triunfo da civilização sobre o selvagem. Ademais, as expressões esposa alemã, com cabelo loiro e olhos azuis, simboliza a

importação da cultura e da estética germânicas para terras distantes, reforçando a conexão com a terra natal enquanto se estabelece em um ambiente estranho e desafiador. Este detalhe introduz uma dimensão pessoal e familiar à experiência colonial, destacando a determinação e a resiliência diante das adversidades.

Pela brochura a natureza selvagem é descrita como um recurso que deve ser moldado e utilizado para o progresso e prosperidade dos colonos ou potencial adquirentes. Este é um exemplo claro de uma visão antropocêntrica e utilitarista. As passagens destacam a fertilidade do solo, a abundância de recursos naturais como madeira e alimentos, e a facilidade com que a terra pode ser cultivada e transformada para atender às necessidades humanas com colheitas nunca imaginadas, e a "a floresta na margem catarinense do grande rio, como sendo um presságio de um futuro promissor" (MIDDELDORF, 1933, p. 38).

Além disso, a promessa de um futuro promissor é claramente ligada à transformação da floresta e ao sucesso da agricultura e colonização, implicando que a realização do potencial humano é inseparável da exploração do ambiente natural. A imagem de prosperidade é, portanto, apresentada não em harmonia com a natureza, mas sim através da sua conversão para a agricultura e outras formas de desenvolvimento humano.

Nem serpentes ou animais selvagens perigosos ameaçam os colonizadores da floresta. Tudo se dá de forma muito tranquila. Pessoas que enfrentaram onças bravas ou cobras venenosas podem ser contadas nos dedos, e todas ainda gozam de boa saúde, relatando, com humor, sua pequena aventura. Nenhum animal ataca o ser humano; eles recuam diante da presença dominante do mesmo, mergulhando na escuridão da mata ainda intocada (MIDDELDORF, 1933, p. 39).

O trecho citado oferece um exemplo claro de uma narrativa que enfatiza a conquista humana sobre a natureza selvagem. Aqui, a floresta é apresentada quase como um cenário passivo, desprovido de perigos significativos, aguardando a chegada dos colonizadores para ser transformada e utilizada. Essa descrição reforça uma visão de mundo na qual o ambiente natural não é um agente ativo ou uma comunidade de vida com seus próprios padrões e ritmos, mas sim um palco para a atividade humana.

Os animais selvagens, neste contexto, são minimizados como ameaças: "Nenhum animal ataca o ser humano; eles recuam diante da presença dominante do mesmo". O que sugere uma hierarquia onde os humanos ocupam o ápice, uma expressão de uma mentalidade da época que via a natureza primordialmente como uma fonte de recursos ou um obstáculo a ser superado em nome do progresso e da civilização (MIDDELDORF, 1933, p. 39).

Ao se afirmar que os encontros com animais selvagens são raros e que aqueles que os enfrentaram estão saudáveis e tratam suas experiências com humor, há uma desvalorização implícita dos riscos que esses animais podem representar, e talvez, mais profundamente, uma desvalorização da própria vida selvagem. Nesse sentido, a mesma visão utilitarista foi registrada por Gerhardt (2009) na colônia Ijuhy, onde os animais foram classificados em úteis e nocivos aos humanos.

É uma narrativa que desconsidera ou subestima a complexidade dos ecossistemas naturais, e também ignora o equilíbrio delicado que permite a esses sistemas prosperar. Neste quadro, a floresta é vista um recurso que está sempre disponível para uso humano. É uma visão que se alinha com o discurso de justificação para a expansão colonial e a exploração intensiva dos recursos naturais, muito prevalente antes de uma compreensão mais moderna dos conceitos de ecologia, sustentabilidade e impacto ambiental.

O discurso na brochura revela, portanto, uma visão utilitarista da natureza, focada na obtenção de benefícios econômicos imediatos. Essa perspectiva, evidenciada pela avaliação da qualidade do solo e das árvores de madeira de lei para determinar o valor de um lote, reflete uma relação com o ambiente que é estritamente instrumental. A natureza é vista como um armazém de recursos a serem extraídos para o benefício humano imediato, sem preocupações pelas consequências ecológicas a curto ou longo prazo.

3.2.2. *Uma outsider: Maria Wiersh Rohde*

A obra de Maria Wiersh Rohde publicada em 1951 em comemoração aos 25 anos empreendimento da colônia de Porto Novo intitulada “*Pioniergeist: der vater erbe*” em vernáculo: “Espírito pioneiro: a herança dos antepassados” retrata a partir de suas memórias os primeiros anos de colonização. Sua posição como líder comunitária e esposa do diretor da colônia Carlos Francisco Rohde permite um olhar privilegiado do empreendimento.

Maria nasceu na cidade alemã de Trier em 1901 seus pais Anton, um pintor e Josephine Wiersh que foi uma professora, governanta e escritora, tendo publicado obras e contribuiu com diversos artigos nos jornais e revistas em língua alemã. A família emigrou para os Estados Unidos da América em 1910, se estabeleceram na cidade de Cincinnati, estado de Ohio. Nesta

cidade Maria concluiu seus estudos e passou a atuar como professora particular junto com a irmã e a mãe.

Figura 16 - Carlos e Maria e os filhos ao fundo: Erich, Walter, Daniela e Mirian



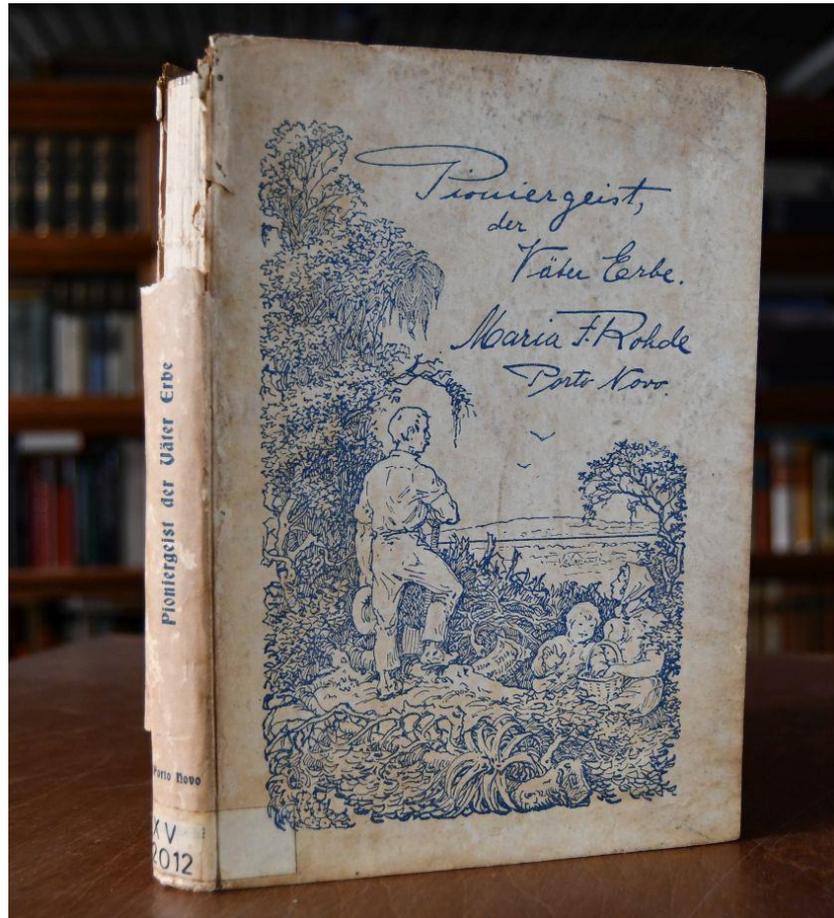
Fonte: Jornal Expressão (2021)

No início da década de 1920 a dinâmica social nos Estados Unidos da América nos anos pós Primeira Guerra Mundial se alterou, e houve alguma animosidade para com os imigrantes alemães, fazendo com que a família Wiersh optasse pela migração para o sul do Brasil, onde possuía familiares. No momento de sua partida, quando o funcionário do governo estadunidense determinou fizessem um juramento de que retornariam ao país, Josephine Wiersh (2023, p. 118) expõe as razões pela migração ao Brasil:

Que contradição! Primeiro fomos tratados como hunos, bárbaros não civilizados, que não deveriam mais ser tolerados no país, e quando decidimos deixar voluntariamente o inospitaleiro país de uma hora para outra nos transformamos em valiosos cidadãos (WIERSH, 2023).

Em território brasileiro a família passou a residir em Arroio Secco (atual Arroio da Seca, município de Imigrante, RS) e posteriormente na localidade do Corvo em Estrela, RS. Em 1926 Maria passou a residir juntamente com o esposo em Porto Novo, se estabelecendo com as primeiras famílias na Linha Capela, onde residiu até o ano de 1945 quando se mudou com a família para a cidade de Porto Alegre, RS (MUGGE, 2022).

Figura 17 - Capa do livro Pioniergeist Der Väter Erbe (1951)



Fonte: Abebooks (2024)

Na primeira edição da obra de Rohde (1951), a ilustração da capa (Figura 17) retrata uma cena que pode ser interpretada como idílica. Nela um adulto, representando um agricultor, está de pé, olhando para o horizonte e apoiado em um machado. Esse contexto pode simbolizar uma representação sobre trabalho árduo de derrubada e desbravamento da floresta ao mesmo tempo que invoca alusão religiosa, sugerindo uma busca ou esperança por algo transcendental ou divino, ao mesmo tempo a presença de uma mulher e uma criança ajuda a formar uma imagem que sugere a noção de família

Quão imensamente grande me parecia a maravilhosa criação divina! Aqui não se via o fim; por todos os lados, a mata fechava a visão do horizonte. Sem querer, me dei conta do contraste. Como criança criada na cidade grande e que conhecia os arranha-céus de Nova York e as cidades densamente povoadas dos Estados Unidos, de repente achei incompreensível que neste nosso planeta Terra pudesse haver realidades tão diversas. Lá, as pessoas não tinham espaço suficiente para manter os pés no chão e precisavam conquistar seu espaço vital se amontoando em edifícios, e aqui, todo esse espaço sem fim, a natureza enorme, impressionante, criada por Deus, escondendo em suas entranhas ainda intocadas, todos os seus tesouros, esperando apenas ser desvendada pela mão humana (ROHDE, 2012, p. 53).

A citação de Maria reflete uma profunda admiração pela vastidão e beleza da criação divina, contrastando a experiência imersiva na natureza com a vida nas densas metrópoles urbanas vivenciada pela autora nos EUA. Tal perspectiva, embora marcada por um maravilhamento genuíno, carrega consigo uma idealização romântica da natureza e um ponto de vista antropocêntrico. Uma visão que sugere uma relação unilateral com o ambiente, onde o valor da natureza é medido principalmente por sua utilidade, ignorando as complexidades das interações ecológicas e a necessidade de uma coexistência entre humanos e natureza.

Ademais, no contexto da crença cristã católica, essa visão interpela conceitos teológicos sobre o domínio humano e a custódia da criação. O conceito de "domínio" sobre a criação é derivado da narrativa bíblica, particularmente do livro de Gênesis, onde é dito que os seres humanos são criados à imagem de Deus e lhes é dado domínio sobre a terra e todas as criaturas vivas.

Tradicionalmente, essa ideia tem sido interpretada como uma licença para o uso irrestrito dos recursos naturais, sob a premissa de que o mundo material foi criado para o benefício da humanidade. Tal interpretação promove uma visão antropocêntrica do mundo, colocando os seres humanos acima de todas as outras formas de vida e justificando a exploração da natureza em nome do progresso e do desenvolvimento.

Essa noção não é recente, é similar ao abordado por Keith Thomas (2010) sobre a sociedade inglesa entre 1500-1800 onde o conceito de domínio humano foi frequentemente invocado para justificar a exploração intensiva dos recursos naturais, em linha com o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico. Essa perspectiva estava em consonância com a interpretação bíblica predominante da época, que via a humanidade como dominadora da terra, legitimando assim a alteração e apropriação do ambiente natural para atender às necessidades humanas.

A partir dos escritos de Rohde também é possível fazer uma associação com conceito de *outsider* proposto na obra *Os estabelecidos e os outsiders* de Norbert Elias (2000). Elias argumenta que o processo de civilização, caracterizado pela internalização de normas e comportamentos sociais, está intrinsecamente ligado às dinâmicas de inclusão e exclusão. Os estabelecidos são vistos como mais civilizados, enquanto os outsiders são frequentemente percebidos como menos capazes de se ajustar às normas sociais dominantes. Esse processo de civilização reforça a divisão entre os grupos, com os estabelecidos assumindo o papel de guardiões da moral e da ordem social.

Rohde vê os indígenas e os caboclos como uma cultura diferente e, implicitamente, inferior. Essa visão se alinha ao conceito de estigmatização descrito por Elias, onde os estabelecidos atribuem características negativas ou indesejáveis aos outsiders para justificar sua exclusão. Maria reforça a ideia de que eles não pertencem plenamente à sociedade dominante e, portanto, devem ser marginalizados ou assimilados.

Ao adotar essa visão, Maria se posiciona implicitamente como parte dos estabelecidos, a sociedade dominante que detém o poder e define as normas culturais e sociais aceitas. Essa perspectiva revela várias camadas de estigmatização, exclusão e uma noção hierárquica de civilização.

Essas representações existentes durante o processo de colonização da colônia Porto Novo são fundamentais para compreender as dinâmicas culturais e ideológicas que marcaram esse período. Essas representações são notavelmente marcadas pela noção da natureza como uma fronteira a ser superada pela civilização e cultura, refletindo uma visão de mundo que valoriza o domínio e a transformação do ambiente natural em prol do progresso humano.

Paralelamente, os valores da germanidade e do catolicismo emergem como pilares centrais nesse contexto, não apenas influenciando a identidade cultural e social dos colonizadores, mas também orientando as práticas e as relações estabelecidas com o território e suas populações originárias. Essa confluência de ideais de progresso, identidade cultural e fé religiosa configura um panorama complexo, no qual a colonização é vista não apenas como um processo de expansão territorial, mas também como uma missão civilizatória impregnada de valores específicos que moldaram a experiência colonial em Porto Novo.

3.3. Colonização e a derrubada da floresta

Com a instalação desses agricultores iniciou-se um intenso processo de alteração da paisagem com a derrubada das florestas, inicialmente com o machado e a serra manual e, muito posteriormente, a partir da década de 1950, com o uso da motosserra. Nessas primeiras décadas da colônia, suas atividades estiveram ligadas a expansão de zonas de cultivo com a derrubada da mata para abertura de áreas agricultáveis por meio da mão de obra familiar, com produção limitada a cultivos de subsistência e eventual venda de excedentes (NODARI, 2012; FRANZEN, 2016).

Se a qualidade do solo é, além da localização, de importância determinante para o colono, não se deve menosprezar o valor e o papel econômico das árvores de madeira de lei, presentes na mata que cobre ou cobria o lote. É a partir das árvores que o colonizador experiente avalia a qualidade do lote pretendido. Como expressão do seu veredito, ele finca seu longo facão na terra. A venda das toras poderá reforçar bastante as finanças e, além disso, ele não precisará comprar madeira para construção de casa e galpões. É necessário mencionar que a maior parte das árvores da mata nativa, encontrada em todos lotes de forma mais ou menos densa, são madeiras de lei, adequadas a marcenaria e carpintaria. Temos aí madeiras duras muito apreciadas como: louro, cedro, cabriúva, ipê, angico, canafístula, tajaúba, grapiapunha, quebramachado, guajuvira (Schartzhertz), canjerana... E, como madeiras mais leves e fáceis de trabalhar temos: muitas variedades de canela, alecrim, guatambu, guabirova, caroba, jaraquiatiá, marmeleiro, corticeira, açoita-cavalo, e timbaúva; ou de qualidade mais leve – mas durável – ocupadas para construção de canoas, ou para lenha: as laranjeiras, e a batinga. As palmeiras não são muito apreciadas, salvo como plantas decorativas junto à casa. Então suas folhas fornecem valioso pasto para a criação, além de seu tronco poder ser transformado, facilmente em ripas para construção de telados. As primeiras choupanas, abrigos precários dos pioneiros recém-chegados, por isso, geralmente eram feitas de palmeiras (MIDDENDORF, 1933, p. 57).

As terras ocupadas pelos migrantes, caracterizadas por serem lotes de pequena e média propriedade. A extração de madeiras nobres, que era realizada tanto pelas companhias colonizadoras quanto pelos próprios colonos, variando conforme o tipo de contrato firmado. As companhias colonizadoras desempenharam um papel crucial ao facilitar a instalação dos colonos migrantes e promover a adaptação do seu modo de vida na região oeste de Santa Catarina, influenciando significativamente na forma como esses colonos passaram a interagir com o meio ambiente. Inicialmente, as florestas eram percebidas como obstáculos significativos, dificultando não apenas a construção de infraestruturas básicas, como estradas e casas, mas também o desenvolvimento da agricultura (NODARI, 2012).

Essa prática de desmatamento era uma etapa inicial crucial da colonização, acompanhada pela rápida instalação de serrarias, frequentemente operadas por indivíduos ou grupos com experiência prévia no setor madeireiro no Rio Grande do Sul. A exportação de madeira para a Argentina, que era uma atividade desenvolvida no Rio Grande do Sul e em partes do oeste catarinense, era um dos objetivos das empresas colonizadoras desde a sua chegada à região. Com o conhecimento de que uma parcela dos lucros viria da exploração das riquezas florestais, essas empresas estabeleceram serrarias, construíram estradas em áreas de seu interesse e organizaram o transporte da madeira, delineando assim o desenvolvimento econômico e estrutural da região (NODARI, 2012).

Sobre o trabalho de derrubada da mata em Porto Novo, temos as memórias de Rohde (2011):

Por todos os lados as estradas eram construídas; ao longe e bem próximo, se ouvia o som dos machados cortando a mata – e o ruído assustador de grandes árvores tombando. Nas horas quentes do meio-dia quando se fazia necessário estabelecer uma

pausa no trabalho, podia-se observar, diariamente, enormes nuvens de fumaça das queimadas. Aí nós sabíamos que este ou aquele havia aproveitado o calor e o tempo seco para tentar sua sorte. Muita coisa dependia de como e quando a mata queimava bem, inclusive galharia toda. Apenas restavam as toras mais grossas que acabariam sendo aproveitadas. Se, no entanto, a queimada era ruim, talvez por causa do tempo chuvoso, restava muita galharia. Esta precisava ser removida antes da semeadura e isto sempre demandava muito tempo e esforço. Quem conseguia derrubar a mata, queimá-la e semear no seu devido tempo, portanto tinha tido sorte, pois podia contar com a primeira colheita em cinco meses. Isto correspondia, entre os colonos, a ganhar na loteria (ROHDE, 2011, p. 76).

Em seu estudo Nodari (2012) conduziu entrevistas detalhadas com alguns dos pioneiros e seus descendentes, buscando compreender os obstáculos encontrados durante os primeiros estágios de colonização. Durante essas conversas, os entrevistados compartilharam sobre as dificuldades que enfrentaram, destacando, de forma significativa, a derrubada de matas e a carência de infraestrutura viária como os principais desafios.

Gerhardt (2014) contesta a visão tradicional, bastante difundida em livros sobre imigração e colonização, que tende a focar quase que exclusivamente no papel da terra enquanto recurso primordial para o estabelecimento dos colonos. Ao promover uma análise da trajetória de famílias imigrantes, especificamente no Rio Grande do Sul durante os séculos XIX e XX, revelou que as condições ambientais, incluindo a existência de florestas, rios e a biodiversidade, foram fatores cruciais para a imigração e as subsequentes migrações internas, não apenas a simples disponibilidade de terras. Esses recursos naturais não apenas forneciam materiais essenciais, como madeira para construção e combustível, mas também sustentavam atividades econômicas complementares à agricultura, como o extrativismo da erva-mate e a caça, integrando-se de forma significativa à vida econômica e social dos colonos.

A extração e comercialização das árvores foi importante para manutenção da saúde financeira da associação colonizadora durante o período de guerra, que paralisou a venda de lotes. A *Volksverein* mantinha, ela própria, um comércio madeireiro com a Argentina de forma a contornar, ainda que em parte, as dificuldades financeiras da empresa. Inclusive havia a perspectiva futura de que, com a exploração racional do recurso madeireiro e o reflorestamento sistemático, o comércio de madeira poderia ser uma opção econômica para a região (ROHDE, 2011, p. 299-300).

Extrai-se de entrevista realizada por Rambo (2007, p. 146-147):

[...] tanto que, quando o *Volksverein* vendeu aquela terra para os colonos eles iam junto e marcavam aquelas madeiras que eram deles. Na terra do pai tinha 20 e poucas árvores marcadas, cedro, loro. Podiam tirar o mato, mas essas árvores o *Volksverein* ia derrubar. E vinha às vezes uma turma (o Finger com a carroça, um Staub e mais gente). Vieram lá tirar a madeira. Vinha uma turma e derrubava e depois vinham os arrastadores e levavam para o rio e faziam as balsas.

A utilização de balsas para comercialização de madeira com a Argentina é uma prática anterior ao próprio projeto de colonização. Relatos sugerem que parte da floresta estava sendo explorada por balseiros brasileiros e argentinos antes mesmo das terras terem sido adquiridas pela Volksverein.

Infelizmente, o território mais próximo à margem havia sido roubado, em suas mais nobres madeiras como louro e cedro. Isto acontecera por concessões dos governos de outrora, sem visão, que as distribuíam a homens temerários, negociantes de madeiras, que não pensavam, sequer, na possibilidade de uma colonização sistemática. Felizmente, estes madeireiros temiam o esforço e as despesas que teriam que deprender, para penetrar mais profundamente nas matas e construir caminhos para arrastar as toras até a margem. Apenas onde eram atingíveis de forma fácil e rápida estas gigantes de madeira de lei foram derrubadas, levadas até a margem, amarradas em balsas e conduzidas, assim, rio abaixo, para a Argentina. Este saque às maravilhosas florestas deve ter durado décadas, pois as grandes firmas de exportação de madeira da Argentina comercializavam, desde tempos imemoriais, as madeiras nobres do vale do Uruguai em suas cidades.

O saque foi interrompido pela compra do território pela Empresa Xapecó. Então, intensificou-se o comércio de madeiras nobres e a atividade dos balseiros nas regiões mais altas do vale do rio Uruguai. Ali eram derrubadas, ano a ano, as grandes toras de madeira de lei, levadas pelos afluentes ou arrastadas pela mata até o rio Uruguai em forma de balsas (ROHDE, 2012, p. 140).

A abundância de árvores disponíveis e a possibilidade exportação para a Argentina para corte era destacada como uma vantagem significativa pelos representantes das companhias colonizadoras na promoção das terras (Figuras 18 e 19).

Figura 18 - Grandes toras de madeira flutuam em direção à Argentina.



No entanto, a presença dessas florestas por si só não seria suficiente sem um mercado consumidor interessado. A interação entre a disponibilidade de matéria-prima, o estabelecimento de serrarias e a existência de um mercado comprador transformava a região em um atrativo para os colonos (NODARI, 2012).

A indústria madeireira na região, predominantemente composta por pequenas empresas, iniciou suas atividades na década de 1930, experimentando um crescimento contínuo nas décadas seguintes, com um pico de expansão na década de 1960. Este período marcou a maior modernização do setor, especialmente com a adoção da serra-fita elétrica. O crescimento da indústria madeireira manteve-se até o final dos anos 1970, coincidindo com o pico de desmatamento na região, que se estendeu até meados dos anos 1980, um período caracterizado pela intensificação da tecnificação do setor. Após esse auge, houve um declínio, levando ao fechamento de várias empresas madeireiras locais (RUSCHEL et al, 2003).

Figura 19 - Antes das corredeiras, as amarrações das balsas são verificadas



Fonte: Middeldorf (1933)

Essas empresas foram quase as únicas indústrias na área e os colonos derrubavam florestas para converter a terra para uso agrícola e pecuário, trocando toras por madeira processada para construir habitações e estruturas agrícolas. No início do processo de

colonização, a baixa tecnologia empregada na extração, transporte e processamento da madeira resultava em baixa produtividade e grande desperdício de material. Após a derrubada, os resíduos florestais eram frequentemente queimados ou deixados para apodrecer (RUSCHEL et al, 2003).

Entre as espécies mais valorizadas e comercialmente exploradas, conforme relato de J. M. R., um madeireiro entrevistado por Ruschel e Nodari (2003) que se mudou para a região em 1949, estavam o louro, cedro, grápia, angico, caroba, e canela-loura, com diâmetros de corte variando de 20 a 40 cm. R. S., um ex-madeireiro que se estabeleceu em Itapiranga durante o ano de 1941, destacou a canela-loura como a espécie mais demandada e prevalente, com a maior parte do comércio voltado para o estado do Rio Grande do Sul, especialmente para a capital Porto Alegre, em menor medida, para venda direta aos colonos.

A extração inicialmente dependia de ferramentas manuais como machados e serras manuais, enquanto o transporte era realizado por meio de tração animal (Figura 20), e a madeira era processada com serras do tipo pica-pau, movidas a energia hidráulica ou vapor. Neste contexto, apenas árvores com diâmetro superior a 50 cm, troncos retos e saudáveis e madeiras de alto valor eram exploradas. Conforme relatado pelos madeireiros, até cerca de 1975, árvores com diâmetros menores que 40 cm geralmente não eram consideradas para exploração (RUSCHEL et al, 2003).

As tecnologias empregadas na derrubada da floresta e preparo do solo são similares as empregas pelos primeiros pelos primeiros imigrantes alemães chegaram às colônias desse tipo no Rio Grande do Sul, cuja maioria deles vinha de regiões antropizadas na Alemanha e enfrentou a realidade desconhecida das florestas brasileiras. Em vez dos campos tranquilos que imaginavam, encontraram uma paisagem intimidadora dominada pela densa floresta. O desmatamento tornou-se uma prática essencial para se estabelecessem na nova terra, utilizando técnicas como o uso do machado e fogo (BUBLITZ, 2011).

A adaptação desses agricultores ao cotidiano na mata exigiu mudanças culturais, desde o vestuário até a dieta alimentar, que passou a incluir alimentos como milho, aipim e carne de animais silvestres, uma renegociação da própria etnicidade adquirindo das populações nativas. Essa interação com o ambiente natural resultou na criação de novos ecossistemas regionais, misturando elementos nativos e exóticos trazidos pelos imigrantes, que buscavam tornar a nova terra familiar (BUBLITZ, 2011).

Figura 20 - Na frente da serraria, acumulam-se madeiras de todos os tipos



Fonte: Middeldorf (1933)

Com a introdução da serra-fita elétrica e do motosserra em meados de 1965 houve um avanço significativo para a indústria madeireira. Esses equipamentos, juntamente com tratores guinchos e caminhões transportadores de toras, surgiram como inovações que ampliaram significativamente a capacidade de trabalho a partir desse período, o que levou ao momento mais intenso de desmatamento durante os anos 70 e 80 (RUSCHEL et al, 2003).

3.4. A produção agrícola

O atrativo do baixo custo das terras e a riqueza dos recursos florestais, embora significativos não foram os únicos determinantes. Além de enfatizar o preço acessível das terras e a abundância de madeira, as campanhas publicitárias destacavam a fertilidade do solo e as excelentes condições para agricultura como pontos chave para incentivar a colonização. Esse enfoque na promoção das terras não apenas como economicamente viáveis, mas também como extremamente propícias para o cultivo, desempenhou um papel crucial em atrair interessados em se estabelecer na região.

Em uma rica miscelânea, florescem todas as culturas, tudo o que alegra o coração do agricultor: tabaco, cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, batata, feijão, trigo, cevada, abóboras, melões, laranjas, bananas, maçãs, peras, pêssegos, entre outras frutas tropicais e subtropicais. Em breve será possível também degustar o vinho local. A criação de bovinos e suínos é praticada de forma racional, sendo a banha um dos produtos mais rentáveis da colônia. A mata nativa fornece madeira de lei valiosa, a partir da qual se constroem sólidas e vistosas casas para os pioneiros. Da mesma forma, a mata nos presenteia com suculentos assados de caça e, no rio Uruguai, abundam peixes saborosíssimos (MIDDELDORF, 1933, p. 39).

A passagem de Middeldorf (1933) sobre a colônia claramente busca exaltar e promover a fertilidade e riqueza do ambiente colonial. Este tipo de narrativa é comum em documentos e propagandas destinados a atrair novos colonizadores ou investidores, destacando as potencialidades agrícolas e os recursos naturais abundantes como um incentivo para a migração. A forma como a natureza é descrita não apenas como produtiva, mas também como generosa e quase mágica, reflete uma tentativa deliberada de criar uma imagem idealizada da colônia.

No que tange as tecnologias utilizadas na produção agrícola no empreendimento Porto Novo, predominam a técnica de queimada:

O agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava a rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha a roça (JUNGBLUT, 2000).

A técnica agrícola adotada pelos imigrantes alemães e transmitida aos colonos teuto-brasileiros foi caracterizada pela sucessão de etapas de derrubada, queimada (Figura 21 e 22), plantação (Figura 23) e subsequente regeneração da vegetação (capoeira), um método itinerante de cultivo, similar àquele praticado pelas populações das montanhas da Indochina e pelos indígenas (ROCHE, 2022).

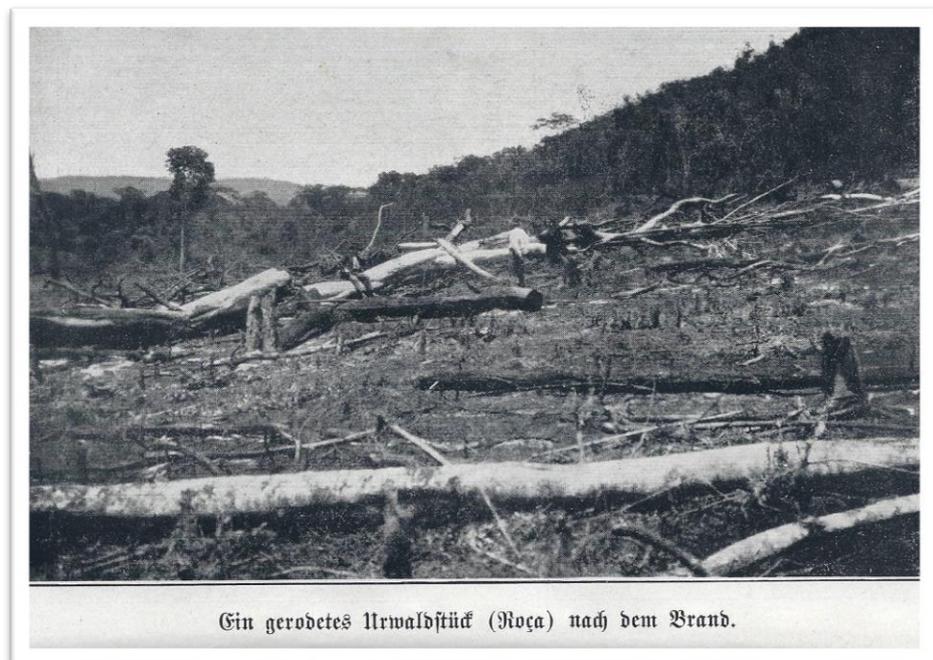
O esforço contínuo e a necessidade de lidar com um solo rapidamente empobrecido levam os agricultores a abandonar uma área cultivada após obter algumas colheitas na área. A terra, então, é deixada para a regeneração natural da vegetação, enquanto o agricultor repete o ciclo de cultivo em uma nova área, perpetuando o método da queimada como uma característica distintiva dessa abordagem agrícola (ROCHE, 2022).

Figura 21 - A floresta nativa derrubada (Roça) é “queimada”



Fonte: Middeldorf (1933)

Figura 22 - Uma área de floresta nativa desmatada (Roça) após a queimada



Fonte: Middeldorf (1933)

Figura 23 - Assim, a plantação avança contra floresta nativa



Fonte: Middeldorf (1933)

Esse método, apesar de sua antiguidade e simplicidade, persistiu por mais de 125 anos, abrangendo todas as zonas cultiváveis e todas as gerações de colonos de origem alemã no Brasil, resistindo à adoção de novos processos de cultivo conhecidos na Alemanha entre os séculos XIX e XX. A prática, criticada por sua natureza primitiva e por perpetuar uma rotina que limita a inovação agrícola, foi ainda mais agravada pelo uso de ferramentas como o arado de relha metálica e a grade, que, embora representassem um avanço tecnológico, contribuíram para a erosão e a destruição do húmus (ROCHE, 2022).

Rohde (2011) aponta ainda que algumas famílias caboclas tinham se estabelecido em locais fixos, onde cultivavam pequenas lavouras, um fato que para ela, aparentemente contribuía para uma vida de maior qualidade. Esses caboclos tinham comercializavam o excedente de sua produção, fornecendo itens como mandioca, batata-doce, mudas de cana-de-açúcar, bananas e outras plantas para os recém-chegados colonizadores. Acreditava-se que esses caboclos sedentários possuíam um legado de técnicas agrícolas transmitido por seus antecessores, um conhecimento que provavelmente foi herdado da época das reduções jesuítas.

3.4.1. O tabaco

Dentre as culturas agrícolas incentivadas pela colonizadora está o cultivo do tabaco, cuja cultura era exaltada na propaganda do empreendimento:

Como produto local, que já adquiriu fama por sua qualidade, devemos mencionar, em primeira linha, o fumo (tabaco). Como encontra todos os nutrientes necessários para seu desenvolvimento pleno no solo, além de ser beneficiado em seu crescimento pelo clima do vale do Uruguai, as áreas dessa cultura se expandem cada vez mais. Especialistas em cultivo de tabaco foram contratados pela Sociedade União Popular para orientar, gratuitamente, os agricultores interessados na produção de fumo. Além disso, grande parcela dos agricultores que se estabeleceram em Porto Novo são originários das antigas colônias da região produtora de fumo no Rio Grande do Sul, trazendo na bagagem larga experiência prática no cultivo desse valioso produto. Deste modo, unem-se aqui a prática e a teoria de forma muito eficaz. Não é sem razão que já se fala muito da nova área fumicultora junto ao rio Uruguai, onde a murchadeira ainda não se tornou um problema das lavouras e o solo ainda propicia colheitas fartas sem a necessidade de adubação química dispendiosa. Sob orientação técnica, o agricultor procede à sementeira, ao plantio - todo o processo de cultivo e colheita do fumo - levando suas folhas ao galpão, onde passarão pelos processos de fermentação e seleção. A comercialização acontece de forma cooperativada, sendo que a Central da Sociedade União Popular e a administração local - graças a suas ótimas relações junto aos potenciais compradores podem orientar a cooperativa sobre as melhores condições de preço. A excelência do fumo produzido na jovem Colônia já alcançou fama nos países sul-americanos, bem como na Europa (MIDDELDORF, 1933).

A introdução da cultura na colônia decorre como uma resposta à crise da banha de 1929. A Sociedade União Popular tomou a iniciativa de promover a cultura do fumo na colônia. Para isso, contratou e disponibilizou o técnico Germano Schwengber, proveniente de Santa Cruz, a época, um dos principais centros de produção de fumo no sul do Brasil, para orientar os agricultores. Em novembro daquele ano, Schwengber empreendeu visitas nas casas dos agricultores da região colonizada, dando início a um esforço sistemático de preparação para a nova cultura agrícola. Este esforço incluiu a adoção de práticas racionais e baseadas em orientações técnicas para estabelecer as condições necessárias para a adoção dessa nova cultura. (ROHDE, 2012)

A produção do fumo foi bem recebida pelos agricultores. Havia pela associação o interesse de diversificar os produtos agrícolas e de adotar uma abordagem cooperativa sob sua coordenação para melhor penetrar no mercado de consumo. Essa iniciativa resultou em um plantio experimental de 548.000 pés de fumo (ROHDE, 2012).

A opção pela divulgação da cultura do fumo pela colonizadora também está associada ao aumento de sua produção no início do século XX. Com o aumento do consumo de cigarros ocorreu uma mudança na produção de tabaco no Brasil, com uma redução na produção de tabacos escuros, tradicionalmente cultivados no Nordeste para charutos, e um aumento na produção de tabacos claros, mais adequados para cigarros, no Sul. Essa região, conforme dados

do IBGE, se tornou a maior produtora nacional na década de 1940, representando 52% da produção (SILVEIRA; DORNELES; FERRARI, 2012).

O cultivo do tabaco no Brasil tem raízes profundas, remontando a antes da chegada dos primeiros europeus, quando era praticado pelos povos indígenas e mais tarde se espalhou pela Europa, tornando-se um hábito comum. No século XVII, sob o controle português, o Brasil começou a cultivar tabaco comercialmente, especialmente no Nordeste, visando impulsionar o comércio com a Europa e sustentar a demanda por mão de obra escrava necessária para as plantações de açúcar (SILVEIRA; DORNELES; FERRARI, 2012).

Figura 24 - Acima da altura do homem está o esplêndido tabaco



Fonte: Middeldorf (1933)

A produção estava inicialmente confinada à Bahia até 1810, mas a abertura dos portos brasileiros a países amigos levou à expansão das áreas produtoras para outras províncias. Durante o século XIX, as regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina emergiram como novos centros de produção, beneficiando-se do cultivo em pequenas propriedades por imigrantes europeus, especialmente alemães. (SILVEIRA; DORNELES; FERRARI, 2012)

A evolução tecnológica no cultivo de tabaco no Brasil também se manifestou distinta entre as regiões produtoras. Enquanto a Bahia manteve métodos tradicionais de secagem ao sol e em galpões, no sul, de maneira geral foram adotadas técnicas de secagem em estufa. Essa

inovação não apenas diferenciou as práticas de produção entre as regiões, mas também impactou significativamente a qualidade do produto permitindo um controle mais preciso sobre o processo de secagem, resultando em um tabaco de melhor qualidade (SILVEIRA; DORNELES; FERRARI, 2012).

3.5. Os animais

A classificação dos animais e insetos como úteis e nocivos durante o processo de colonização reflete uma visão antropocêntrica predominante na época, onde a natureza e seus componentes eram avaliados principalmente por sua utilidade ou prejuízo ao desenvolvimento humano e à sobrevivência. Esta perspectiva, embora comum em períodos de expansão e colonização, revela uma relação instrumental com o ambiente, na qual os seres humanos se posicionam como agentes dominantes, avaliando o mundo natural através de uma lente de valor funcional.

Nos relatos históricos, os animais frequentemente são retratados sob a ótica de sua contribuição para as necessidades alimentares, como a caça, que era uma fonte vital de proteína, ou como obstáculos para a agricultura e a habitação, categorizados como pragas. Essa dualidade ilustra uma abordagem pragmática em relação à fauna, onde a apreciação estética ou o reconhecimento de um valor intrínseco nos animais é frequentemente subordinado às necessidades e objetivos humanos.

Nesse sentido Gerhardt (2009) em sua pesquisa sobre a Colônia Ijuhy, aponta que a relação dos colonos com os animais era intensamente marcada pela percepção de utilidade e nocividade, influenciando diretamente as práticas agrícolas e a interação com o ambiente. As formigas cortadeiras, por exemplo, eram consideradas pragas devastadoras para a lavoura. A ausência de predadores naturais, exacerbada pelo desmatamento e pelas práticas agrícolas introduzidas, contribuiu para o aumento de sua população. Administradores e colonos buscaram combatê-las utilizando venenos, muitas vezes ineficazes e perigosos, como os que continham arsênico. Além do uso de venenos, práticas como amarrar capim seco ou lã de ovelha nos troncos das árvores ou aplicar água fervente diretamente nos formigueiros eram empregadas como tentativas de controle.

Enquanto animais domésticos e considerados úteis, como cavalos, muares, vacuns, suínos e galinhas, tinham presenças significativas, evidenciadas pelos números registrados em censos. Esses animais eram fundamentais para a economia agrícola da colônia, fornecendo trabalho, alimento e outros recursos essenciais para a subsistência e a produção comercial. A criação desses animais refletia a adaptação e a transformação do ambiente natural em um espaço produtivo (GERHARDT, 2009).

A percepção dos animais, portanto, reflete uma relação pragmática com a natureza, onde espécies úteis eram valorizadas e protegidas, enquanto aquelas consideradas nocivas ou prejudiciais às atividades agrícolas e à segurança eram combatidas. Esse enfoque pragmático na relação com os animais era uma característica central da adaptação e do manejo ambiental na Colônia Ijuhy, exemplificando a complexa interação entre seres humanos e a natureza no contexto da colonização e do desenvolvimento agrícola (GERHARDT, 2009).

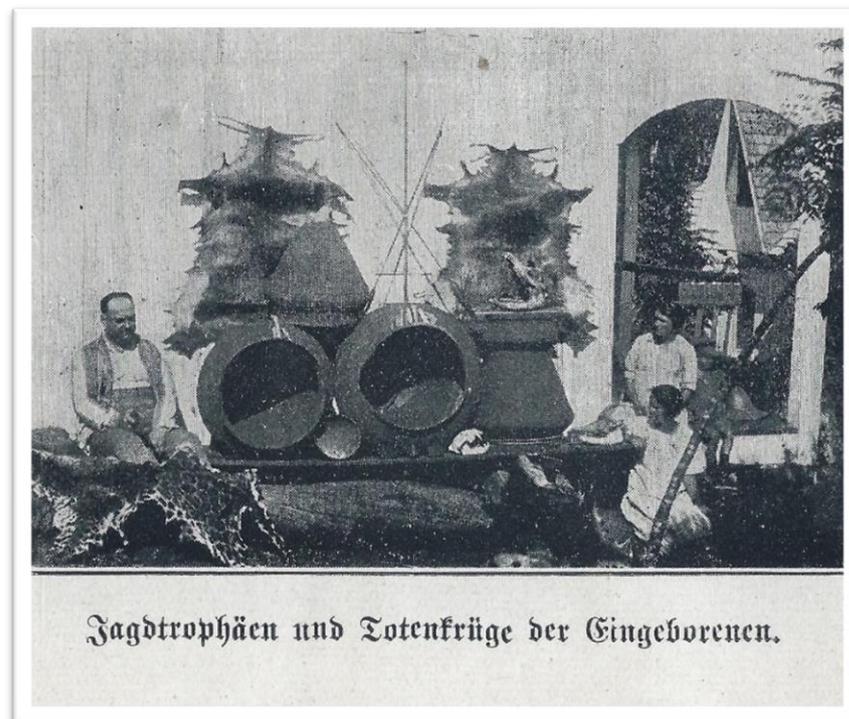
Entretanto, mesmo dentro deste quadro utilitário, necessário há momentos em que a beleza ou a admiração pelos animais é reconhecida, sugerindo uma complexidade nas relações humanas com a natureza que transcende a pura funcionalidade. Esses momentos de apreciação estética ou emocional refletem uma capacidade humana de reconhecer valor além do utilitarismo, embora tais reconhecimentos pareçam ser exceções dentro de uma narrativa maior dominada por considerações de utilidade.

3.5.1. Animais silvestres, caça e pesca

As profundezas selvagens da mata nativa oferecem, ao Caçador oportunidade bem-vinda de abater animais de carne nobre. E necessário ressaltar que a presença de animais selva- modo que não se pode falar de real ameaça. Os animais selvagens perigosos para o ser humano e a criação, é muito rara, elas cedem o espaço ao homem com seu machado afiado e buscam abrigo nas florestas preservadas cada vez mais no interior do território. A notícia do aparecimento de um interior tigre brasileiro caça (onça), de um puma, de uma jaguatirica, desperta a sanha caçadora dos mateiros experientes e treinados, que dificilmente perdem a oportunidade de abater o animal. A caça, em si, já pensa. A pele é valiosa, pode ser vendida ou aproveitada ou aproveitada em casa, e todos sabem apreciar uma carne de caça bem preparada. Muito apreciados como caça são: porcos do mato (catetos), quatis, veados, pacas, antas, tatetos, gatos do mato, macucos (aves semelhantes a faisões), jacutingas e jacuvelhos (tipo perdizes), nambus e pombas selvagens, enquanto que o tamanduá é respeitado como animal útil no combate às formigas e pode seguir seu caminho sem ser importunado. Mesmo assim é aconselhável ter permanentemente, um soro antiofídico em casa, para se estar prevenido para uma eventualidade (MIDDELDORF, 1933, p. 4).

A passagem reflete uma visão comum do período em relação à fauna silvestre, categorizando os animais em termos de sua utilidade ou nocividade para as comunidades humanas. Essa perspectiva, profundamente enraizada em práticas de subsistência e na relação das comunidades com o meio ambiente, evidencia uma dualidade na percepção dos animais: por um lado, os considerados úteis ou benignos, como o tamanduá, valorizado por seu papel no controle de formigas, e por outro, os vistos como nocivos ou perigosos, como onças, pumas e jaguatiricas, frequentemente caçados tanto pelo desafio quanto pelo valor de suas peles e carne.

Figura 25 - Troféus de caça e urnas funerárias dos nativos



Fonte: Middeldorf (1933)

Os troféus da caça foram objeto de propaganda em fotografia incluída na brochura de propaganda da *Volkverein*. Nela pôde-se identificar Carlos e Maria Rohde com peles de animais, incluindo de onças e urnas funerárias. Durante os anos da colonização, a caça emergiu como uma estratégia essencial para enfrentar e suprir a crescente demanda por carne. Este fenômeno pode ser compreendido em um contexto onde os colonizadores se deparavam com um novo ambiente, muitas vezes hostil e desconhecido, com recursos limitados para a agricultura e a criação de animais domésticos em curto prazo. A fauna local, por sua vez, apresentava-se como uma fonte imediata e abundante de alimento, capaz de sustentar as populações coloniais em fase de estabelecimento e expansão.

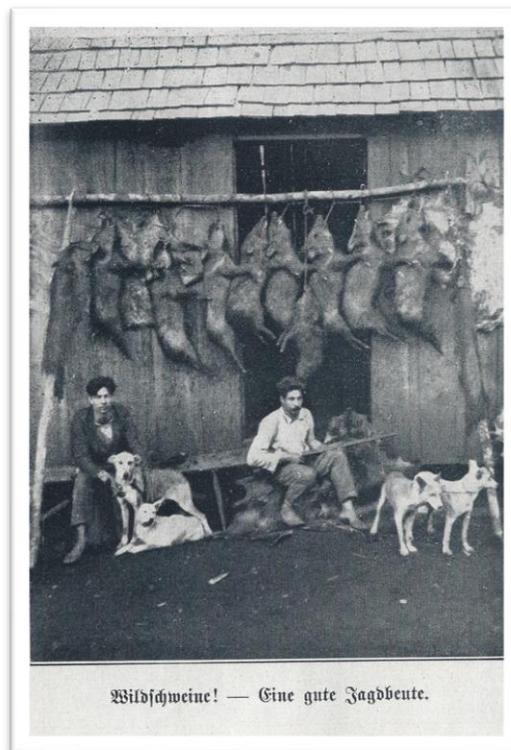
A caça se tornou uma forma de subsistência para as famílias caboclas, que Rohde (2011) chama de “habitantes da mata”, vendendo carne e peles:

Na época, esses habitantes da mata fizeram da venda de carne pele de veados e outros animais silvestres, um meio de ganho. Da riqueza de cada existente eu só me dei conta de quando meu marido começou a comprar suas peles. Havia mesmo a pele dos animais mais raros como lontra, anta, tamanduá, irara, onças, javali catetos, capivaras, e as mais frequentes, cutia, quati, raposas, lebres e muitos outros, cujos nomes acabei esquecendo. A anta, um animal muito apreciado devido ao seu couro grosso, inicialmente era mais facilmente encontrada, porém foi caçada com tanto afinco que hoje se tornou uma raridade (ROHDE, 2011, p. 82-83).

Rohde (2011) relata ainda que era comum a presença de grandes grupos de porcos selvagens na região, os quais se mostravam desafiadores de serem caçados. Segundo ela os caboclos é possuíam melhores habilidades e conhecimento sobre como caçá-los, incluindo o conhecimento dos seus esconderijos e tocas.

Esses mateiros identificavam a da rede de túneis subterrâneos e cavernas utilizados pelos animais que então fechava todas as saídas desses túneis e encher o sistema com fumaça de enxofre, forçando os porcos a se agruparem em uma única caverna, facilitando assim a caça. Como resultado, o mateiro conseguia capturar entre 25 a 30 porcos selvagens, os quais eram distribuídos pela vizinhança. (ROHDE, 2011)

Figura 26 - Porcos selvagens! – uma boa caçada



Wildschweine! — Eine gute Jagdbeute.

Fonte: Middeldorf (1933)

A caça a onça pintada teve algum destaque nos relatos de Rohde, que narra caçadas sistemáticas a esses animais, citando inclusive caçadores que se dedicavam a atividade, como é o caso de Fabiano, conhecido como caçador de onças.

Naquela época ainda vivia o velho Fabiano, conhecido por ali como caçador de onças. Na época ele morava, com seus dois filhos e as filhas, próximo de nós e era muito benquisto devido à sua simpatia e confiabilidade. Se uma onça levava insegurança para algum lugar do território, isto era comunicado ao velho Fabiano, o qual, imediatamente, partia à caça do bichano. Sua única arma era um trabuco pré-histórico (daqueles cartepudos pela boca) que ele manejava com tal segurança e destreza quanto um soldado bem treinado manaja uma arma moderníssima. Ele afirmava nunca ter errado o alvo com esta arma. Em todo o caso, ele limpou toda a região deste perigo, e se uma onça se aventurava por perto, era o Fabiano que acabava com ela. (ROHDE, 2011, p. 85)

A onça, também chamada por ela de tigre brasileiro, era temida pela comunidade local. Esse animal representava para eles uma ameaça para os moradores e seus animais, provavelmente devido à sua força, agilidade e capacidade predatória. As narrativas sobre os encontros com o animal não relatam ataques a seres humanos. Ao contrário, os relatos consistentemente descrevem interações pacíficas em que o animal simplesmente não fez nada. Segundo o relato de Rohde (2011) o caçador de onças afirmava que ela "não ataca ninguém a menos que seja atacada, importunada ou ferida".

Rohde (2011) relata que com o passar do tempo, cada colono adquiriu seu próprio cão de guarda, o que com que os animais selvagens começassem a se afastar da área. Este fato marca uma transição importante no modo como a comunidade lidava com a presença de animais entendidos como potencialmente perigosos em sua proximidade.

Historicamente, a onça-pintada (*Panthera onca Linnaeus*, 1758) tem sido representada de várias formas, abrangendo representações iconográficas e textuais. Isso inclui sua presença em mitos indígenas, crônicas da época colonial, narrativas de viajantes, documentos de exploradores do sertão, contos de caçadores, além de lendas populares tanto antigas quanto contemporâneas. A onça-pintada também figura em obras literárias, bem como em artigos e livros científicos que enfocam a conservação da espécie. As onças eram perseguidas por motivos diversos, incluindo o valor de sua pele, a proteção do gado contra ataques e por razões esportivas (FRANCO; SILVA, 2020).

3.5.2. Os insetos e os lados escuros da floresta

A saúde durante as primeiras décadas da instalação do empreendimento é descrita como boa, não tendo sido acometida de moléstias graves ou significativa mortalidade. Não obstante, Rohde (2011) aponta que existiam os “lados escuros da floresta” atribuindo aos ataques do borrachudo (*Simuliidae*) a causa de ferimentos e enorme desconforto.

Os borrachudos eram, sem dúvida, o maior problema: uma verdadeira praga, principalmente em dias quentes! Havia épocas nas quais eles nos torturavam tanto, que ficávamos apáticos diante de todas as belezas e vantagens — e teríamos preferido fugir correndo dali. Se os habitantes da mata e os agrimensores não houvessem garantido para nós que a praga atacava mais intensamente os novatos, e que, com o tempo, a gente fica imune suas picadas, alguns de nós provavelmente teriam jogado a toalha, de- “desistido de tudo e dado meia volta. Eu mesma tentava proteger-me com patos grosseiros e grossas meias compridas, costurando pernas de meias em vestidos de mangas curtas e enrolando lenços no pescoço e rosto — de modo a apenas ficarem de fora os olhos, o nariz e a boca — o que, no calor do verão, podia tornar-se uma tortura (ROHDE, 2011, p. 73-74).

O tratamento dessas “feridas do clima” era realizado por meio do uso de pomadas, cujo processo de cicatrização era demorado, eventualmente deixando cicatrizes azuladas. Para proteção, utilizavam polainas de algodão grosso sobre as calças e dentro das botas, o que impedia a entrada dos borrachudos e ajudava a suportar os períodos mais críticos. Com a redução das áreas de mata, a infestação de borrachudos diminuiu, mas durante o período em que estavam presentes, representaram um dos maiores problemas enfrentados na floresta (ROHDE, 2011).

A outra praga descrita durante a colonização em Porto Novo/Itapiranga eram as moscas berneiras (*Dermatobia hominis*, *Linnaeus Jr. in Pallas, 1781*):

Outra praga, também ligada à mata, contra a qual tivemos que nos defender era a mosca berneira. Ao picar, ela depositava seu ovo, quase microscópico, na pele da vítima. Em poucos dias, a larva se desenvolvia, tornando um inchaço dolorido, que parecia um furúnculo. As pobres vítimas do berne apareciam em massa em nossa casa porque, o com seu desenvolvimento, a larva vai entrando cada vez mais profundamente na carne e o ferimento fica cada vez mais dolorido, sendo muito difícil removê-la sem instrumentos. Com o tempo fui adquirindo uma boa experiência em seu tratamento (ROHDE, 2011, p. 64).

As referências aos ataques de insetos nessa região inclusive foram observadas em relatos muito anteriores a colonização pela *Volksverein*. Na expedição de 1759 as constantes picadas de mosquitos são descritos como um dos empecilhos pelo avanço da expedição de demarcação. Em 1789 durante a expedição espanhola é dada mais ênfase aos ataques de insetos, com uma descrição mais gráfica, afirmando que o grupo era:

[...] atacado por enxames de vermes e insetos vorazes de sangue humano, que não nos deixaram um segundo de paz durante todo o tempo que durou este laborioso processo. reconhecimento. Suas picadas venenosas nos cobriam de vergões que coçavam, sarna contagiosa, onde as ninfas ou vermes talvez fizessem ninhos e se alimentassem. Eram atormentados por mosquitos, mosquitos, mutucas e muitas outras moscas de diversas

espécies, que, dependendo das estações, se substituíam durante o dia e a noite (CABRER, 1837, p. 6).

Outro inseto que citado nas fontes foi o gafanhoto. Rohde (2011) relata que o inverno forte e prolongado prejudicou bastante as lavouras, plantadas cedo demais. Mal a nova semeadura vicejava, houve uma invasão de gafanhotos de “escurecer o sol” que arrasaram tudo. Foi a primeira vez que se vivenciou o ataque dessa praga. Como métodos de combate os moradores bateram em latas e bacias velhas nas roças, fazendo o máximo de barulho possível, o que, segundo se dizia, poderia espantar os gafanhotos. Posteriormente a *Volksverein* encaminhou arsênico para auxiliar os produtores no combate aos insetos.

Do ponto de vista da história ambiental, a relação dos moradores de Porto Novo/Itapiranga com os insetos revela a complexa interação entre seres humanos e o ecossistema local. A resposta dos colonos, utilizando métodos tradicionais de proteção e buscando auxílio externo, reflete uma adaptação cultural às pressões ecológicas.

3.5.3. Criação de suínos

A criação de suínos para produção de banha, principal produto produzido na colônia, desempenhou um importante papel na sua economia. Para se ter noção, no final da década de 1950, a economia do município estava fortemente ancorada na criação do suíno tipo banha, que representava aproximadamente 73% da renda dos agricultores locais. Este dado reflete a importância central da suinocultura na estrutura econômica da região, com esta atividade sendo praticamente a espinha dorsal do sustento das famílias rurais (AGRO TÉCNICA, 1962; HAHN, 2005).

A predominância dessa atividade agrícola específica ilustra a limitada diversificação econômica do assentamento, onde o comércio e a indústria ainda estavam em estágios iniciais de desenvolvimento, majoritariamente compostos por pequenos estabelecimentos de caráter artesanal e familiar. A configuração econômica dessa época demonstra uma forte dependência de uma única fonte de renda, o que acarretou vulnerabilidades econômicas significativas diante de flutuações de mercado ou problemas sanitários que afetassem a criação de suínos (HAHN, 2005).

Figura 27 - Um grupo de porcos de raça



Fonte: Middeldorf (1933)

A prática de criar porcos de maneira solta (Figuras 27 e 28) ou amarrados com uma corda, denominada "porco na soga," remonta a uma abordagem tradicional e rudimentar da suinocultura, especialmente prevalente entre pequenos agricultores com recursos limitados. Esta técnica permitia o início da criação sem a necessidade de infraestrutura, mudando o animal de lugar para alimentação e proteção, refletindo uma adaptação às circunstâncias e recursos disponíveis. Tal maneira de criação era a norma em tempos passados, onde a rusticidade era uma característica tanto dos métodos de criação quanto dos próprios animais, que se adaptavam bem a viver ao ar livre e em condições simples (TRENTINI, 2019).

Trentini (2019) aponta que alimentação dos porcos no oeste catarinense criados sob essas condições era diversificada e baseada em recursos disponíveis localmente, evitando-se a necessidade de adquirir alimento comercial, o qual era escasso. A prática de "emprestar" alimentos de vizinhos, que seria posteriormente devolvido, exemplifica um sistema de apoio mútuo entre os agricultores da época. Segundo Alles, no início da criação, não havia compra de

alimentos, e a dieta dos suínos consistia em lavagem e produtos cultivados na própria propriedade, como milho e soja.

O manejo reprodutivo refletia uma abordagem prática e comunitária, onde a seleção de fêmeas e a troca de machos entre vizinhos ajudavam a manter a diversidade genética e evitar problemas de consanguinidade. A capacidade de um agricultor de manter um número maior de reprodutoras era um indicador de sua prosperidade e capacidade produtiva. Essas práticas de criação, alimentação e manejo reprodutivo não apenas destacam a adaptabilidade e resiliência dos agricultores da região, mas também ilustram uma conexão profunda com a terra e uma compreensão intuitiva dos princípios de sustentabilidade e cooperação (TRENTINI, 2019).

O suíno tipo banha, conhecido localmente de várias maneiras como porco comum, porco preto ou *Speckschwein*, era praticamente a única raça criada na região até o final da década de 1960. A modernização da suinocultura no extremoeste de Santa Catarina foi marcada por esse processo de transição de animais tipo banha para os de tipo carne. Refletiu mudanças significativas nos padrões de consumo e produção. Foi acompanhada por estratégias conscientes de desvalorização de suínos tipo banha pelas agroindústrias em resposta à crescente preferência por óleo de soja e carne suína com menor teor de gordura (TRENTINI, 2019).

Figura 28 - Uma criação de belos porcos de raça



Fonte: Middeldorf (1933)

De acordo com a Agro Hidrotécnica (1962), a suinocultura em Itapiranga enfrentava diversas deficiências significativas. Entre elas estavam a baixa taxa de reprodução das porcas e uma proporção elevada de machos. Havia também uma tendência à criação de raças voltadas

para a produção de banha, como a Duroc-Jersey, que não atendia mais às demandas da época por carne. Adicionavam-se a essas questões a falta de avanços zootécnicos, uma alimentação considerada irracional e condições precárias de higiene e sanidade, que incluíam um alto índice de verminose, aumentando o risco de contaminação para crianças e adultos. Outros problemas notados incluíam a localização inadequada e o tamanho inapropriado dos chiqueiros, além de uma alta mortalidade de leitões, que, em 1961, atingiu 13.156 cabeças, representando 50% dos animais vendidos ou abatidos.

Essa mudança na composição racial dos suínos criados reflete uma evolução significativa nas práticas agrícolas locais, impulsionada pela necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade no mercado. A introdução das raças *Duroc*, *Landrace* e *Large White*, conhecidas por sua maior eficiência alimentar e melhor qualidade de carne, marca o início de um processo de modernização da suinocultura no município (HAHN, 2005).

Esta transformação não apenas alterou as características físicas e produtivas dos suínos criados, mas também exigiu adaptações nas infraestruturas de criação, manejo e nas estratégias de comercialização dos produtos suínos. Além disso, simboliza a abertura do município para inovações técnicas e genéticas, colocando-o em uma trajetória de desenvolvimento agrícola mais sustentável e integrado aos mercados regionais e nacionais (HAHN, 2005).

3.6. A floresta vista de cima

As fotografias aéreas históricas representam uma fonte primordial de dados, abrangendo uma gama de informações históricas relevantes sobre vegetação e cobertura terrestre. Estas informações detêm um vasto potencial para contribuir com dados fundamentais para o mapeamento e monitoramento da composição e heterogeneidade da paisagem ao longo do tempo, bem como para estabelecer conexões entre a história do uso da terra e as alterações na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos.

No caso do estado de Santa Catarina encontram-se arquivados sobrevoos em diversos períodos contemplando diferentes regiões. O registro mais antigo disponível, que contempla a área de estudo data do ano de 1957. Segundo informações recebidas pelo setor de geoinformação o voo realizado em 1957 possuía escala: 1:25.000, altura do voo: 3.825m, com uma Câmera Zeiss RKM - 15/23 com uma distância focal nominal de 153 mm.

A empresa Aerofoto Cruzeiro do Sul S/A foi responsável pela realização das fotografias aéreas em Santa Catarina em 1957. De acordo com Silva (2015), a empresa foi fundada em 1937 como uma seção do antigo Sindicato Condor, subsidiária da Lufthansa, empresa alemã nacionalizada durante a Segunda Guerra Mundial, a Aerofoto se destacou como uma das principais organizações no campo da fotogrametria em nível global. Suas operações abrangeram extensivamente o território brasileiro, incluindo levantamentos aéreos em uma área aproximada de 7.858.000 km² no país.

A partir de 134 imagens recebidas pela Setor Geoinformação da Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Santa Catarina utilizou-se os softwares Agisoft Metashape para composição de mosaico fotográfico e o software QGIS para georreferenciamento da deste. Ainda no QGIS a partir do mosaico retificado realizou-se então a fotointerpretação utilizando a técnica de foto-leitura de toda sua extensão identificando os fragmentos de floresta, criando feições vetorizadas dessas áreas com polígonos. Finalizado o processo de vetorização, utilizou-se o software ArcGIS Pro para composição final do mapa.

A fotogrametria e a fotointerpretação são metodologias comumente utilizadas na análise de imagens aéreas para a obtenção de informações geoespaciais e a interpretação de características do terreno. A fotogrametria compreende o processo de captura, medição e interpretação de imagens fotográficas para extrair dados sobre a forma, tamanho e posição de objetos e terrenos. Essa técnica utiliza princípios matemáticos e ópticos para calcular coordenadas tridimensionais a partir de fotografias aéreas, permitindo a criação de modelos digitais do terreno, mapas topográficos e outros produtos cartográficos (TEMBA, 2000).

Sobre essa técnica:

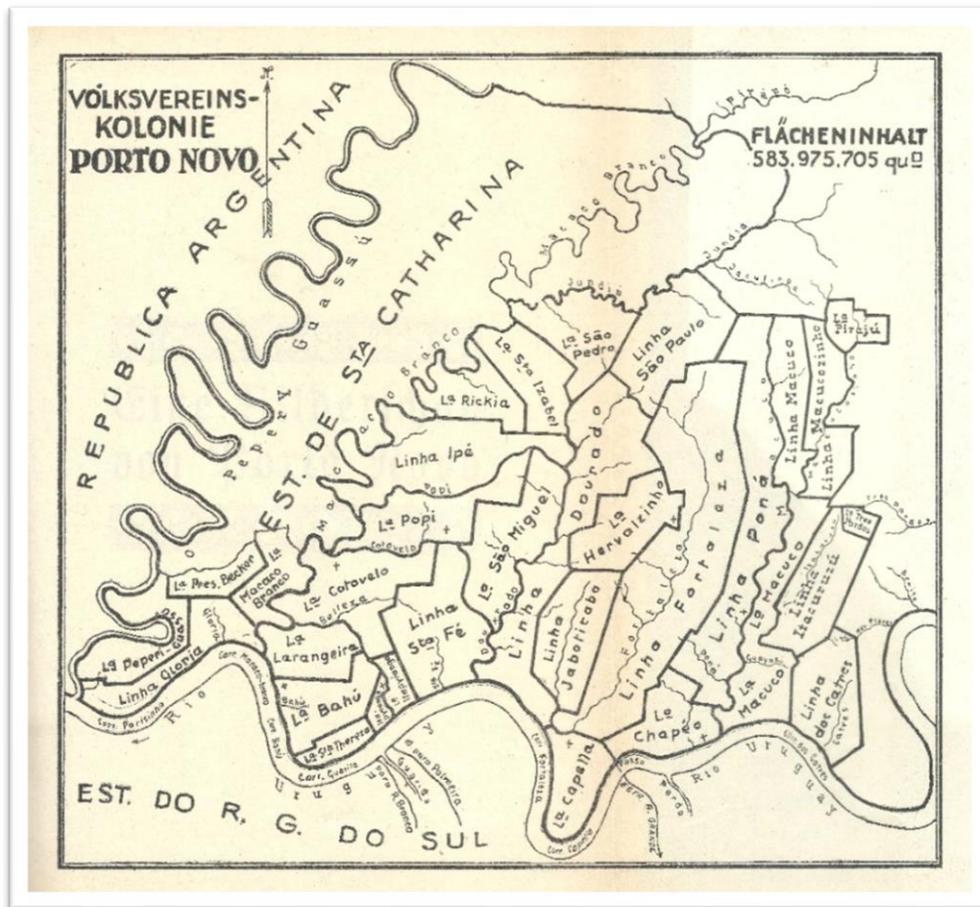
Foto-leitura, esta técnica é antes de tudo, o reconhecimento direto de objetos feitos pelo homem e de características comuns do terreno. Ela refere-se à visão vertical de, por exemplo: construções, trabalhos de engenharia, campos cultivados, riachos, florestas e formações do terreno. Normalmente este processo não precisa do estereoscópio e é a técnica de interpretação mais simples (TEMBA, 2000).

Nesse sentido, a foto-leitura consiste então em uma análise visual das imagens obtidas através da fotogrametria, buscando identificar e interpretar elementos e padrões presentes na paisagem. Essa metodologia envolve a observação de características como formas, cores, texturas e padrões espaciais, a fim de reconhecer e compreender elementos naturais e artificiais do ambiente, como rios, estradas, edificações, vegetação e tipos de uso do solo. Sendo frequentemente utilizada em diversas áreas, como agricultura, meio ambiente, planejamento

urbano, geologia e gestão de recursos naturais, fornecendo informações para a tomada de decisões e o planejamento de projetos (TEMBA, 2000).

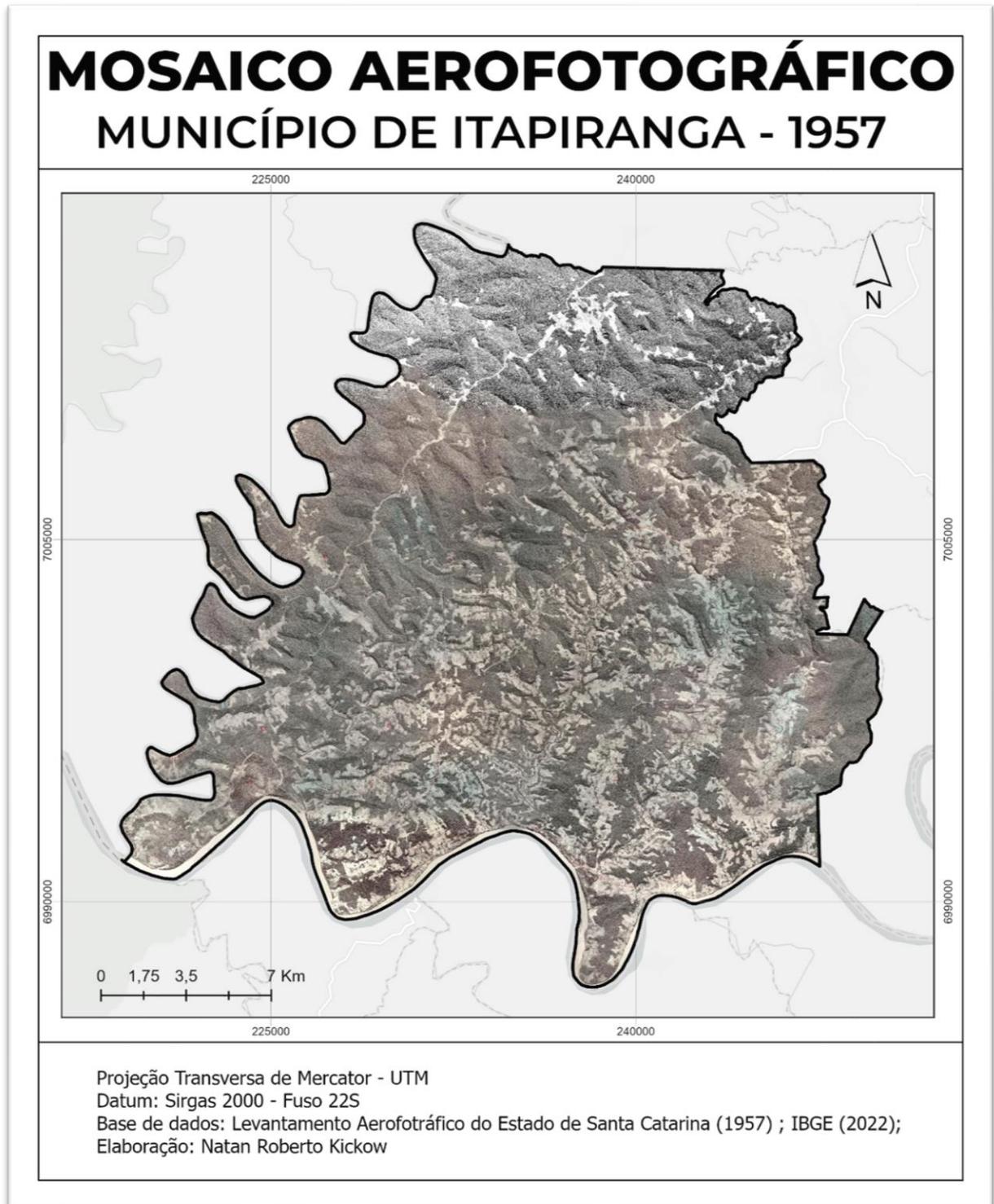
Delimitou-se o espaço de análise aos limites atuais oficiais de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis segundo a base cartográfica oficial publicada pelo IBGE (2022) que corresponde aos limites da colônia e do antigo município de Itapiranga (1954-1989) (Figura 30) com exceção da Linha Pirajú e Catres que atualmente pertencem aos limites dos municípios de Iporã do Oeste e Mondai respectivamente.

Figura 29 - Mapa da colônia Porto Novo



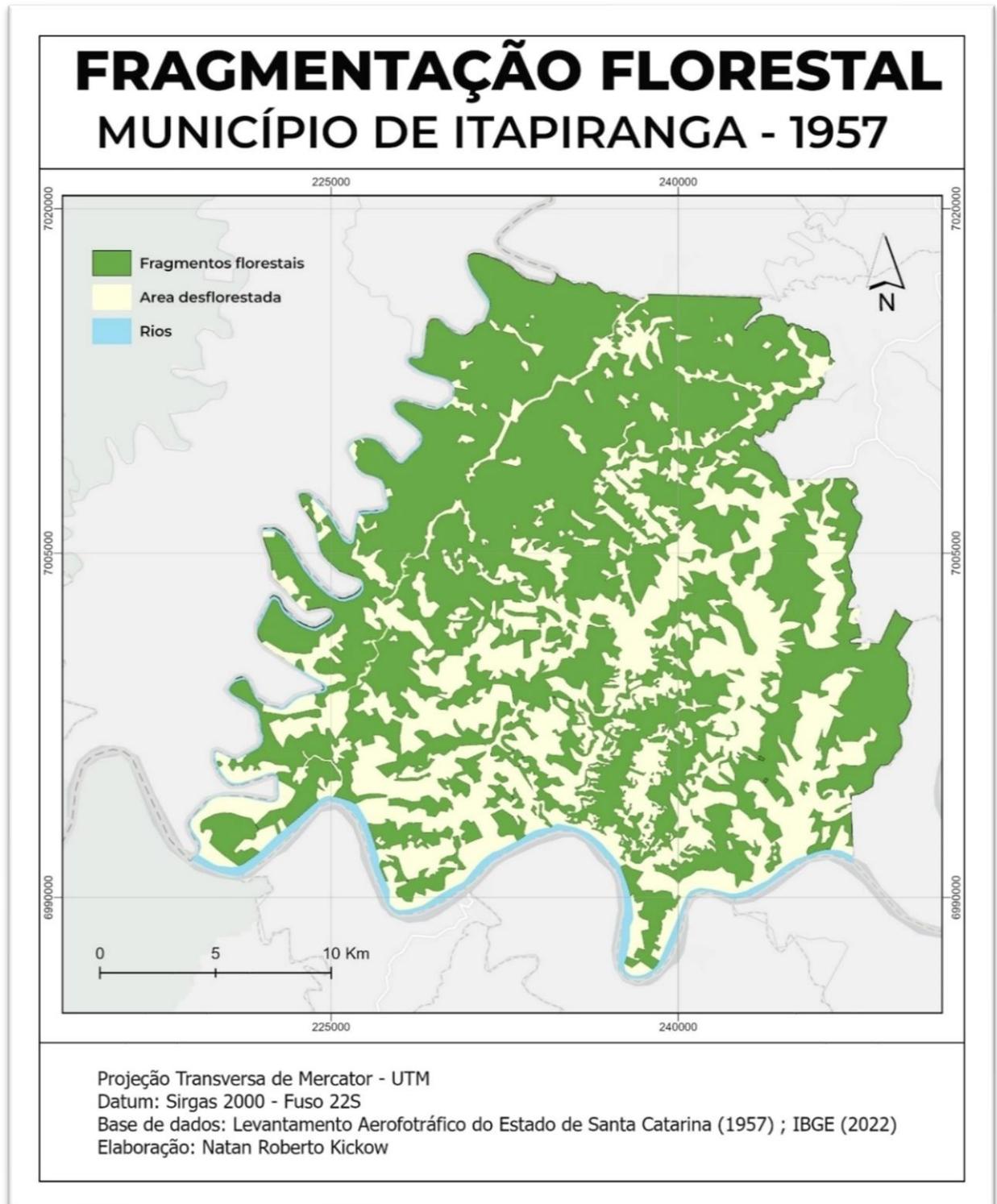
Fonte: MIDDELDORF (1933)

Figura 30 - Mosaico aerofotográfico



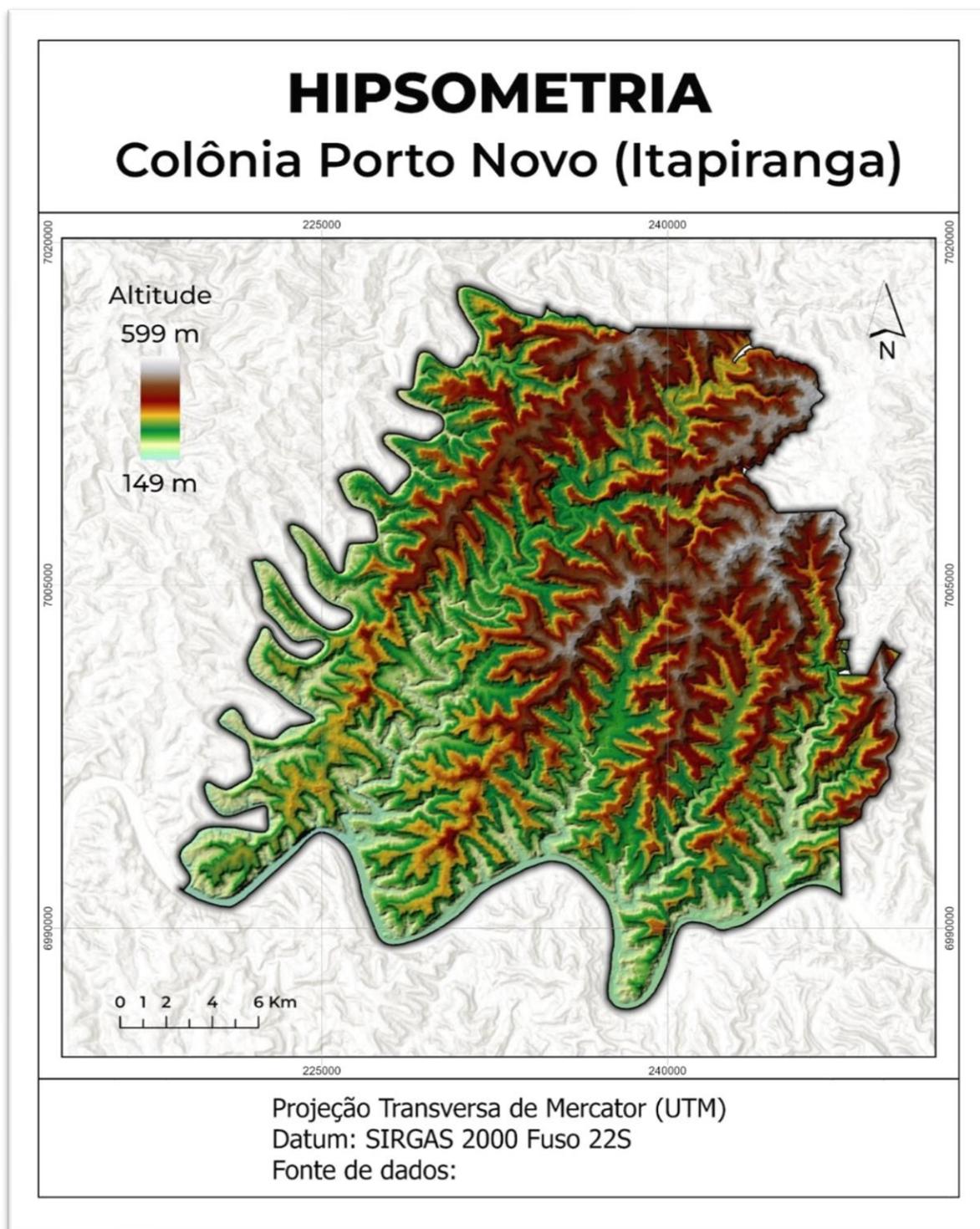
Fonte: Elaboração do autor.

Figura 31 - Fragmentação florestal em 1957



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 32 – Hipsometria de Porto Novo/Itapiranga



Fonte: Elaboração do autor.

A análise dos produtos gerados revelou que, em 1957, as áreas de florestas ainda apresentavam extensões significativas, indicando um estado de conservação ambiental para a época. A observação detalhada permitiu identificar que as áreas com maior grau de fragmentação florestal coincidem geograficamente com a região situada entre os rios Macuco, Fortaleza, Dourado e Macaco Branco, estendendo-se em direção à sede do município de Itapiranga. Este padrão de fragmentação é compatível com a dinâmica de povoamento que se inicia.

Mais ao oeste, na região conhecida coloquialmente como região da fronteira, localizada próxima ao rio Peperi-Guassú e adjacente à Argentina, e que abrange a maior parte do que hoje é o município de Tunápolis pôde-se perceber uma fragmentação significativamente menor. Isso está pode ser atrelado ao fato de que essa área estava entre os últimos a serem adquiridos, medidos e comercializados pela *Volksverein*, bem como se tratam dos lotes mais isolados, em razão das poucas estradas de acesso.

Ao comparar as áreas que ainda mantinham uma cobertura florestal mais densa com dados hipsométricos (que se referem às variações de altitude), notou-se uma correlação direta entre a preservação das florestas e as regiões de maior altitude. As áreas mais elevadas e afastadas do Rio Uruguai são aquelas que, até o momento das fotografias, haviam resistido mais tempo aos processos de desmatamento e degradação ambiental. Esta tendência pode ser explicada pela dificuldade de acesso e pela menor viabilidade econômica da exploração agrícola em terrenos mais acidentados.

3.7. Projetos para o futuro

Foi durante a década de 1950, perante desafios impostos pela degradação ambiental e pelo esgotamento do solo na colonização de Porto Novo, iniciou-se um debate sobre alternativas para o desenvolvimento da região. Essas discussões buscavam soluções frente aos problemas decorrentes da agricultura tradicional, que não levava em consideração os limites da fertilidade do solo, levando a uma redução nos rendimentos das propriedades agrícolas dos colonos (FRANZEN, 2014).

As principais atividades econômicas ainda eram baseadas na extração e de madeira, banha e fumo, com a criação de suínos tipo banha representando uma parcela significativa da renda agrícola. A região enfrentava desafios como o isolamento, infraestrutura de transporte precária, redução da fertilidade do solo e problemas financeiros entre os agricultores, levando a condições de vida insustentáveis (HAHN, 2005).

Em resposta às desafiadoras condições econômicas e sociais enfrentadas pelo município de Itapiranga, evidenciadas anteriormente, líderes locais se mobilizaram para identificar e implementar soluções inovadoras que visassem o desenvolvimento sustentável da região. Esse esforço desembocou na criação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga (COMUDE) durante a década de 1960 (FRANZEN, 2014).

Durante o período, a organização *Misereor*, entidade episcopal da Alemanha, desempenhou um papel na assistência financeira ao projeto da Sociedade União Popular. Conforme elucidado por Hahn (2005), ela foi instituída inicialmente com o intuito de promover ações de caridade por parte dos católicos alemães, com foco em mitigar as adversidades enfrentadas pelas populações carentes ao redor do globo. Com o passar do tempo, a organização adaptou seu foco operacional para a colaboração prioritária com organizações não governamentais, direcionando seus projetos para o fomento da qualidade de vida de comunidades rurais e zonas periféricas urbanas, com ênfase na pequena agricultura.

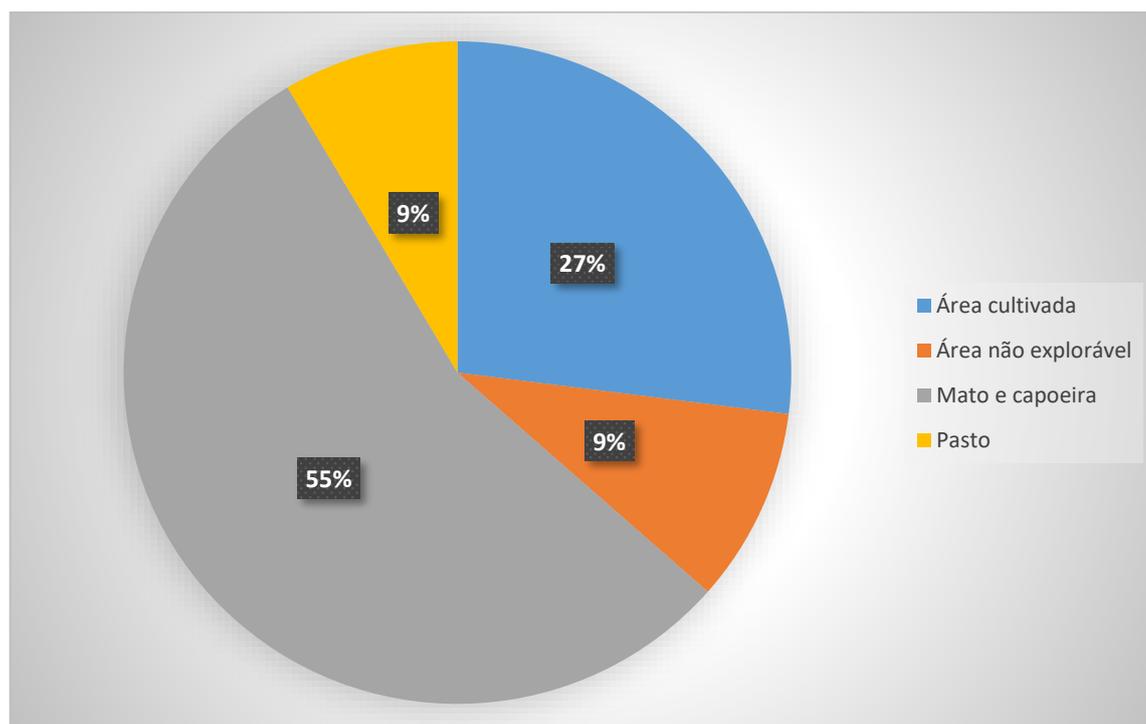
No caso de Itapiranga, a continuidade do suporte financeiro foi condicionada à criação de um plano de desenvolvimento municipal robusto. Assim, para atender a essa condição, houve a mobilização e colaboração de várias entidades, incluindo a *Voksverein*, a Prefeitura Municipal e a Caixa Rural, que coletivamente contrataram uma empresa especializada para a elaboração deste plano (FRANZEN, 2014).

A empresa Agro e Hidrotécnica de São Paulo foi contratada no início dos anos 1960 para realizar o levantamento socioeconômico abrangente em Itapiranga, resultando no desenvolvimento de um plano econômico. Este, elaborado a partir de dados coletados entre novembro de 1961 e fevereiro de 1962, propôs melhorias em diversas áreas, marcando um ponto de virada significativo para o município. A iniciativa não apenas identificou os problemas enfrentados por Itapiranga, mas também estabeleceu as bases para a implementação de obras importantes e a busca de recursos para o desenvolvimento da região (HAHN, 2005).

As informações apresentadas no relatório de 1962 são abrangentes a abrangem demografia, escolaridade, instituições além das condições ecológicas, agrícolas e econômicas

do município de Itapiranga. Nas primeiras páginas do documento é estabelecida uma correlação entre o aumento da população e a intensificação da exploração de recursos florestais para conversão em terras agrícolas e madeireiras. Apesar das florestas ainda ocuparem uma porção considerável do território (55% - Figura 33), não são consideradas de valor, o que sugere uma percepção limitada do valor ecológico das florestas (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

Figura 33 - Repartição da superfície em 1962



Fonte: Adaptado de Agro e Hidrotécnica (1962)

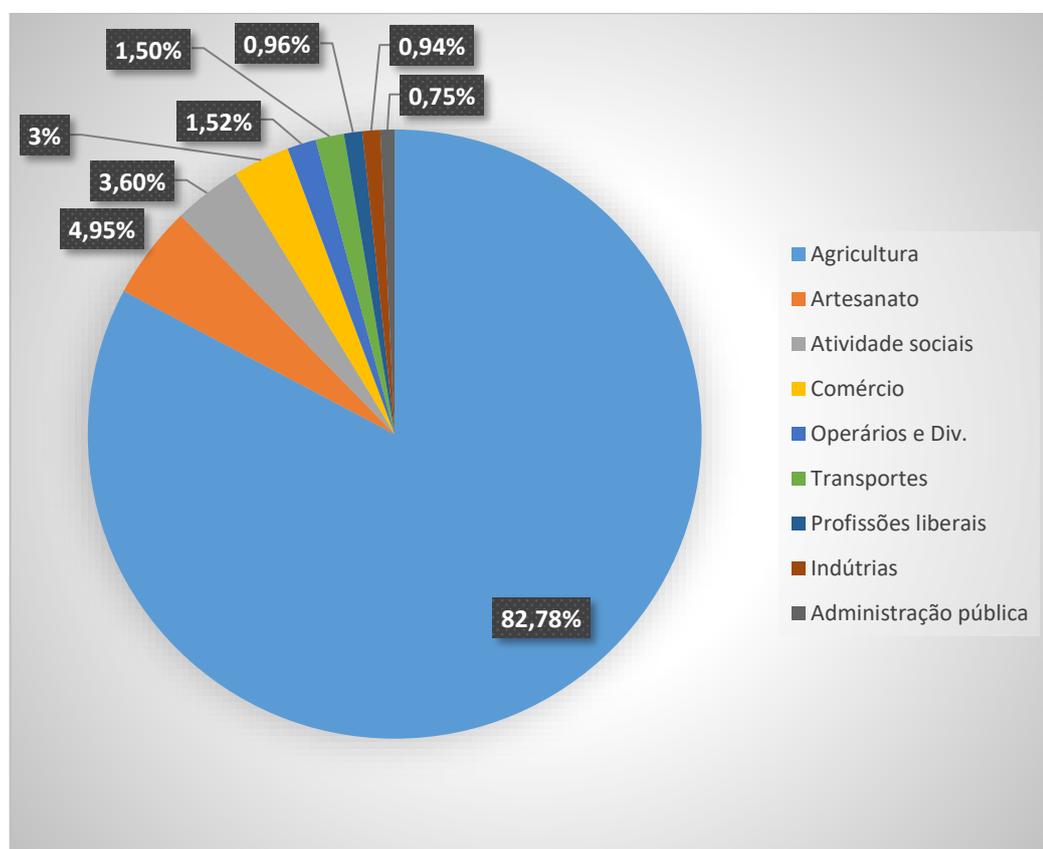
A menção a capoeira nos documentos pode-se referir a uma área de vegetação secundária que surge em terrenos anteriormente desmatados para e que foram abandonados após a degradação ou esgotamento do solo. Essas áreas são marcadas por um crescimento espontâneo de vegetação,

Os solos são classificados pelo estudo em categorias, cada uma adequada a diferentes usos agrícolas e de conservação. A primeira categoria, os vales, é descrita como sendo de solos sílico-argilosos, compactos e ricos em matéria orgânica, que são escuros, permeáveis e com subsolo impermeável, ideais para culturas que exigem retenção de umidade. As ladeiras de declive suave e os planaltos formam a segunda categoria, caracterizada por solos também sílico-argilosos, mas mais leves e claros, altamente úmidos e com capacidade de conservar água, possuindo subsolo argiloso e rochoso (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

As terceira e quarta categorias incluem as ladeiras em declive acentuado e as inclinações íngremes rochosas, respectivamente, ambas com solos superficiais, leves e claros, ricos em pedras e pedregulhos, e altamente suscetíveis à erosão. Estes solos, conforme lamenta o relatório, teriam sido cada vez mais utilizados para agricultura devido ao aumento populacional e à necessidade de expandir a produção agrícola. Isso teria resultado em práticas insustentáveis que contribuem para a degradação do solo e a erosão. (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

A erosão é apontada como fonte de preocupação. Foi observado que muitos agricultores desconheciam esse problema. Após serem informados, 72% reconheceram os efeitos prejudiciais da erosão em suas propriedades. O reflorestamento e a colaboração com o serviço florestal para estabelecer um viveiro, além de promover isenções fiscais para incentivar essa prática. Ao mesmo tempo, sugere a diversificação das atividades econômicas através do desenvolvimento da criação de gado leiteiro em pastagens artificiais, sustentadas por um mercado estável para o leite, apresenta uma alternativa econômica resiliente para os agricultores, promovendo um uso mais sustentável das terras suscetíveis à erosão (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

Figura 34 - Distribuição quanto à atividade principal em 1962



Fonte: Adaptado de Agro e Hidrotécnica (1962)

O município é descrito como dependente predominantemente da agricultura em pequena escala (Figura 34), o que limitaria o potencial econômico dos habitantes e manteria a comunidade em um ciclo de pobreza. Este isolamento também se estenderia aos aspectos culturais e civis, refletindo um atraso significativo em relação ao desenvolvimento mais amplo (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

Além disso, apontou-se para a utilização de métodos agrícolas desatualizados e irracionais, exacerbados pela falta de orientação técnica e educação profissional, o que seria um óbice à evolução das técnicas agrícolas e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. A incapacidade de modernizar essas práticas contribuiu para a permanência do status quo econômico desfavorável (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

Os cultivos predominantes eram o milho, mandioca, feijão, soja e fumo. Foram identificadas várias deficiências como o baixo rendimento por área cultivada e a falta de acesso a sementes de variedades selecionadas e garantidas. Além disso, as práticas enfrentavam problemas significativos com doenças e pragas. A conservação do solo e o combate à erosão eram praticamente inexistentes, assim como o tratamento adequado do adubo orgânico e a implementação de uma rotação de culturas racional e eficaz (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

O documento também discute as barreiras à industrialização, que são justificadas pela escassez de capital, a falta de uma força de trabalho urbana e limitações geográficas e infraestruturais. Essas condições criaram um ambiente desfavorável para o desenvolvimento de indústrias, dificultando a diversificação econômica e a transição de uma economia baseada na agricultura para uma mais industrializada (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

O relatório apontou então estratégias a serem implementadas a curto e longo prazo. As medidas a curto prazo delineadas focam primordialmente o fortalecimento imediato da infraestrutura e no desenvolvimento econômico. Propunham a implementação de cursos de capacitação para líderes rurais e a criação de pequenas bibliotecas para educar a população sobre práticas agrícolas sustentáveis. No setor de saúde, há uma ênfase no reaparelhamento dos hospitais locais. Para fortalecimento da economia sugeriu-se a instalação de indústrias, como matadouros e laticínios, para processar e agregar valor aos produtos locais. Essas indústrias não só aumentariam a renda dos agricultores, mas também melhorariam a logística de distribuição por meio de melhorias na infraestrutura de estradas (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

A longo prazo, o plano estabeleceu estratégias para um desenvolvimento sustentável abrangente, abordando questões de crescimento populacional e gestão eficaz de terras. Foi proposta uma recolonização e a reformulação das políticas de terras para prevenir a fragmentação excessiva e promover grandes propriedades agrícolas. Na educação, a construção de escolas rurais com foco em cursos profissionalizantes visa capacitar a população local em técnicas agrícolas modernas e conservação de recursos. Programas intensivos de reflorestamento são planejados visando a garantia de madeira e evitar a erosão (AGRO E HIDROTÉCNICA, 1962).

O levantamento e o plano proposto revelam uma complexa interação entre o crescimento populacional, uso de recursos, práticas agrícolas, e desafios para o desenvolvimento social e econômico. A resposta às questões de degradação ambiental, junto com as tentativas de diversificação econômica e modernização agrícola, destacou um esforço de uma abordagem integrada que considerasse tanto os aspectos ambientais quanto socioeconômicos para o desenvolvimento.

O levantamento e as mudanças propostas nos documentos refletem um momento significativo na história agrícola e econômica da região do oeste e extremo oeste, particularmente a partir da década de 1960. Momento que marca uma virada na dinâmica agrícola e que pode ser caracterizada por uma transição de práticas mais tradicionais e fragmentadas para um modelo de agricultura mais modernizado e integrado, com foco crescente nas agroindústrias, ocasionando novo movimento na fronteira socioambiental.

CONCLUSÃO

A história do complexo de florestas do bioma Mata Atlântica representa um caso da interação entre meio ambiente e a ação humana. Suas florestas representam um ecossistema de importância global pela sua biodiversidade, um espaço de grande relevância ecológica, cultural e histórica se tornando um mosaico de uma paisagem formada pela interação milenar entre as sociedades humanas e o ambiente natural.

A complexidade desse bioma se manifesta nas diversas características fitoecológicas das florestas que o compõem. Essas características distintas deram origem a formas peculiares de interação entre os diferentes grupos humanos ao longo da história. Ao longo dos séculos, as intervenções no espaço da Mata Atlântica variaram conforme os grupos humanos desenvolviam novas tecnologias e mudavam seus modos de vida. Retomemos aqui a pergunta problema de pesquisa que nos orienta: quais relações os novos povoadores estabeleceram com os ambientes florestais do extremo oeste do estado de Santa Catarina?

Desde os primeiros habitantes a história na Mata Atlântica denotou uma transformação constante da paisagem utilizando diferentes sistemas de manejo para uso dos recursos da floresta. Com o advento da colonização europeia, a floresta é exposta a uma multiplicidade de novos fatores que a afetaram de sobremaneira, alterando seu equilíbrio ecológico e sua composição biológica de forma significativa. O avanço da exploração madeireira, a introdução de espécies exóticas, a expansão agrícola são apenas alguns dos impactos que começaram a moldar um novo cenário ambiental e novas paisagens.

No caso específico do projeto Porto Novo, posteriormente Itapiranga, na Floresta Estacional Decidual no extremo oeste catarinense, durante a década de 1920 estabeleceu-se uma relação pautada no extrativismo florestal e na agricultura de subsistência. A expansão agrícola foi o principal vetor de mudança, com vastas áreas de floresta nativa sendo desmatadas para dar lugar a cultivos e pastagens.

A mentalidade por detrás desse projeto estava arraigada em um pensamento antropocêntrico, utilitarista e materialista do mundo natural. De que a natureza é selvagem, indomada e, portanto, representa um obstáculo a ser superado para o progresso humano. Isso acompanhado por uma narrativa de conquista e germanidade, na qual os colonizadores são

retratados como heróis enfrentando a natureza tida como selvagem ou inculta para estabelecer civilização, cultura e ordem.

Depreende-se ainda das fontes e dos discursos de seus habitantes uma compreensão do uso da natureza a partir de um direito divino, a ser explorado para o benefício humano, refletindo uma visão de que o progresso e o desenvolvimento justificam a alteração e exploração dos recursos naturais. Estas perspectivas indicam que, na visão dos habitantes, os elementos da natureza são valorizados apenas quando úteis aos interesses humanos, resultando historicamente em uma intensa exploração do meio ambiente. E ainda que ocasionalmente se encontre reflexões sobre o aspecto estético ou metafísico da natureza, não se observam esforços voltados para a conservação ambiental.

O ritmo do desmatamento até a década de 1960, foi relativamente lento em comparação com as décadas seguintes. Vários fatores contribuíram para isso. As ferramentas e tecnologias disponíveis eram menos avançadas, machados e serra manual, tornando o processo de desmatamento mais demorado e trabalhoso. Além disso, os métodos de trabalho empregados eram geralmente manuais ou semi-mecanizados, o que limitava a quantidade de área que podia ser desmatada em um determinado período.

O acesso a áreas mais remotas limitou a expansão do desmatamento. Percebeu-se por meio da análise do ortomosaico e dos produtos cartográficos produzidos a partir das fotografias aéreas de 1957, que em razão dessa limitação houve uma tendência a exploração das áreas de florestas nas regiões de menor altitude, especialmente nos vales mais próximos ao rio Uruguai, e uma exploração menos intensa nas áreas de altitude elevada cuja acessibilidade era mais difícil.

A extração de madeira visava tanto a construção de infraestrutura básica (pontes, igrejas, casas, galpões, escolas e centros comunitários) quanto a comercialização, transportada principalmente por balsas para Argentina. Essa atividade se destacou como a principal atividade econômica desenvolvida, superando outras formas de movimentação econômica.

O modelo produtivo colonial, baseado na extração madeireira e na agricultura de pequena escala, manteve-se robusto até a década de 1960. Naquela época, a estagnação econômica do município motivou a elaboração e implementação de um novo plano. Este visava uma ampla modernização e melhoramento dos processos, com o objetivo de integrar a comunidade no contexto das agroindústrias que começavam a se instalar e se consolidar nas

décadas seguintes, inaugurando um novo movimento nas fronteiras socioambientais daquele espaço.

FONTES

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. *Collecção de noticias para a historia e geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas*: publicada pela Academia Real das Sciencias. Typografia da mesma Academia. Tomo VII. Lisboa: Portugal, 1825.

AGRO E HIDROTÉCNICA. *Levantamento socioeconômico do município de Itapiranga*. Itapiranga, 1962.

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Poblacion de Misiones - colonias militares - carta al diretor del Museo de la Plata*. La Prensa - 21 de dezembro de 1892.

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Tercer Viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.

AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. *Questão Territorial com a República Argentina – Limites do Brasil com as Guianas Francesa e Inglesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fluminense, 1891.

BASALDÚA, Florencio de Pasado - Presente - *Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata: [s.n.], 1901.

BLAEU, Joan. *Paraquaria vulgo Paraguay: cum adjacentibus. Amstelodami* [Amsterdam, Países Baixos]: Joannes Blaeu executit, [1662]. 1 mapa, 29 x 36cm em f. 39,5 x 63.

CABRER, José Maria, *Diario de la Segunda Subdivision Española*. In: ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. Tomo Cuarto, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836.

PORTUGAL. *Carta reducida que comprehende los reconocimientos practicados por las primeiras y segundas Subdivisiones Españolas y Portuguesas de los Señores Dn. Jose Varella y Ulloa Comisario Principal Director, Dn. Diego de d'Abear, el Teniente General Luciano Sebastian Xavier da Vega Cabral da Camara, y el Coronel Francisco Juan Roscio en cumplimiento del Tratado Preliminar de limites de 11 [sic] de Octubre de 1777. 1843*. 1 mapa ms, desenho a nanquim, 113,5 x 70,5cm em f. 115 x 72,5cm.

CHRISTO, Manuel Pacheco. *Mappa da demarcação que por ordem de S. M. F. e C. fez no anno de 1759, a seg.da partida da boca do Rio Ibicuy, seguindo o curço dos Rios Uruguay, Piriry S. Ant Iguaçu, e Paranã: thê o seu Salto Se puzerão os rios q nelles desaguão huns por noticias e outros arbitrariamente attendendo a grandeza das suas bocas*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Paulo Robin, [188-]. 1 mapa, 45 x 23.

HOLMBERG, Eduardo Ladislau. *Viaje a Misiones*. Paraná; Santa Fé: Universidad Nacional de Entre Ríos; Universidad Nacional del Litoral, 2012.

LISTA, Ramon. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

PORTUGAL. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...* 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64.

MIDDENDORF, Carl. *Porto Novo, brasilien: Siedlung für deutschsprechende katholiken am Uruguayfluß im Statte Santa Catarina in Brasilien.* Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1933.

MIDDENDORF, Carl. Porto Novo: povoação de católicos alemães na mata virgem no sul do Brasi In: MAYER, Leandro; SCHNEIDER, Maikel Gustavo (org.). *Porto Novo: povoação de católicos alemães na mata virgem no sul do Brasil.* São Leopoldo: Oikos, 2020.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones.* Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna Nacional, 1881.

RABUSKE SJ, Pe. Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe João Evangelista Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor.* São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

RICK, João Evangelista. Cinco meses em Porto Novo. In: RABUSKE SJ, Pe. Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe João Evangelista Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor.* São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

RICK, João Evangelista. Reminiscências. In: RABUSKE SJ, Pe. Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe João Evangelista Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor.* São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

ROHDE, Maria Wiersch. *Espírito Pioneiro, a herança dos antepassados: como uma mulher viu o desenvolvimento de um povoamento em meio a mata virgem.* Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SANTA CATARINA. *Levantamento aero fotográfico de Santa Catarina.* Secretaria de Estado do Planejamento. Florianópolis, 1957.

VOLKMER, Albano. *Der Volksverein vor Gericht.* Deutsche Uebersetzung von Karl Middeldorf. Porto Alegre, Typographia do Centro, 1934.

WIERSH, Josefina. Brasil. In: MUGGE, Miqueias H. *A trajetória de uma escritora imigrante: Josefina Wiersh entre três mundos.* Oikos: São Leopoldo, 2022.

REFERÊNCIAS

ARANA et al. *Esquema biogeográfico de la República Argentina*. Tucumán: Fundación Miguel Lillo, 2021.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. *Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)*. 2020. 431 f. Tese (doutorado em História) apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. Rumo à fronteira de Misiones: o “Destino Manifesto” Argentino (1882-1898). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 225-248, Jan./Jul. 2014.

ÁVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 369-413, 2005.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: Uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CABRERA, Angel Lulio. Regiones fitogeográficas argentinas. In: *Enciclopedia Argentina de Agricultura y Jardinería*, Tomo II, fascículo 1. Buenos Aires, Acme, 1994.

CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (Orgs.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011.

CARVALHO, David da Silva. *Os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – Uma análise a partir do diário do demarcador José Maria Cabrer (1783 - 1801)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

CRESTANI, Leandro de Araújo. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, Évora, 2019

CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. *The Western Historical Quarterly*, vol. 18, no. 2, 1987, pp. 157–76. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/969581>.

CRONON, William. The Uses of Environmental History. *Environmental History Review*, vol. 17, no. 3, 1993, pp. 1–22. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/3984602>.

COMTE, Augusto. *Discurso sobre o Espírito Positivo: Ordem e Progresso*. São Paulo: Edipro, 2016.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DI BITETTI, M.S; PLACCI, G.; e DIETZ, L.A. *Uma visão de biodiversidade para a Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata Atlântica: planejando a paisagem da conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades para ações de conservação.* Washington, D.C.: World Wildlife Fund, 2003.

FERRASSO, Suliano, & SCHMITZ, Pedro Ignácio. Arqueofauna da Tradição Guarani. *Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL)*, 7(13/14), 65-86, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v7i13/14.1315> acesso 15/08/2023.

FRANZEN, Douglas Orestes. *Um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense: o caso do Frigorífico Safrita de Itapiranga.* Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

GASPER, André Luís et al. Grupos florísticos da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. In: VIBRANS, A. C.; SEVEGNANI, L.; GASPER, A. L.; LINGNER, D. V. (eds.). *Inventário florístico florestal de Santa Catarina.* Blumenau: Edifurb, 2011. Vol. II. Floresta Estacional Decidual.

GASPER, André Luís de et al. Variação da estrutura da floresta estacional decidual no estado de Santa Catarina e sua relação com a altitude e clima. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 77-89, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-509820152505077> Acesso em: 5 dez. 2021.

GASPARINI, Sandra. Notas de Viajes a Misiones de Eduardo Holmberg. In: HOLMBERG, Eduardo Ladislau. *Viaje a Misiones. Paraná; Santa Fé:* Universidad Nacional de Entre Ríos; Universidad Nacional del Litoral, 2012.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy.* Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GERHARDT, Marcos. A erva-mate e a conservação dos ervais nativos na Argentina. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v. 11, n. 3, p. 132-143, 2022. <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/index>

GERHARDT, Marcos. História ambiental, colonização e genealogia. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 124-140, jan./jun. 2014.

GERTZ, René Ernaine. *O perigo alemão.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. 2015. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil.* Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão. https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-39-navegantes_bandeirantes_diplomatas_um_ensaio_sobre_a_formacao_das_frenteiras_do_brasil

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha.* Terceiro Nome. São Paulo, 2014.

HAHN, Mauro. *Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas - de Alexandre de Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007

JACOBSEN, T. 2003. *Endangered forests, vanishing peoples: biocultural diversity and indigenous knowledge*. En: Galindo Leal C. y De Gusmao Camara I. (Editores). *The Atlantic Forest of South America: Biodiversity Status, Threats, and Outlook (State of the Hotspots, 1)*. Center for Applied Biodiversity Science at Conservation International. Island Press, Washington D.C.; pp 381-391.

JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. 3ª ed. Porto Alegre: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande - imaginário e América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, Bragança Paulista, 1998.

KLEIN, Roberto Miguel. Árvores nativas da Floresta Subtropical do Alto Uruguai. *Sellowia* 24: 9-62, 1972.

KLEIN, Roberto Miguel. Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina In: REITZ, Raulino. *Flora Ilustrada Catarinense*. Herbário Barbosa Rodrigues, Itajaí, 1978.

KOSTLIN, Marcelo René; KOSTLIN, Laura Andrea; OLALLA, Nicolás. El Yvyrareta: la Selva Misionera (Argentina). *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 42, n. 6, p. 15-37, 2011.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 1. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012.

LIMERICK, Patricia Nelson. *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the Amer West*. W. W. Norton and Company: New York, 1987.

MAYER, Leandro; SCHNEIDER, Maikel Gustavo (org.). *Porto Novo: povoação de católicos alemães na mata virgem no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)*. 2011. 445 f. Tese (doutorado em Geografia) apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Lucas Gonçales da. História, ciência e conservação da onça-pintada nos biomas brasileiros. *Estudos Ibero-Americanos*, 46(1), e33911, 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.33911>

CROVETTO, Raul Martinez. Esquema fitogeográfico de la provincia de Misiones (República Argentina). *Bonplandia* v. 1, n. 3, 1963, p. 171-224, 1963.

MAZZARDO, Suélen Cristina. Construção e transformação da paisagem: aspectos da formação urbana de Itapiranga (SC). A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. *XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*, São Paulo-Lisboa, 2020. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

MCNEILL, John Robert. (2003), Observations on the Nature and Culture of Environmental History. *History and Theory*, 42: 5-43. <https://doi.org/10.1046/j.1468-2303.2003.00255.x>

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. UFSC, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços*, v.10, n.10, p.29-52, 2002.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na elteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o processo histórico de violências ambientais no oeste de Santa Catarina. In: Irme Salete Bonamigo; Luiz Carlos Chaves (Org.). *Violências e Segurança Pública na Contemporaneidade*. 1 ed. Chapecó: Argos, 2013, vol.1, p. 255-272.

NODARI, Eunice Sueli; GERHARDT, Marcos. Uruguay river: permeable borders in South America. *Review of International American Studies*, Katowice, Polônia, v. 14, n. 1, p. 201-227, Spring–Summer 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31261/rias.10047> Acesso em: 6 dez. 2021.

NODARI, Eunice.; ZARTH, Paulo. Natureza sem limites: observações de viajantes no território de Misiones. In: NODARI, Eunice; CARVALHO, Miguel. M. X. de; ZARTH, Paulo. (orgs.). *Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 200–216. (em anexo).

NUNES, Maria Zilles Magno. *O começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no Sul brasileiro (1912-1933)*. . Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MUGGE, Miqueias Henrique (org.). *A trajetória de uma escritora imigrante: Josefina Wiersh entre três mundos*. Oikos: São Leopoldo, 2022.

MYERS, Norman et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, p. 853-858, 2000.

OLSON David M. et al Terrestrial ecoregions of the world: a new map of life on earth. *Bioscience* 51(11):933-938, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de. Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados*. v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 7, n. 2, p. 187-244, 1945.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização. Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-187, 1995.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAMBO, Arthur Blásio. *Somando Forças: o projeto social dos jesuítas do Sul do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

RAMBO, Lorival Inácio. *Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem / natureza*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2007.

RATZEL, Friedrich. *The history of mankind*. Nova York: The macmillan, 1896.

REICHERT, Patricio. A segregação Social do caboclo de Porto Novo a partir da análise da paisagem. *Para onde!?* Porto Alegre, v. 1, p. 7-61, 2010.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: *CEOM: para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 221-258.

RENK, Arlene. *A luta da Erva: um ofício étnico da Nação brasileira no oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1990.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir. Projeto Madeira de Santa Catarina. *Sellowia*, Itajaí, (28/30):114-8, 1978.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande Do Sul*. 2ed. Oikos: São Leopoldo, 2022.

RUSCHEL, Ademir. Roberto, NODARI, Eunice Sueli, GUERRA, Miguel Pedro; NODARI, Rubens Onofre. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto-Uruguai, SC. *Ciência Florestal*, 13(1), 153–166, 2003. <https://doi.org/10.5902/198050981734>

SÁ, Débora Nunes. *Paisagens construídas: a floresta com araucárias na fronteira entre Argentina e Brasil (1895-2000)*. Orientador: Eunice Sueli Nodari; Coorientador: Marcos Gerhardt. 2023. 218 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://pergamum.ufsc.br/acervo/384098>

SALINI, Ademir Miguel. *Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis, 1982.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio; CARBONERA, Miriam (Org.). *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 73-104.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pré-história do Rio Grande do Sul*. Instituto Anchetiano de Pesquisas. UNISINOS, São Leopoldo, 2006.

SCHORN, Lauri Amândio et al. Fitossociologia de Fragmentos de Floresta Estacional Decidual no Estado de Santa Catarina - Brasil. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 821-831, dez. 2014.

SCHULZE, Frederik. A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 237-246, 2014.

SCHULZE, Frederik. *Auswanderung und gescheiterte Kolonialdiskurse: Deutschtum in Südbrasilien (1824-1941)*. Tese (Doutorado em História). LateinamerikaInstitut, Universidade Livre de Berlim, Berlin, 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael; FERRARI, Stela. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, vol. XVII, nº 987, 5 ago. 2012.

SOLÓRZANO, Alexandro; BRASIL, Lucas Santa Cruz de Assis; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. The Atlantic Forest Ecological History: From Pre-colonial Times to the Anthropocene. In: MARQUE, Marcia, C. M.; GRELLE, Carlos, E. V. *The Atlantic Forest: history, biodiversity, threats, an opportunity of the mega-diverse forest*. Cham: Springer, 2021.

TABARELLI, Marcelo; PINTO, Luís Paulo. *Mata Atlântica*. In: Mittermeier, R. A., et al. Hotspots: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. México: CEMEX, 1999. p. 118-123.

TEMBA, Plínio. *Fundamentos da fotogrametria*. UFMG, 2000.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

TRENTINI, Clademir. *O extremo oeste de Santa Catarina e o sistema de integração na suinocultura: décadas de 1980 a 2010*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

TURNER, Frederick. Jackson. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo. *Oeste Americano*. Niterói: Editora da UFF, 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização as margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense: A atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

WERLE, André Carlos. *O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Tradução de José Augusto Drummond. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 198-215

WORSTER, Donald. *Bowl: The Southern Plains in the 1930s*. Oxford University Press, USA. Chicago: Illinois, 2004.

ZOUVI, Susana. La Federalización de Misiones. In: IUORNO, Graciela; CRESPO, Edda (coord.) *Nuevos Espacios. Nuevos problemas. Los territorios nacionales*. Neuquén, Educo-Universidad Nacional del Comahue Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco-Cehepyc, Editores, 2008.